

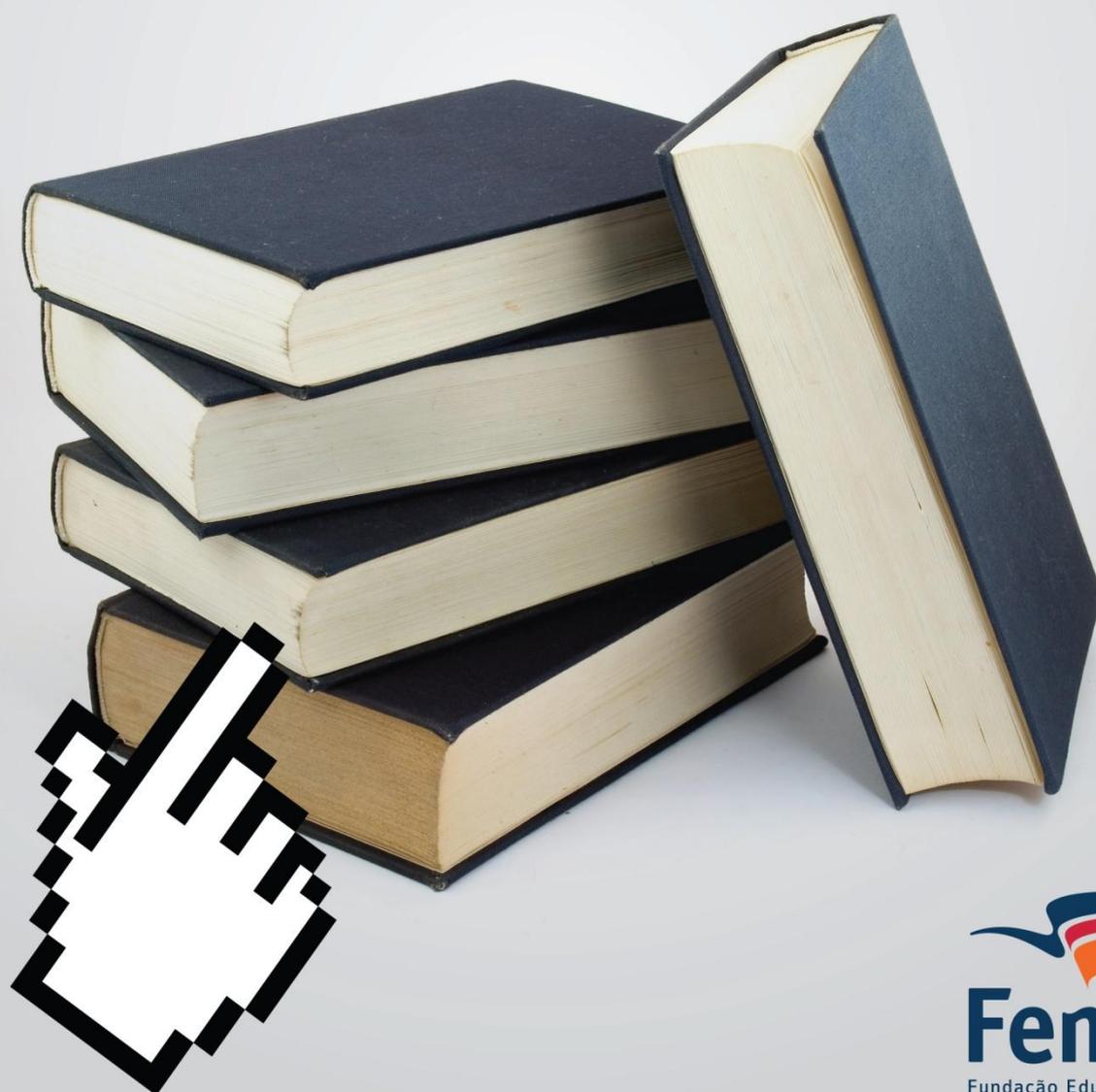
Ano 05, n. 02. Jul./Dez. 2015.

ISSN: 2236-8701

Revista Eletrônica de

Iniciação Científica

dos Cursos de Administração e de Ciências Contábeis



**REVISTA ELETRÔNICA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DOS CURSOS DE
ADMINISTRAÇÃO E DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

1 CORPO EDITORIAL

1.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof.ª Ma. Andréa Maria Cacenote

Prof.ª Ma. Danieli Maria Junges Friederich

Prof. Me. Marcos Rogério Rodrigues

Prof. Me. Nédisson Luis Gessi

Prof. Esp. Gerson Miguel Lauermann

1.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prof.ª Ma. Cátia Guadagnin Rossa

Prof.ª Ma. Danieli Maria Junges Friederich

Prof. Me. Anderson Pinceta

Prof. Me. Augusto Rieger Lucchese

Prof. Me. Marcos Volnei dos Santos

1.3 EDITORAÇÃO

Prof.ª Dr.ª Márcia Adriana Dias Kraemer

Prof.ª Ma. Danieli Maria Junges Friederich

1.4 CAPA

Guilherme Bonnes

Cheila Maris Guihl

1.5 EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Denise Felber

2 ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO

Prof.ª Dr.ª Márcia Adriana Dias Kraemer

Prof.ª Ma. Andréa Maria Cacenote

Prof.ª Ma. Cátia Guadagnin Rossa

R454 Revista Eletrônica de Iniciação Científica dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis./Faculdades Integradas Machado de Assis. – Santa Rosa, Nº. 2, jul./dez. 2015.

ISSN: 2236-8701

Publicação Semestral

1. Administração. 2. Ciências Contábeis. 3. Artigos Acadêmicos.
- I. Faculdades Integradas Machado de Assis

CDU: 658(05)

Catálogo na Fonte: Kelly M. Bernini – CRB-10/1541

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	04
A CONTABILIDADE DE CUSTOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	05
<i>Fernanda Thaís Buss</i>	
<i>Luciano Enrick Kochem</i>	
<i>Augusto Rieger Lucchese</i>	
A EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NOS PROCESSOS CONTÁBEIS	17
<i>Carolina Von Mühlen</i>	
<i>Henrique Engel</i>	
<i>Luís Henrique Pasini</i>	
<i>Tais Schöninger</i>	
<i>Guilherme Anderson Sturm</i>	
AUDITORIA INTERNA EM NOTAS FISCAIS DE ENTRADA EM UMA DISTRIBUIDORA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO	29
<i>Andreia Werlang</i>	
<i>Jéssica Laís Mücke</i>	
<i>Michele Paula Goettems</i>	
<i>Patrícia Fernanda Matter</i>	
<i>Jacob Dalírio Mayer</i>	
AUDITORIA INTERNA NOS ESTOQUES EM UMA INDÚSTRIA DE CHÁS NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL	40
<i>Aline Carvalho</i>	
<i>Dionatan Vanderlei Bernardi</i>	
<i>Letícia Feiten Carvalho</i>	
<i>Magda Luiza Giacomelli</i>	
<i>Jacob Dalírio Mayer</i>	
CONTROLADORIA NO PROCESSO DE GESTÃO, EM UMA EMPRESA DO RAMO FINANCEIRO DA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE SUL.....	51
<i>Aline Regina Lorenz</i>	
<i>Daniela Tilwitzt Eichelberger</i>	
<i>Eliete Maria Kunz</i>	
<i>Jéder Felipe</i>	
<i>Augusto RiegerLucchese</i>	
DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO EM EMPRESA DO RAMO HOSPITALAR	61
<i>Altair Jose Altenhofen</i>	
<i>Edenir Marcelo de Lima</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	

EMPREGADO DOMÉSTICO: EFETIVAÇÃO DE DIREITOS NA BUSCA POR TRATAMENTO IGUALITÁRIO 73

Andressa Raquel Zarzecki

Magale Maria Stumm

Taise Frezze

Vanessa Bohn Wizniewski

Toni Anderson Lausmann

ESTUDO DA IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COM ÊNFASE NOS IMPOSTOS FEDERAIS PARA A DEFINIÇÃO DO REGIME DE TRIBUTAÇÃO A SER ADOTADO PELAS EMPRESAS COMERCIAIS 85

Beatriz Regina Gerhardt

Fabiane Hubner Altmann

Marcos Volnei dos Santos

GESTÃO AMBIENTAL: PRÁTICA SUSTENTÁVEL INFLUENTE NO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL 98

Fabiane Diering

Marjane Raquel Angelin

Vanessa Lunkes

João Antonio Cervi

GESTÃO DE CRÉDITO: UM ESTUDO DE CASO NO RAMO DO VAREJO DE TINTAS 109

Cristiano Arenhardt

Josier Rodrigo Fernandez

Luis H. dos S. Carvalho

Luiz Adriano da Silva

Marcos Rogério Rodrigues

O AVANÇO DAS TECNOLOGIAS NO CAMPO E SUAS CONSEQUÊNCIAS 122

Deise Jenifer Eisen

Nedisson Luis Gessi

O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO 133

Paulo Henrique Perini

Henrique Birk

Andréa Maria Cacenote

Nedisson Luis Gessi

OS FATORES MOTIVACIONAIS QUE INFLUENCIAM A PRODUTIVIDADE NO TRABALHO 145

Cristiana Fortes

Daniela Barbosa

Gabriela Cunegatto

Andréa Maria Cacenote

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COM ÊNFASE NAS EMPRESAS
PRESTADORAS DE SERVIÇOS HOSPITALARES 157**

Aline Miranda Bastos

Cátia Guadagnin Rossa

APRESENTAÇÃO

As Faculdades Machado de Assis apresentam a nova edição da **Revista Eletrônica de Iniciação Científica dos Cursos de Administração e de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas Machado de Assis**, vinculada ao Núcleo de Pesquisa, de Pós-Graduação e de Extensão – NPPGE.

Há a mostra de quatorze artigos científicos, aprovados pelo Corpo Editorial, composto pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Administração e de Ciências Contábeis. Os artigos científicos publicados, acerca de temas relacionados às Ciências Sociais Aplicadas e orientados por professores da área, ratificam a efetiva produção científica dos acadêmicos da FEMA.

Dessa maneira, a Revista Eletrônica de Iniciação Científica materializa a intertextualidade e a interdisciplinaridade, privilegiando o desenvolvimento regional sustentável, a educação e as políticas sociais, a gestão e o desenvolvimento de pessoas, a gestão e o desenvolvimento de organizações, além da gestão da tecnologia da informação e da inovação tecnológica.

Este espaço é, portanto, uma oportunidade que os acadêmicos e seus orientadores têm de manifestar seu estudo, apresentando-o para a comunidade interna e externa e fortalecendo os Cursos Superiores das Faculdades Integradas Machado de Assis pela apropriação e pela divulgação constante do conhecimento.

Prof.^a Dr.^a Márcia Adriana Dias Kraemer
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, de Pós-Graduação e de Extensão - NPPGE
Faculdades Integradas Machado de Assis
Fundação Educacional Machado de Assis

A CONTABILIDADE DE CUSTOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Fernanda Thaís Buss¹
Luciano Enrick Kochem²
Augusto Rieger Lucchese³

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade analisar os custos na prestação de serviços. Para alcançar seu objetivo, o estudo delimitou-se a realizar uma pesquisa bibliográfica, sob o formato de um estudo de caso, a qual consiste em ressaltar sobre a contabilidade de custos, apontando seus objetivos e principais tipos de custos e métodos de custeio, enfatizando também os custos na prestação de serviços, o qual destacou os custos envolvidos em um evento realizado por uma empresa prestadora de serviços. Existem ainda os métodos de custeio, classificados em custeio por absorção, variável, padrão e o Custeio Baseado em Atividades (ABC). No estudo de caso, que se trata de uma festa de quinze anos, demonstram-se os custos utilizados para a realização deste evento estudado e inquirido. Conclui-se que a análise dos custos é importante para se obter um melhor e maior controle sobre os dispêndios e, desta forma, verificar se a empresa está gerando lucros e se o seu capital está sendo bem aplicado. Dentre os resultados obtidos, é possível observar as diferentes categorias de custos, que podem ser fixos e variáveis e diretos e indiretos. Os custos também apresentam diferenças entre si em determinadas áreas de atuação, como na empresa que presta serviços, que é uma atividade contratada e exercida por terceiros.

Palavras-chave: contabilidade de custos, prestação de serviços, custos.

INTRODUÇÃO

Devido a grande abundância de setores, a contabilidade de custos surgiu como uma importante ferramenta para a definição de custos em uma empresa seja para definir os custos dos insumos utilizados na produção ou na prestação de serviços; indicar os custos das diferentes áreas de que é composta; realizar

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. fernanda_thais13@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. lucianokochem@gmail.com

³ Mestre em Contabilidade. Orientador. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. augustorlijui@gmail.com

orçamentos; ou controlar as atividades, diminuindo os custos dos materiais utilizados para a fabricação ou prestação de um serviço.

A produção deste artigo tem como objetivo relatar informações sobre a contabilidade de custos na prestação de serviços, no qual também trazem referências sobre a classificação dos custos, os métodos de custeio, abordando sua utilidade no setor da empresa prestadora de serviços.

Para a composição do vigente trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso, nos quais se buscou aperfeiçoar o conhecimento, para posicionar os leitores sobre contabilidade de custos em seus diversos conceitos e aplicações.

A estrutura da pesquisa consta da definição de contabilidade, da contabilidade de custos, bem como a sua aplicação na prestação de serviços e inclui também um estudo de caso sobre um evento organizado pela empresa prestadora de serviços.

1 CONTABILIDADE

A contabilidade é uma ciência social que tem por objeto o patrimônio das entidades e o objetivo é controlar esse patrimônio. De acordo com Ribeiro, a contabilidade se firmou como ciência com o surgimento do método das partidas dobradas, no final do século XV. Esse procedimento contábil passou a ser adotado universalmente, chegando aos dias atuais como uma eficiente ferramenta de controle que pode ser executado tanto aos patrimônios de pessoas físicas como aos patrimônios de pessoas jurídicas, tenham elas propósito lucrativo ou não (RIBEIRO, 2013). Para Iudícibus,

A contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja este pessoa física, entidade de finalidades não lucrativas, empresa, seja mesmo pessoa de Direito Público, tais como Estado, Município, União, Autarquia etc., tem um campo de atuação muito amplo. (IUDÍCIBUS, 2010, p. 01).

A principal finalidade da contabilidade, segundo Basso, é fornecer informações de ordem física, econômica e financeira sobre o patrimônio, com destaque para o controle e planejamento. Sobre o controle, a contabilidade aponta os fatos que nele ocorrem, gerando relatórios qualitativos e quantitativos, o que facilita ao usuário contábil comparar previsões e orçamentos com a realidade da empresa. Em relação ao planejamento, auxilia com dados ao processo decisório: programação e reprogramação de metas, projetos e atividades (BASSO, 2005).

Deste modo, a contabilidade é considerada como um importante instrumento para controlar o patrimônio das entidades e servir como auxílio para o controle e o planejamento de dados, tanto para pessoa física, como para jurídica.

2 CONTABILIDADE DE CUSTOS

Custo pode ser definido como o consumo de bens e serviços utilizados na fabricação de um produto, ou seja, no processo produtivo, segundo Osni, “[...] o custo, ao integrar o valor do produto fabricado, será totalmente recuperado pela empresa por ocasião da venda do respectivo produto.” (RIBEIRO, 2009, p. 25).

A contabilidade de custos é um segmento da contabilidade financeira direcionada para a apuração dos gastos ocorridos e, segundo Berti, que estudou as ideias de Correia, tem o propósito de apurar resultados em qualquer atividade física ou mental do homem, seja com seus recursos pessoais ou mediante utilização de outros meios. Utiliza os mesmos métodos da contabilidade financeira, porém enfatiza os problemas de classificação dos custos, assim como, ao seu controle (BERTI, 2008). Ribeiro defende que

A Contabilidade de Custos, criada para avaliar estoques, constituiu-se em importante instrumento de controle e atribuição de custos aos produtos, sem se preocupar, no entanto em fornecer informações para o gerenciamento da produção e comercialização. Para exemplificar, as decisões necessárias à atribuição do preço de venda aos produtos tinham por fundamento somente o custo de fabricação; para alcançar a lucratividade desejada, não havia outras preocupações, desconsiderando-se, inclusive, os fatores externos relacionados ao mercado. (RIBEIRO, 2009, p. 13).

De acordo com Bornia, com o crescimento das empresas e o aumento da complexidade do sistema produtivo, notou-se que as informações fornecidas pela contabilidade de custos eram muito úteis ao auxílio gerencial, superando a mera determinação contábil do resultado do período. Os sistemas de custos podem contribuir para a gerência da empresa basicamente de dois modos: auxílio ao controle e à tomada de decisões (BORNIA, 2010).

A contabilidade de custos é classificada em diferentes tipos de custos, temos como exemplo: custos diretos e indiretos, fixos e variáveis. Segundo Nogueira, “[...] custos diretos são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos, bastando apenas que se tenha uma unidade de medida de consumo, como quilo de matéria-prima por produto, [...] horas de mão-de-obra gastas no produto.” (NOGUEIRA, 2009, p. 27).

Os custos indiretos, conforme Bertó e Beulke dão sustentação ao desempenho das atividades e tem como característica a inviabilidade de serem medidos, identificados, quantificados diretamente em cada unidade comercializada. Alguns exemplos são: depreciações, despesas administrativas, seguros e serviço de terceiros (BERTÓ; BEULKE, 2006).

De acordo com Sá, os custos fixos e variáveis baseiam-se no volume de produção: os fixos independem da quantidade produzida, ou seja, não se alteram com o aumento ou diminuição da produção normal, e têm como exemplo o aluguel da fábrica; já os custos variáveis se modificam conforme a produção aumenta ou diminui, para exemplificar temos a energia elétrica (SÁ, 2010).

Dentro da contabilidade de custos também encontramos diversos métodos de custeio, dentre os mais utilizados podemos citar o custeio por absorção, o custeio variável, o padrão e o Custeio Baseado em Atividades (ABC). O custeio por absorção, conforme Viceconti e Neves consiste na apropriação de todos os custos à produção do período, ou seja, inclui os custos fixos e os variáveis e exclui as despesas; os custos referentes aos produtos em elaboração e aos produtos finalizados que não tenham sido vendidos estarão ativos nos estoques destes produtos (VICECONTI; NEVES, 2013).

O custeio variável, de acordo com Wernke, considera somente os custos variáveis dos produtos vendidos, enquanto os custos fixos ficam separados e são conceituados como despesas do período (WERNKE, 2008).

Novamente com a ideologia de Viceconti e Neves, certificam que no custeio padrão “os custos são apropriados à produção não pelo seu valor efetivo (ou real), mas sim por uma estimativa do que deveriam ser (custo padrão). Podem ser utilizados quer a empresa adote o Custeio por Absorção, quer o Custeio Variável.” (VICECONTI; NEVES, 2013). Martins afirma que

O Custeio Baseado em Atividades, conhecido como ABC (Activity-Based Costing), é um método de custeio que procura reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos. O ABC pode ser aplicado, também, aos custos diretos, principalmente à mão de obra direta, e é recomendável que o seja; mas não haverá, neste caso, diferenças significativas em relação aos chamados “sistemas tradicionais”. A diferença fundamental está no tratamento dado aos custos indiretos. (MARTINS, 2010, p. 87).

Portanto a contabilidade de custos, criada para calcular estoques, pode ser definida como um bem ou serviço utilizado em um produto, além de contribuir para a apuração de resultados e gastos incorridos, também é muito útil para o controle e a tomada de decisões. Pode ser classificada em diversas variedades de custos, como por exemplo, custos fixos e variáveis, e em diferentes métodos de custeio, tendo como exemplo o custeio por absorção.

3 CONTABILIDADE DE CUSTOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação de serviços é a realização de um trabalho contratado por terceiros e são considerados intangíveis, inseparáveis, heterogêneos e simultâneos. De acordo com Casas, os intangíveis são serviços abstratos; os inseparáveis não podem ser estocados ou produzidos como ocorre com os bens; os heterogêneos não mantêm a constante qualidade dos serviços e nos simultâneos a produção e o consumo acontecem ao mesmo tempo (CASAS, 2008).

Existem vários tipos de serviços no mercado atualmente e uma das principais características para se identificar um serviço, segundo Rodrigues, Leal e Hargreaves, é que as empresas exercem atividades que são oferecidas no mercado

de consumo, em troca de uma remuneração (RODRIGUES; LEAL; HARGREAVES, 1997). Berti explica que

Uma das características da empresa de prestação de serviços é que ela tem pouco ou nenhum estoque, só em alguns casos podem ocorrer pequenos estoques, principalmente de materiais de consumo; exemplo: uma empresa de serviços de limpeza precisa manter um estoque, embora pequeno, de materiais de limpeza como: detergente, sabão em pó, barra etc., e os custos de mão de obra absorvem o maior volume dos custos totais. (BERTI, 2008, p. 95).

Conforme Megliorini, “[...] a apuração de custos nas empresas prestadoras de serviços se assemelha à apuração realizada nas empresas industriais. Há situações em que os serviços necessitam da aplicação de material; em outras, não.” (MEGLIORINI, 2012, p.12).

Desta forma, compreende-se que a prestação de serviços é a consumação de um trabalho realizado por terceiros, no qual não há a venda de mercadorias e possui pouco ou nenhum estoque. Os serviços podem ser classificados como intangíveis, inseparáveis, heterogêneos e simultâneos e denominados como uma atividade disponibilizada no mercado, em troca de alguma remuneração.

4 ESTUDO DE CASO

Elaborou-se um estudo de caso baseado nos custos e despesas para a realização de uma festa de quinze anos organizada pela empresa: Estúdio Fotográfico Carlis. A seguir, a Tabela 1 mostra os valores dos custos dos produtos utilizados para a decoração:

Tabela 1

Custos dos itens de decoração

Ambiente Externo e Hall de entrada					
Item	Quantidade	Custo Unitário R\$	Receita unitária R\$	Lucro R\$	Receita Total R\$
Tochas de fogos	10	1,14	10,00	88,60	100,00
Plantas (Fenix, Palmeiras)	7	20,00	50,00	210,00	350,00
Painel de Foto com estrutura	1	80,00	400,00	320,00	400,00
Luzes Canhão	3	106,25	150,00	131,25	450,00

Continuação da Tabela 1

Túnel com Laicras e tecidos	1	120,00	750,00	630,00	750,00
Tapete Xadrez	1	10,00	170,00	160,00	170,00
Estruturas MDF	3	15,00	120,00	315,00	360,00
Bancos de Ferro	1	2,00	100,00	98,00	100,00
Total				1.952,85	2.680,00

Ambiente Interno					
Item	Quantidade	Custo Unitário R\$	Receita unitária R\$	Lucro R\$	Receita Total R\$
Mesas com Toalhas e sobre	22	3,75	40,00	797,50	880,00
Cadeiras Ferro Estofadas	180	3,00	5,00	360,00	900,00
Mesa de Vidro para doces	1	5,21	120,00	114,79	120,00
Baú e Urna para Presentes	1	1,33	40,00	38,67	40,00
Forração de todo salão	1	200,00	4.000,00	3.800,00	4.000,00
Sala de pergolado	1	375,00	1.200,00	825,00	1.200,00
Letras para nome em MDF	8	4,50	50,00	364,00	400,00
Gelo Seco 3 aplicações	1	800,00	1.800,00	1.000,00	1.800,00
Chuva de Pétalas de Rosa	1	150,00	350,00	200,00	350,00
Taças de Água	180	0,11	0,70	106,20	126,00
Taças de Cerveja	180	0,11	0,70	106,20	126,00
Estrutura de Palco, Escada	1	166,67	2.300,00	2.133,33	2.300,00
Adesivo de Pista com logo	1	50,00	300,00	250,00	300,00
Plantas decorativas	8	20,00	50,00	240,00	400,00
Lustres	2	44,44	75,00	61,12	150,00
Pontos de luz led	15	2,22	25,00	341,70	375,00
Arranjos de flores nobres	22	40,00	80,00	880,00	1.760,00
Castiçais de Vidro	22	2,57	35,00	713,46	770,00
Castiçais com 15 velas	1	2,22	100,00	97,78	100,00
Tapetes para cenários	3	4,29	170,00	497,13	510,00
Bar (drink destilados)	1	900,00	2.500,00	1.600,00	2.500,00
Livro de Assinaturas	1	350,00	500,00	150,00	500,00
Total	653	3.125,42	13.741,40	14.676,88	19.607,00
Total da Decoração				16.629,73	22.287,00

Fonte: produção do pesquisador.

Na Tabela apresentada, constam diversos valores de produtos empregados na decoração do evento, separados por quantidade, custo unitário, receita unitária paga pelo cliente, o lucro da empresa com esse evento e o valor total pago pelo cliente pelo devido produto, cujo é denominado como receita total da empresa. A tabela está dividida por ambientes, externo e interno.

A apropriação dos custos unitários foi realizada baseando-se na durabilidade e depreciação dos itens, como por exemplo, os castiçais de vidro consideram-se o custo pago pela empresa por uma unidade o valor de R\$ 90,00 (noventa reais) e durabilidade de aproximadamente 35 (trinta e cinco) eventos, realizando o cálculo,

tem-se os R\$ 90,00 divididos por 35 eventos, resultando em um valor unitário de R\$ 2,57 por evento realizado; e também os itens que não podem ser reutilizados e devem ser comprados novos para cada evento, como exemplos têm a chuva de pétalas de rosas.

O valor do lucro obtido no evento foi calculado da seguinte maneira: do valor da receita unitária foi descontado o custo unitário e o valor obtido foi multiplicado pela quantidade exigida. Como exemplos têm as tachas de fogos, cuja receita unitária é R\$10,00 e o custo unitário R\$ 1,14, diminuindo o custo da receita tem-se o lucro unitário de R\$8,86 e multiplicando pela quantidade total, o lucro total obtido por este produto é de R\$88,60.

Nessa parte da decoração na prestação do serviço verificou-se o valor total pago pelo cliente, ou seja, uma receita na quantia de R\$ 22.287,00, resultando em lucro bruto de R\$ 16.629,73 para a empresa com este evento.

A seguir, a Tabela 2 apresenta os valores dos custos de fotografia e filmagem do evento estudado, bem como o custo pago pela empresa, representado pelo custo unitário e o preço pago pelo cliente, representado pela receita:

Tabela 2

Custo dos itens de Fotos e Filmagem

Item	Quantidade	Custo Unitário R\$	Receita R\$	Lucro R\$
Álbum Encadernado Festa Tamanho 30x70 (30 lâminas)	1	2.000,00	4.500,00	2.500,00
Álbum Encadernado Book 30x60 (20 lâminas)	1	1.700,00	3.200,00	1.500,00
Cobertura de Filmagem HD, 3D (três câmeras) e Drone	1	1.500,00	4.000,00	2.500,00
Total	3	5.200,00	11.700,00	6.500,00

Fonte: produção do pesquisador.

Na Tabela 2, tem-se a apuração dos custos de foto e filmagem do evento, onde consta o custo que a empresa tem com cada item, totalizando R\$ 5.200,00 e o valor cobrado para o cliente, que foi de R\$ 11.700,00. Neste caso a empresa arrecadou um lucro de R\$ 6.500,00 no evento.

A seguinte Tabela apresenta o somatório dos valores totais cobrados no evento:

Tabela 3

Custos totais do Pacote		
Item	Receita Total R\$	Lucro R\$
Decoração	22.287,00	16.629,73
Fotos	11.700,00	6.500,00
Total do Pacote	33.987,00	23.129,73
Simplex Nacional 6%		1.387,78
Total		21.741,95

Fonte: produção do pesquisador.

Na Tabela 3 constam os valores dos custos totais cobrados no pacote de R\$ 33.987,00 gerando um lucro bruto de R\$ 21.741,95 para a empresa, com o Simplex Nacional descontado em 6% do lucro total. Um resultado muito positivo e satisfatório.

Entretanto, os gastos também devem ser incluídos e a Tabela 4 apresenta estes valores:

Tabela 4

Despesas que a empresa teve com o evento			
Item	Quantidade	Custo R\$	Total R\$
Frete (por km rodados), percurso: Boa Vista do Buricá a Três de Maio (30 km).	8	30,00	240,00
Encargos e Salários dos Funcionários	5	(40 x 5) x 2	500,00
Horas Extra	4 x 8 = 32	15,00	480,00
Lucro Desejado	20%	33.987,00 x 20%	6.797,40
Total			8.017,40

Fonte: produção do pesquisador.

Os dados apresentados representam as despesas que a empresa tem para pagar, totalizando R\$ 8.017,40, então diminuindo esse valor do lucro bruto anteriormente encontrado (R\$ 21.741,95 menos os R\$ 8.017,40) a empresa ficará

com um lucro líquido de R\$ 13.724,55 com a produção do evento o que é um ótimo resultado.

Nas despesas citadas acima, temos o frete do percurso percorrido até o local do evento, o salário dos funcionários, horas extra e o lucro desejado pelo diretor da empresa. O salário foi calculado conforme uma apropriação de custos às horas trabalhadas um dia antes para a organização e um dia após o evento. As horas extras foram apropriadas apenas para as horas trabalhadas à noite, durante o evento. E o lucro desejado, que é de 20%, foi calculado sobre a receita total, a qual foi de R\$33.987,00.

A apropriação das horas para o salário foi calculada conforme as horas mensais de cada funcionário, ou seja, por mês são trabalhadas 180 horas, então dividindo R\$900,00 (que seria o salário mensal) pelas 180 horas, tem-se R\$5,00 por hora. No dia antes do evento foram trabalhadas 10 horas e no dia após também, foram 5 funcionários que trabalharam, portanto multiplica-se as 10 horas pelos 5 funcionários e obtém-se 50 horas. Essas 50 horas multiplicadas por R\$5,00 resultam no valor de R\$250,00 no dia anterior ao evento, as quais se somam ao dia posterior, que tem o mesmo número de funcionários e horas, e o total é de R\$500,00 pelos dois dias trabalhados e por 5 funcionários.

Já nas horas extras, os cálculos basearam-se na quantidade de funcionários que trabalharam e na quantidade horas trabalhadas durante o evento. Foram 4 empregados e 8 horas trabalhadas, ou seja, 32 horas no total. O valor pago por hora durante eventos é de R\$15,00, então o valor total é de R\$480,00 de horas extras trabalhadas ao decorrer do evento.

Com a análise das tabelas, podemos perceber o quão importante é contabilizar os custos, pois temos uma visão mais ampla dos gastos incorridos e dessa forma obter valores mais exatos e ver se a empresa está gerando lucratividade ou se possui prejuízo.

CONCLUSÃO

Com base nos estudos e pesquisas, conclui-se que a contabilidade é uma importante ferramenta para controlar o patrimônio e dessa forma registrar, resumir,

classificar e comunicar dados financeiros, sendo útil tanto para pessoa física como para pessoa jurídica. Complementa-se ainda, que com o surgimento da contabilidade de custos, surgem as diversas classificações de custos, bem como os distintos métodos de custeio e suas áreas de aplicação.

A contabilidade de custos assume um importante papel nas empresas, visto que ela é muito importante para os administradores, principalmente nas empresas prestadoras de serviços, pois eles necessitam de informações para melhorar a qualidade e eficiência nas atividades realizadas, além de compreender diretamente os custos e a lucratividade de cada um de seus serviços prestados a clientes.

Portanto, verifica-se que a contabilidade de custos tem grande importância e dispõem de vários benefícios em sua utilização, pois através dela obtemos maior conhecimento sobre os custos e suas classificações e desta forma podemos analisar qual o melhor método a ser empregado, uma vez que esta serve para definir custos e apurar resultados. Além disso, com suas subdivisões, nas quais se incluem as diferentes identificações de custos e métodos de custeio, observam-se suas diversas especificações e deste modo pode-se optar pelo melhor método a ser utilizado, o que favorece as empresas, pois apresentarão dados organizados e controlados.

REFERÊNCIAS

BASSO, Irani Paulo. **Contabilidade Geral Básica**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

BERTI, Anélio. **Contabilidade e Análise de Custos**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

BERTÓ, Dalvio José; BEULKE, Rolando. **Gestão de Custos**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BORNIA, Antonio Cezar. **Análise Gerencial de Custos: Aplicação em Empresas Modernas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CASAS, Alexandre Luzzi Las. **Qualidade Total em Serviços**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008).

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos**. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

NOGUEIRA, Daniel Ramos. **Contabilidade de Custos**. 1. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de Custos**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RODRIGUES, Francisco Flávio de A.; LEAL, Maria Leonor de M. S.; HARGREAVES, Lourdes. **Qualidade em Prestação de Serviços**. 1. ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1997.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da Contabilidade Geral**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de Custos: um enfoque direto e objetivo**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

WERNKE, Rodney. **Gestão de Custos: Uma Abordagem Prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

A EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NOS PROCESSOS CONTÁBEIS

Carolina Von Mühlen¹
Henrique Engel²
Luís Henrique Pasini³
Tais Schöninger⁴
Guilherme Anderson Sturm⁵

RESUMO

Em virtude da globalização a contabilidade passou para um novo cenário na forma de gestão com o auxílio da tecnologia da informação. A busca por informações mais transparentes na área contábil, inicialmente pelas empresas instituídas como Sociedade Anônima, afloraram o campo para pesquisas e desenvolvimento de *softwares*, incentivando também a legislação brasileira a exigir cada vez mais controle na gestão das empresas. Este artigo busca acompanhar a evolução dos processos contábeis, no que concerne o início do uso da tecnologia da informação. O desenvolvimento se deu principalmente com sistemas integrados de gestão, como os *ERP's (Enterprise Resource Planning)*, que obtiveram destaque após a implantação do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), pois este contribui significativamente para o acompanhamento das informações. Além da criação do SPED, a Receita Federal implantou melhorias na declaração do Imposto de Renda, que passou a ser realizada de forma informatizada, garantindo ao contribuinte maior agilidade e confiabilidade dos dados. O contador, antigamente visto como “guarda livros”, passou a ser o controlador de inúmeras ferramentas de gestão, o que contribui para complementar ainda mais o seu conhecimento como profissional frente à análise das informações contábeis. O profissional contábil deve ser capaz de se adaptar a tecnologia que o cerca, pois atualmente grande parte dos processos operacionais não é mais executado no papel e por conta disso, a tecnologia se tornou um importante recurso que, além de facilitar o processo, influencia na qualidade da informação prestada.

Palavras-chave: evolução da contabilidade - sistemas integrados de gestão - tecnologia da informação.

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis – 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. carolina.cvm@live.com

² Acadêmico do curso de Ciências Contábeis – 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. hique_engel@hotmail.com

³ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis – 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. lh_pasini@outlook.com

⁴ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis – 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Tais_hz@hotmail.com

⁵ Contador, Especialista em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas -Orientador. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. guilherme@escritorioregional.com.br

INTRODUÇÃO

A contabilidade passou por diversas transformações significativas nos últimos anos. Os processos de escrituração contábil, anteriormente praticados de forma exclusivamente manual, foram em grande parte, substituídos e aprimorados pela modernização dos sistemas de informação.

Atualmente, o mercado competitivo obriga as organizações a se adaptarem às novas mudanças econômicas, fiscais e de cunho tecnológico. O profissional contábil deixou para trás a velha figura de “guarda livros”, para se tornar um profissional que precisa buscar a evolução constante, tanto em relação às frequentes mudanças nas legislações, normas e padrões que norteiam a contabilidade, quanto aos processos operacionais.

O avanço tecnológico está intimamente ligado com a necessidade de otimizar os recursos, aumentar a produtividade e principalmente interligar as informações. Por conta de um vasto e relevante número de processos contábeis inerentes à profissão, o uso da tecnologia da informação tornou-se indispensável para a expansão das atribuições do Contador no mercado de trabalho.

A fim de aprofundar o estudo acerca da influência da tecnologia da informação nos processos contábeis, buscamos subsídios através de pesquisa bibliográfica, tendo como principais autores: Nardon Filho (2010), que apresenta a história da contabilidade e suas relações com a fiscalização tributária, desde a escrituração manual até o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), Leite (2009), que avalia a importância da informática na contabilidade e Ascensão (2010), que trata da adaptação do profissional contábil frente às novas tecnologias.

1 MUDANÇA TECNOLÓGICA

A utilização dos computadores teve início sob intermédio da Segunda Guerra Mundial, onde o exército, detentor de poder aquisitivo, passou a operá-lo com a finalidade de obter informações no campo militar de pesquisa e combate. Entretanto, de 1980 até 1990, a informática foi objeto de aprimoramento nos sistemas para uso

empresarial, tomando grandes proporções até atingir de forma generalizada as organizações (VELLOSO, 2004).

Corroborando com Velloso, Meira Neto ressalta que a tecnologia da informação e o advento da *internet* tem apresentado grande progresso evolutivo desde o início da década de 1990, em especial no campo de gestão com o surgimento de *softwares* voltados à área gerencial (MEIRA NETO, 2003). Seguindo o mesmo ponto de vista, Leite ressalta que:

O homem sempre procurou uma maneira de produzir mais com menos recursos. E para satisfazer essa exigência, ele desenvolveu máquinas capazes de otimizar determinadas atividades, que se feitas por humanos, seriam complicadas e demoradas (LEITE, 2009, p. 3).

Conectando essa temática à contabilidade, Chaves afirma que “[...] a tecnologia de informação foi acrescida ao universo contábil como forma de resposta às novas exigências do mercado, traduzindo mudanças no perfil do profissional.” (CHAVES et al., 2003). Seguindo esta linha de raciocínio, é praticamente impossível uma organização tornar-se competitiva no mercado atual sem o auxílio da informática, visto que, tal tecnologia encontra-se presente em basicamente todas as atividades econômicas (LEITE, 2009).

Para Ascensão:

[...] a qualidade da informação tem levado os estudiosos a aperfeiçoar continuamente os processos e mecanismos que se apresentam de uma forma bem mais complexa atualmente, abordando-os como instrumentos do mundo tecnológico, donde advém o estudo da informação como base da tecnologia (ASCENÇÃO; SOUZA; SOUZA, 2010, p.3).

Devido aos elevados custos de *softwares*, *hardwares* e o contínuo avanço da tecnologia, este caracterizado pela rápida obsolescência de sistemas, o uso da tecnologia da informação foi em determinado período evitado pelas empresas. No entanto, com a crescente competitividade do atual mercado, estas tendem a buscar novas ferramentas de gestão e controle provindas da informática. O que antes era considerado um custo, passa a ser um investimento rentável (FOINA, 2012).

2 A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

Devido a sigilidade das obras contábeis, o avanço da ciência era muito limitado, não ocorrendo entre os profissionais a troca de informações inerentes a área. Após a consolidação das Sociedades Anônimas e o aumento do mercado acionário, é que a contabilidade começou a ser aferida para a sociedade empresarial como uma ferramenta de suma importância (OLIVEIRA; PEREIRA, 2013).

Ascarelli ressalta que o desenvolvimento das Sociedades Anônimas adveio principalmente graças ao capitalismo, pois, as empresas de grande porte eram as únicas que apresentavam condições financeiras para adquirir *softwares* voltados à gestão da contabilidade (ASCARELLI, 2001). Tal investimento tornou-se imprescindível para as empresas, tendo em vista que, os investidores ficaram mais criteriosos quanto à transparência e eficiência nas práticas corporativas (BOULOS; SZTERLING, 2002).

Com o surgimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, oficialmente Lei Complementar 101/2000, a informática teve grande uso para apuração e compartilhamento das informações. Até então com a Lei 4.320/64, os órgãos públicos não tinham a obrigação de detalhar suas contas, conseqüentemente não havia a necessidade de investir em *softwares* de gestão de dados. Com a promulgação da lei, houve a necessidade de ter sistemas capazes de não somente gerar os dados, como também compartilhá-los para todos os públicos de forma rápida e transparente (SILVA, 2008).

A contabilidade vem desempenhando um papel vital dentro das organizações e com as exigências do mercado crescendo a cada dia, não admite-se mais que a atividade contábil seja destinada apenas ao registro de fatos e prestação de contas junto aos órgãos públicos. A contabilidade tornou-se uma ferramenta de gestão que necessita de aprimoramento constante, fornecendo dados e prestando suporte a toda entidade, assim, a maneira de elaborar as demonstrações vem evoluindo com o surgimento de novas tecnologias, pois é possível obter informação de forma mais rápida e eficaz (LEITE, 2009).

Corroborando com Leite, Faria et al. sugere que a era globalizada trouxe à classe contábil novas responsabilidades. O contador, através de informações

contábeis e financeiras, auxilia os gestores da empresa nos processos de tomada de decisões (FARIA; LUCAS; LUCAS, 2009).

3 SISTEMAS INTEGRADOS NA ÁREA CONTÁBIL

Entende-se como Sistemas Integrados, os programas utilizados pelas empresas que possibilitam compartilhar informações, padronizar processos, além de promover a utilização simultânea de dados proporcionando a um número maior de usuários o acesso a informação em tempo real (FEITAL; OLIVEIRA; SILVA, 2012). Para Vasconcelos,

A informática é capaz de disponibilizar um conjunto de tecnologias para atender vários usuários entre eles a contabilidade. A contabilidade deve ter habilidade para montar dados que admita a obtenção das informações objeto do seu trabalho (VASCONCELLOS, 1997, p. 26).

As organizações buscam, através da Tecnologia da Informação, maior eficiência e eficácia em seus processos produtivos. A agilidade e qualidade na tomada de decisão se dá pela avaliação do cenário interno e externo, o que caracteriza harmonia com as demandas de seus usuários (OSPINA; PRATES, 2004).

A partir do momento em que a empresa opta pela adoção de um sistema integrado, é imprescindível a avaliação dos impactos e de seus benefícios, bem como, da necessidade de investimento de capital e adequação cultural dos colaboradores (OLIVEIRA; VASCONCELOS, 2005).

Dentre as principais vantagens da utilização de um Sistema Integrado de Gestão pode-se relacionar:

[...] redução de número de sistemas, registro *on-line* e *real-time*, visão integrada das operações da empresa e eliminação de retrabalhos, maior eficiência e redução de custos administrativos, utilização de um único banco de dados. (ASCENÇÃO; SOUZA; SOUZA, 2010, p. 4-5).

Dando sequência a ideia de Ascensão, Oliveira e Vasconcelos ressaltam as vantagens do Sistema Integrado para a área contábil, sendo:

[...] descentralização da execução dos registros contábeis, permitir a ampla utilização do conceito de razão ou sistema auxiliar, ter a contabilidade de custos integrada com a contabilidade geral, ter um melhor controle interno, redução nos prazos de fechamentos mensais, atuação do contabilista mais próximo aos gestores de outras áreas, conhecimento do negócio empresarial como um todo. (OLIVEIRA; VASCONCELOS, 2005, p. 25).

Com o propósito de suprir as necessidades até então não atendidas por outros programas, as empresas encontraram no *ERP* uma alternativa para a potencialização dos processos operacionais, pois, trata-se do programa de maior destaque atualmente neste cenário (WERLICH, 2006).

3.1 ERP (*ENTERPRISE RESOURCE PLANNING*)

O *ERP* ou Planejamento de Recursos Empresariais, consiste em uma plataforma de *softwares* interligados através de servidores. Este sistema tem o intuito de concentrar as informações em um único banco de dados, acessível por qualquer área ou setor da entidade (CAIÇARA JUNIOR, 2011). Para Agostinho e Silva:

[...] a essência do *ERP* está em organizar, codificar e padronizar os processos e dados de negócio de um grupo empresarial, fornecendo informação correta, para a pessoa certa e no momento certo, bem como trazendo inúmeras outras vantagens. (AGOSTINHO; SILVA, 2009 p. 6).

O *ERP* passou a ter maior utilização e aprimoramento com o pressuposto da implantação do SPED, onde executaria o confronto e gerenciamento de dados (PORTELA JUNIOR, 2014).

3.2 SPED (SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL)

Após promover pesquisas que indicaram fraudes e prejuízos no sistema de arrecadação de tributos no Brasil, o governo federal buscou implementar um sistema de informação mais ágil e preciso chamado SPED, que surgiu com o intuito de

aumentar a fiscalização da arrecadação de tributos nas organizações (NARDON FILHO, 2010).

O SPED compõe mais um avanço da informatização na área contábil. Surgiu em decorrência de uma ampla transformação social que visa à modernização das obrigações acessórias que são instituídas aos contribuintes. Este instrumento tem como caráter principal a padronização e o compartilhamento das informações de cunho contábil e fiscal, além de operar com rapidez na identificação de atividades tributárias ilícitas.

Por conta da possibilidade de cruzamento de dados, seus resultados geram uma fiscalização mais efetiva e um avanço tecnológico na relação entre o fisco e seus contribuintes, racionalizando com isso, as obrigações e informações acessórias impostas (BRASIL, 2011).

Representando uma iniciativa unificada das administrações do governo municipal, estadual e federal, o SPED foi constituído de três subprojetos: Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Contábil Digital e a Escrituração Fiscal Digital (TEIXEIRA, 2014).

Inicialmente a implantação do SPED se deu face a Nota Fiscal Eletrônica (NFe), caracterizado por um arquivo gerado e armazenado eletronicamente que surgiu para substituir a nota fiscal em papel. Seu principal objetivo é evidenciar as operações fiscais da empresa, no qual terá validade jurídica somente se for assinada digitalmente pelo emissor, cujo órgão responsável por essa ferramenta é a Secretaria da Fazenda do Estado onde a empresa está localizada (NARDON FILHO, 2010).

Dando sequência ao projeto de adequação do SPED, surgiu a Escrituração Contábil Digital (ECD), com a finalidade de substituir a escrituração anteriormente feita em papel, pela escrituração enviada via arquivo digital dos livros Diário e Razão (TEIXEIRA, 2014). Finalizando a grade de subprojetos do SPED, a Escrituração Fiscal Digital (EFD) é definida como:

[...] um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações

praticadas pelo contribuinte. Este arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via *Internet*, ao ambiente SPED. (NARDON FILHO, 2010).

Por conta da evolução nos processos de envio dos arquivos de forma digital, passou-se a ter mais agilidade nos registros contábeis, redução do uso de papel e conseqüentemente do espaço físico destinado ao armazenamento de documentos além de contribuir para o maior controle da fiscalização.

3.3 IMPOSTO DE RENDA

Assim como muitos processos passaram por transformações com o advento tecnológico, o Imposto de Renda passou a ser realizado com caráter menos burocrático, maior agilidade e clareza nas informações (BRASIL, 1999).

O imposto de renda é um tributo cobrado no Brasil desde a década de 1920, tanto das pessoas físicas quanto jurídicas. Entretanto, o órgão responsável pela arrecadação e fiscalização, Receita Federal, não possuía os recursos necessários para a realização de tal procedimento até meados de 1965, quando foi desenvolvido um sistema de inteligência capaz de identificar os contribuintes brasileiros (NARDON FILHO, 2010).

Apesar de ser um grande avanço, apenas o cadastramento dos contribuintes não era suficiente, o processamento dos dados era falho e a Receita Federal não dispunha das ferramentas essenciais para a fiscalização e absorção das informações. A Lei das Sociedades Anônimas, Lei nº 6.404/76, juntamente com Decreto-Lei nº 1.598, incorreu mudança neste cenário através de maior foco na lei contábil da legislação fiscal (NARDON FILHO, 2010).

Atualmente a Receita Federal dispõe de um *software*, o *Receitanet*, capaz de transmitir, em tempo real, as declarações emitidas pelos contribuintes, bem como validar as informações por meio de um menor custo de processamento (OBERSTEINER; OLIVEIRA, 2011).

CONCLUSÃO

À medida que a globalização avança e a exigência do mercado se intensifica, torna-se inevitável a busca por inovações dentro das empresas. O anseio pela otimização dos processos e por modelos mais eficazes de gestão leva os administradores a buscar soluções no campo da tecnologia.

A contabilidade evoluiu muito nos últimos 20 anos, sendo imprescindível ressaltar essa evolução por conta da implementação da tecnologia. Pode-se dizer que a partir da fase informatizada, as operações da empresa passaram a ser realizadas de forma mais ágil e com maior segurança, além de permitir ganho na eficácia e na apuração das informações por parte dos gestores.

O advento dos sistemas integrados de gestão na rotina contábil trouxe consigo uma nova forma de gerir resultados. O armazenamento e compartilhamento simultâneo de dados fez com que diversos setores da empresa pudessem ter acesso imediato às informações, contribuindo para ganho em agilidade e desempenho.

Visto a possibilidade do cruzamento de dados entre *softwares* distintos, o SPED foi inserido de forma significativa para dentro das empresas e é inegável sua ligação com sistemas ERP, pois para obter informações de forma mais rápida e atualizada, se faz necessário o uso de sistemas integrados de gestão que auxiliem todas as operações, para então submeter os resultados a escrituração digital que é o SPED.

Faz-se necessário ter uma visão ampla de mercado, avaliando os recursos que possam contribuir para melhor eficácia da gestão da empresa. Cabe ao contador, manter-se atualizado quanto às exigências da legislação, como também, adotar uma postura de busca por inovação e informação em tempo real, trazendo rapidamente ao seu benefício, agregando assim novas oportunidades para a empresa e lhe garantindo vantagens competitivas de mercado.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Oswaldo Luiz; SILVA, Silvio Freitas. **Proposta de modelo de Sistemas de Gestão Integrada ERP para pequenas e médias empresas.** Disponível em: <www.unaerp.br/index.php/documentos/802-proposta-de-modelo-de-sistemas-de-gestao-integrada-erp-para-pequenas-e-medias-empresas/file>. Acesso em: 06 mai. 2015.

ASCARELLI, Tullio. **Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado.** Campinas: Bookseller, 2001.

ASCENÇÃO, Hugo da Silva; SOUZA, Edson A. Farias de; SOUZA, Ivan Barbosa de. **Adequação do profissional de contabilidade junto às novas tecnologias.** Disponível em: <meuartigo.brasilecola.com/informatica/adequacao-profissional-contabilidade-junto-as-novas-.htm>. Acesso em: 21 mar. 2015.

BOULOS, Eduardo Alfred Taleb; SZTERLING, Fernando. O novo mercado e as práticas diferenciadas de governança corporativa: exame de legalidade frente aos poderes das bolsas de valores. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro.** São Paulo, n. 125, jan./mar, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 3.000**, de 26 de Novembro de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do imposto sobre a renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm>. Acesso em: 19 mai. 2015.

BRASIL. **Sistema Público de Escrituração Digital – Apresentação.** Disponível em: <www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm>. Acesso em: 02 mai. 2015.

CAIÇARA JUNIOR, Cícero. **Sistemas Integrados de Gestão – ERP: uma abordagem gerencial.** 4. ed. rev., atual. e ampl. Curitiba: Ibpex, 2011.

CHAVES, Suzana et al. **O Impacto da Tecnologia da Informação no Profissional Contábil.** Disponível em: <eco.unne.edu.ar/contabilidad/costos/VIIIcongreso/218.doc>. Acesso em: 10 mar. 2015.

FARIA, Raissa C.; LUCAS, Denilson da Silva; LUCAS, Douglas R. **A Valorização do Profissional Contábil e os Benefícios para a Contabilidade, através do Avanço da Tecnologia da Informação.** Disponível em: <www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/RE_0079_0161_02.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2015.

FEITAL, João C. de Campos; OLIVEIRA, Marcos R. de; SILVA, Thiago L. da. **A Evolução da Contabilidade e o Mercado de Trabalho.** Disponível em:

<fgh.escoladenegocios.info/revistaalumni/artigos/edEspecialMaio2012/vol2_noespecial_artigo_13.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2015.

FOINA, Paulo Rogério. **Tecnologia de Informação: planejamento e gestão**. 2. e.d. – 5. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2012.

LEITE, Isler S. **A Relevância da Informática para a Contabilidade**. Disponível em: <www.dcc.uem.br/enfoque/new/enfoque/data/1249247820.doc>. Acesso em: 11 de mar. 2015.

MEIRA NETO, Abdon. **O Profissional Contábil diante das Necessidades Decisórias dos Empresários e Gestores, Considerando o Ambiente Tecnológico Atual**. São Paulo: Unifecap, 2003.

NARDON FILHO, Arthur. **Da Escrituração Manual ao SPED**. A relação do Fisco com as empresas. Porto Alegre, jul. 2010. CRC/RS. Disponível em: <www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_sped.pdf>. Acesso em: 07 de mai. 2015.

OBERSTEINER, Maria Isabel D. Valle; OLIVEIRA, Gisele Moreira de. A Declaração Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física – Exercício 2012/Ano – Calendário 2011. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas da EDUVALE**, Jaciara/MT, n. 07, nov. de 2012.

OLIVEIRA, André L. Martins; PEREIRA, Daiane A. **A Evolução da Contabilidade na era da Tecnologia da Informação**. Disponível em: <semanaacademica.org.br/system/files/artigos/daiane_aparecida_pereira_3_revisado_24102013_1.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2015.

OLIVEIRA, Célio Roberto I.; VASCONCELOS, Mércia Fernandes. Importância da participação do contador no processo de implantação de Sistemas Integrado de Gestão: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 154, Jul./ago. 2005.

OSPINA, Marco Túlio; PRATES, Gláucia Aparecida. **Tecnologia da Informação em Pequenas Empresas: fatores de êxito, restrições e benefícios**. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552004000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 de mai. 2015.

PORTELA JUNIOR, Sergio da Silva. **Sistema Público de Escrituração Digital: Um Estudo de Caso na Cooperativa Alfa**. Disponível em: <www.unicruz.edu.br/site/cursos/contabeis/artigos/Artigos%202014/Sistema%20P%20F%20Ablico%20de%20Escritura%20E7%E3o%20Digital%20%96%20Um%20Estudo%20de%20Caso%20na%20Cooperativa%20Alfa.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2015.

SILVA, Wilson Roberto da. **Aspectos Normativos, Contábeis e Orçamentários dos Restos a Pagar na Administração Pública Federal**. Disponível em: <www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/178123>. Acesso em: 19 mai. 2015.

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito Empresarial Sistematizado:** Doutrina, Jurisprudência e Prática. 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 2014.

VASCONCELLOS, Marco Túlio de Castro. Impactos da Internet sobre a Evolução da Ciência Contábil. **Revista do Conselho Regional do Estado de São Paulo**, São Paulo, n.01, mar./abr.1997.

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática:** conceitos básicos. 7. ed. rev. e atualizada. 11. Reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

WERLICH, Alexandre. **A Evolução da Contabilidade e os Sistemas de Informação Contábil:** Um Estudo de Caso de Empresa Comercial. Disponível em: <tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294250>. Acesso em: 23 abr. 2015.

AUDITORIA INTERNA EM NOTAS FISCAIS DE ENTRADA EM UMA DISTRIBUIDORA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO

Andreia Werlang¹
Jéssica Laís Mücke²
Michele Paula Goettems³
Patrícia Fernanda Matter⁴
Jacob Dalírio Mayer⁵

RESUMO

O presente artigo teve como finalidade realizar uma análise baseada em auditoria de notas fiscais de entrada. Para abordar seu objetivo o estudo delimitou-se primeiramente em uma pesquisa bibliográfica, abordando alguns conceitos para obter-se um conhecimento inicial sobre planejamento, papéis de trabalho, diferenças entre auditorias interna e externa, amostragem e em seguida um estudo de caso realizado na Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Timm Teló e Cia LTDA, localizada na cidade de Santa Rosa, RS. A análise foi feita através da seleção de uma amostra de notas fiscais de entrada, em um período de seis meses, a fim de confirmar o atendimento às normas contábeis e fiscais. Foram utilizados os seguintes critérios para a seleção da amostra: seleção aleatória ou randômica, sistemática ou por intervalo constante, casual ou por experiência do auditor e por relevância. A análise justifica-se no intuito de auxiliar a distribuidora a verificar informalidades e se está atendendo corretamente às exigências da legislação. Pode-se concluir que a distribuidora demonstra dedicação e empenho em manter-se adequada às normas, uma vez que, na análise realizada, não foi constatado nenhuma irregularidade.

Palavras-chave: auditoria interna, auditoria externa, notas fiscais.

INTRODUÇÃO

Com o avanço tecnológico e a competição presente nas organizações é necessário que se tenha um controle sobre as notas fiscais de entrada, verificando

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis - 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. andreiawerlang2009@hotmail.com

² Acadêmica do curso de Ciências Contábeis - 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. jessica.lais.petri@hotmail.com

³ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis - 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. michele_bvb@hotmail.com

⁴ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis - 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. patymatter95@gmail.com

⁵ Especialista em Gestão empresarial, Auditoria e Perícia Contábil. Orientador. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. jacobdaliriomayer@hotmail.com

se as informações estão de acordo com as normas exigidas. Utilizando a auditoria de notas fiscais como recurso, a empresa pode ter uma maior confiabilidade na tomada de decisões, sabendo realmente a situação da empresa.

Este artigo engloba um estudo de caso feito na Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo, Timm Teló e Cia LTDA, com análise de notas fiscais de entrada, avaliadas em um período de seis meses de outubro de 2014 a março de 2015, para verificar erros ou possíveis irregularidades nas informações por parte da distribuidora ou dos fornecedores.

O estudo tem por objetivo apresentar uma auditoria destinada a auxiliar no controle e verificação de lançamentos contábeis, no que se refere à tributação, entrada de mercadorias no estoque, à conferência de pedidos, prazos, quantidades, preços negociados com fornecedores, verificação de dados do remetente e destinatário, no intuito de averiguar se há conformidade com as normas contábeis e fiscais.

Para a realização do estudo, foram explanados conceitos e ideias de alguns autores, entre eles, Franco e Marra; Almeida; Araújo, Arruda e Barretto e Perez Junior, que de melhor forma retrataram os temas abordados.

Para a elaboração do presente artigo primeiramente foi realizado uma pesquisa bibliográfica, para situar o leitor sobre os conceitos de auditoria, planejamento, papéis de trabalho, diferenças entre as auditorias interna e externa, amostragem e posteriormente o resultado da pesquisa de campo.

1 AUDITORIA

A auditoria é uma técnica de análise que tem como objetivo verificar se os procedimentos da entidade estão sendo realizados corretamente. Segundo Peres Junior,

[...] a auditoria pode ser definida como o levantamento, estudo, análise sistemática das operações, procedimentos, rotinas e demonstrações financeiras de uma entidade, com o objetivo de fornecer a seus usuários uma opinião fundamentada em normas e princípios sobre a sua adequação. (PEREZ JUNIOR, 2012, p. 02).

A auditoria surgiu na Inglaterra, sendo consequência da necessidade dos registros contábeis, em razão do crescimento das grandes empresas e da alta taxa de imposto de renda, com base nos resultados apurados no balanço. Sua evolução esta diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico, o qual gerou grandes empresas, compostas por capitais de muitas pessoas, com intuito de proteger seu patrimônio (FRANCO; MARRA, 2001).

As normas de auditoria fornecem para o auditor uma orientação que auxilia na tomada de decisões, quanto aos procedimentos a serem utilizados, direcionando o seu objetivo. Para Araújo, Arruda e Barreto,

[...] são regras ou parâmetros que o auditor deve respeitar em relação aos objetivos a serem alcançados, aos procedimentos e técnicas de auditorias utilizadas, ao relatório que deve ser elaborado e à qualidade de trabalho. (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETTO, 2008, p. 73).

De acordo com Franco e Marra, as finalidades da auditoria podem ser definidas como: melhoria no controle administrativo, apuração de erros e fraudes, cumprimento das obrigações fiscais, apuração do valor real do patrimônio líquido da entidade, atendimento às exigências legais e confirmar a exatidão das demonstrações contábeis (FRANCO; MARRA, 2001).

Portando com ênfase no estudo acima, observa-se que a auditoria tem como objetivo assegurar a confiabilidade das informações e demonstrações contábeis, constituindo uma concepção necessária para o fortalecimento das entidades seguindo os procedimentos dos princípios e das normas, bem como a finalidade de garantir o bom funcionamento da empresa, tanto financeiramente quanto no processo de expansão do negócio.

2 PLANEJAMENTO

O auditor deve planejar suas auditorias com a intenção de garantir alta qualidade, economicamente e eficientemente. De acordo com Araújo, Arruda e Barretto, “[...] o planejamento de auditoria define a estratégia geral dos trabalhos a serem executados na entidade auditada.” (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETTO, 2008, p. 177).

Segundo Franco e Marra, o planejamento da auditoria tem “[...] o objetivo de propiciar maiores facilidades na execução do trabalho e permitir que vários auditores possam trabalhar concomitantemente.” (FRANCO; MARRA, 2001, p. 298).

O planejamento funciona como uma estratégia para facilitar a execução do trabalho, de forma que vários segmentos possam trabalhar ao mesmo tempo, proporcionando eficiência e agilidade na realização do trabalho.

Os principais procedimentos de auditoria no planejamento são as providências para reunião com a gerência da empresa, a realização da reunião, as informações a serem obtidas, planejamento das horas e auditoria preliminar (ALMEIDA, 2012).

O procedimento de auditoria varia de acordo com a necessidade da empresa, pois cada empresa tem seu grau de dificuldade e seus contratempos. Para tanto, torna-se importante o planejamento e análise dos riscos antes que eles possam causar algum dano à empresa.

A auditoria oferece certo grau de riscos de irregularidades nos registros e nas demonstrações contábeis por ser um trabalho complexo que envolve aplicação de diversos procedimentos para a sua realização. A possibilidade de estes riscos ocorrerem deve ser analisada e avaliada, no momento do planejamento da auditoria para que sejam inclusos procedimentos específicos para detectá-los (FRANCO; MARRA, 2001).

Dessa forma, o planejamento visa garantir métodos econômicos e eficientes a fim de facilitar a execução dos trabalhos e dos processos na organização, bem como diminuir os riscos detectando-os com antecedência.

3 PAPÉIS DE TRABALHO

A definição de papéis de trabalho dá-se pelo conjunto de documentos que comprovam a execução do trabalho realizado pelo auditor. Para que isso se torne possível, é necessário que haja uma organização quanto ao conteúdo em análise: devem estar dispostos de forma coerente.

Nos papéis de trabalho, o auditor deve extrair elementos comprobatórios, a fim de conciliar seu parecer sobre as demonstrações financeiras examinadas. Com

isso, os auditores elaboram papéis de trabalho que apresentam o registro de todas as afirmações adquiridas no decorrer do serviço de auditoria (ALMEIDA, 2012).

Em uma auditoria, todas as evidências obtidas pelo auditor devem ser compiladas em papéis de trabalho ou documentação da auditoria. Os papéis de trabalho representam o conjunto de documentos obtidos ou preparados pelo auditor, de forma manual, eletrônica ou por outros meios, que constituem a prova do trabalho executado [...]. (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETTO, 2008, p. 240).

Conforme Perez Junior, a forma, a organização e o conteúdo devem ser ordenados de forma lógica, que facilite o trabalho de revisão e a localização de informações (PEREZ; JUNIOR, 2012).

De acordo com o estudo, observa-se que os papéis de trabalho oferecem confiabilidade ao parecer do auditor, o que pode auxiliar na tomada de decisão, pois contém todo o processo de realização da análise. Segundo Hoog e Carlin,

[...] A finalidade principal dos papéis de trabalho do auditor é a de servir como base e sustentação da opinião do auditor. Eles constituem o testemunho do trabalho que o auditor efetuou, a forma como foi realizado esse trabalho e registra e documenta as conclusões a que o auditor chegou. (HOOG; CARLIN, 2012, p. 72 apud FRANCO, 2001, p. 322).

Sendo assim, nos papéis de trabalho a ordem e a organização são de suma importância, pois auxiliam no processo de conformidade das informações que o auditor obtém da entidade.

4 AUDITORIA EXTERNA X INTERNA

De acordo com Araújo, Arruda e Baretto, a auditoria está ramificada de duas formas, a externa e a interna. Ambas têm como objetivo auxiliar os administradores na busca de resultados que visam acatar as necessidades das organizações (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETO, 2008).

Para o processo de auditoria externa, são necessários recursos para apuração de dados da empresa, em que o auditor analisa as informações, demonstrando as conclusões para a empresa através de seus resultados,

juntamente com as alterações que devem ser realizadas para as demonstrações contábeis, observando se realmente há irregularidades.

De acordo com Almeida, na auditoria externa o principal objetivo é proporcionar um parecer das demonstrações contábeis, com o propósito de verificar se as informações que nelas constam estão de acordo com a real situação do negócio da empresa, no que se refere à questão patrimonial e financeira (ALMEIDA, 2012).

Já para o processo de auditoria interna, o controle gerencial é aplicado a partir da análise e avaliação da competência de outros controles. É executado através de um auditor de confiança da empresa por contrato trabalhista continuado, na qual a sua manifestação é permanente no âmbito profissional da entidade auditada.

Segundo Crepaldi, o objetivo da auditoria interna é assessorar toda a equipe da administração na execução efetiva de suas funções e responsabilidades, proporcionando-lhes análises, apreciações, recomendações e opiniões pertinentes às atividades examinadas (CREPALDI, 2011).

Algumas diferenças entre as auditorias interna e externa, estão descritas na ilustração 1:

AUDITORIA INTERNA	AUDITORIA EXTERNA
É executada por empregado da organização ou empresa auditada. Portanto, é realizada por profissionais que possuem uma independência relativa.	O profissional que a realiza não possui qualquer vínculo empregatício em relação de interesse com a empresa auditada.
O auditor interno deve ser independente em relação às atividades e às pessoas cujo trabalho está sob escopo do seu exame, devendo subordinar-se às necessidades da administração.	O auditor externo é independente em relação à empresa auditada. Não pode ser influenciado por fatores estranhos, por preconceitos ou quaisquer outros elementos que resultem em perda, efetiva ou aparente, de sua independência.
A avaliação do sistema de controle interno é realizada para, entre outras finalidades, desenvolver, aperfeiçoar e induzir ao cumprimento de normas.	A revisão do controle interno atende às normas de auditoria e objetiva determinar a extensão (escopo) do exame das informações contábeis, no caso da auditoria contábil.
Não se restringe aos assuntos financeiros, englobando também as áreas operacionais.	O exame está limitado principalmente aos aspectos financeiros. O enfoque está voltando para as demonstrações contábeis.
Os exames são direcionados para a identificação de erros e fraudes, que é responsabilidade primária da administração.	Os trabalhos devem ser planejados de modo a identificar erros e fraudes que ocasionem efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.
As áreas objeto de auditoria são continuidade revisadas. A periodicidade é definida pela	As informações comprobatórias das demonstrações contábeis são auditadas

administração.	periodicamente, geralmente em base anual.
----------------	---

Ilustração 01: Diferença entre auditoria interna e externa.

Fonte: Araújo, Arruda e Barretto (2008, p. 32-33).

A ilustração demonstra uma série de diferenças entre as auditorias interna e externa, priorizam principalmente os profissionais que serão diferenciados pelo vínculo empregatício com a empresa. Também, quanto à independência do auditor, está relacionada à empresa auditada e as atividades/pessoas na qual o trabalho será realizado. A periodicidade das informações será definida pelo administrador da empresa.

5 AMOSTRAGEM

A amostragem é uma forma de selecionar uma parcela de um todo, de maneira que esta parcela tenha a mesma probabilidade de ser escolhida que as outras, para que assim, as informações obtidas possam ser examinadas:

Amostragem em auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de 100% dos itens de população relevante para fins de auditoria, de maneira que todas as unidades de amostragem tenham a mesma chance de serem selecionadas para proporcionar uma base razoável que possibilite o auditor concluir sobre toda a população. (HOOG; CARLIN, 2012, p. 122).

Conforme Araújo, Arruda e Barretto, a população “[...] representa o conjunto dos dados de onde o auditor pretende selecionar a sua amostra.” (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETTO, 2008, p. 195). Segundo a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) 1.222/09, “Risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2009).

Podem ser divididos por: teste de controles, em que os controles são considerados mais eficazes do que é a realidade ou menos eficazes da realidade (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2009, p. 05). Portanto, o risco de amostragem pode se dar a partir da conclusão do auditor, baseado em amostra, o

que não aconteceria se toda população tivesse a mesma conduta de auditoria. Podem ser divididos em testes de controle mais e menos eficazes.

De acordo com a Resolução nº 1.012/2005, do CFC, os critérios utilizados para seleção de amostra são:

- a) Aleatória ou Randômica: é feita de forma que todos os elementos tenham a mesma probabilidade de todos serem escolhidos;
- b) Sistemática ou Por Intervalo: há sempre um intervalo constante entre os itens selecionados, independente se a seleção for feita diretamente da população a ser analisada ou se por estratos dentro da população;
- c) Casual: é realizada com base na experiência profissional do auditor;
- d) Relevância: também é feita com base na experiência do auditor (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2005).

Através desses métodos, é possível o auditor selecionar a amostra para análise de forma que tenha uma base razoável para apuração dos resultados, apesar dos riscos que oferecem.

6 RESULTADO DA PESQUISA

A distribuidora Timm Teló e Cia LTDA, em estudo localiza-se no município de Santa Rosa – RS, iniciando suas atividades no ano de 1993, atuando no ramo de comercialização de gás liquefeito de petróleo (GLP), tendo como missão atender o cliente com agilidade, com a tele entrega qualificada e uma instalação segura, fornecendo para empresas e principalmente a domicílios. A auditoria efetuada abrangeu os meses de outubro de 2014 a março de 2015, tendo como base a análise das notas fiscais de entrada na distribuidora.

O objetivo da auditoria nas notas fiscais de entrada nesta pesquisa é verificar e confirmar os dados do remetente; destinatário; fornecimento dos pedidos; quantidade dos produtos; preços combinados com o fornecedor; prazos de

pagamentos; o lançamento de entrada no estoque da distribuidora; o correto lançamento na contabilidade e a tributação.

Os critérios abordados para seleção da amostra para análise foram o modo aleatório, sistemática ou por intervalo constante, casual e por relevância. A quantidade utilizada de amostra foi de 40 notas selecionadas a partir de uma população de 63, correspondendo a 63,5% do total.

Após análise das notas fiscais de entrada fornecidas pela distribuidora, foram obtidos os resultados auditados apresentados na Tabela 1:

Tabela 01

Resultado da auditoria de notas fiscais de entrada

ITENS	QUANTIDADE DE NF AUDITADA	CONFORMIDADE COM A AUDITORIA	DIFERENÇA
Remetente	40	40	0
Destinatário	40	40	0
Quantidade do pedido equiparado à quantidade entregue	40	40	0
Preços negociados com o fornecedor	40	40	0
Prazos de pagamento	40	40	0
Lançamento no estoque em conformidade com a contabilidade	40	40	0
NCM/SH (Nomenclatura Comum do Mercosul/ Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias)	40	40	0
CFOP (Código Fiscal de Operações e de Prestações)	40	40	0
CST (Código de Situação Tributária)	40	40	0
ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)	40	40	0
IPI (Impostos sobre Produtos Industrializados)	40	40	0

Fonte: Produção do pesquisador.

Percebe-se, através do estudo, que a amostra auditada não apresentou quaisquer irregularidades, mostrando total conformidade com as normas contábeis e fiscais. Recomenda-se que a Distribuidora Timm Teló Cia LTDA continue nesse

ritmo de trabalho, pois é notável que tanto a distribuidora quanto o fornecedor se mostram preocupados em manter-se adequados e atualizados com a legislação.

CONCLUSÃO

Conclui-se que é de fundamental importância aprofundar os conhecimentos relacionados à auditoria, pois ela fornece diagnóstico da situação atual da empresa, mantendo vigilância ao cumprimento normativo.

Diante da atual competição das organizações e das necessidades de adequação ao mundo tecnológico, a auditoria torna-se cada vez mais importante e necessária para fornecer apoio de gestão aos administradores, uma vez que, torna possível uma visão ampla sobre as possíveis recomendações preventivas para a empresa.

Na pesquisa realizada, verificou-se que a distribuidora está em plena capacidade de continuar no seu ritmo de trabalho, pois a auditoria resultou positivamente ao atendimento normativo pertinente à entrada de notas fiscais.

O estudo possibilitou conhecer o processo de auditoria de notas fiscais, podendo se ter maior confiabilidade nas informações e conseqüentemente auxiliando na tomada de decisões correspondentes ao cenário econômico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes; BARRETTO, Pedro Humberto Teixeira. **Auditoria contábil: enfoque teórico, normativo e prático**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em: www.cfc.org.br. Acesso em: 23 abr. 2015.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

HOOG, Wilson Alberto Zappa; CARLIN, Everson Luiz Breda. **Manual de Auditoria Contábil**. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luíz Martins de. **Auditoria de demonstrações contábeis: testes, casos práticos e exercícios**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

AUDITORIA INTERNA NOS ESTOQUES EM UMA INDÚSTRIA DE CHÁS NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Aline Carvalho¹
Dionatan Vanderlei Bernardi²
Letícia Feiten Carvalho³
Magda Luiza Giacomelli⁴
Jacob Dalírio Mayer⁵

RESUMO

O presente artigo aborda Auditoria Interna realizada nos estoques de uma indústria de chás do interior do Rio Grande do Sul, com objetivo de analisar através desta a comparação do registro de estoque junto com contagem física. A elaboração da auditoria nas organizações tem o intuito de dar maior confiabilidade nas demonstrações financeiras da empresa, os resultados obtidos são de grande valia aos administradores e investidores na tomada de decisões. No entanto, é possível verificar se as práticas realizadas estão em conformidade com as normas da empresa e se através dos resultados alcançados possa haver melhoramentos nos processos da atividade, trazendo assim benefícios econômicos e diminuição de desperdícios, a fim de atender aos interessados? Na obtenção pelo conhecimento sobre a temática, buscaram-se informações na auditoria interna, a maneira de sua execução, seus métodos, serviços e objetivos junto com a apuração de estoque. Para tal abordagem foi utilizado como principal autor Sílvio Aparecido Crepaldi e outros autores que destacam o enfoque teórico do tema. Por meio da auditoria realizada analisou-se o 1º trimestre de 2015, enfatiza-se uma análise comparativa entre as informações fornecidas por relatórios e a contagem física, salientando como resultado desta execução, divergências unitárias de chás em alguns itens, nos quais possui uma saída de venda mais constante, independente da sazonalidade.

Palavras-chave: auditoria – estoque – interna.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. alii_carvalho@gmail.com.br

² Acadêmico do curso de Ciências Contábeis – 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. dionatan_bernardi@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Leticia_c@hotmail.com

⁴ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. magda.giacomelli@hotmail.com

⁵ Especialista em Gestão empresarial, Auditoria e Perícia Contábil. Orientador. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. jacobdaliriomayer@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As empresas carecem de expansão tecnológica, visando minimizar despesas, adequar controle, transparecer a confiabilidade para que o resultado fabril possa concorrer no mercado. Manifesta-se primordialmente nesta circunstância a contribuição da auditoria interna, para conquistar conhecimento da disposição financeira e patrimonial, aspirando elaboração de um estudo detalhado para melhor gestão do negócio.

Com a assessoria da audição intrínseca, a empresa pode alcançar a sentença mais sábia para o empreendimento e assume a mensuração, em vista de diminuir os lapsos administrativos. Dispõe de sua incumbência estimar de maneira autônoma e fidedigna o controle, em vista de facilitar a determinação dos resultados para tomada de decisões.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica com sustentação nos pronunciamentos contábeis e renomados autores na área como Sílvio Aparecido Crepaldi, para complementar essa aprendizagem foi realizada uma pesquisa de campo em uma empresa de chás. Através do estudo efetuado na auditoria utilizamos a verificação dos estoques, realizado através de uma conferência dos produtos analisados na contagem física defrontando com os controles feitos pela entidade onde foi realizada a pesquisa.

O artigo estrutura-se primeiramente uma visão geral sobre a auditoria contábil, subseqüentemente a distinção entre auditoria interna e externa, bem como a principal análise deste artigo a audição dos estoques em uma empresa de chás.

1 AUDITORIA CONTÁBIL

Com o grande avanço tecnológico e crescimento que as empresas têm apresentado nos últimos anos conforme informação dos meios de comunicação sentiu-se a necessidade da busca por novos procedimentos, que propusessem soluções para possíveis problemas que as entidades estivessem enfrentando, além de transparecer maior grau de confiabilidade, com informações mais exatas.

Segundo Araújo, Arruda e Barretto compreendem a auditoria como “[...] o processo de confrontação entre uma situação encontrada e um determinado critério, ou, em outras palavras, é a comparação entre o fato efetivamente ocorrido e o que deveria ocorrer.” (ARAÚJO, ARRUDA E BARRETTO, 2008, p.1-2). No ponto de vista de Crepaldi é “[...] o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade.” (CREPALDI, 2011, p.3).

A contabilidade através de suas normas regulamentadoras e princípios compreendem em analisar e administrar o patrimônio empresarial, que de fato é o objeto da contabilidade.

[...] auditoria, que consiste no exame de documentos, livros e registros, inspeções, obtenção de informações e confirmações internas e externas, obedecendo a normas apropriadas de procedimentos, objetivando verificar se as demonstrações contábeis representam adequadamente a situação nelas demonstradas, de acordo com princípios fundamentais e normas de contabilidade, aplicados de maneira uniforme. (FRANCO; MARRA, 2001, p. 26).

Com a grande e constante modernização das empresas fica indispensável à prática da auditoria, o qual hoje deve ser visualizado pelos empreendedores como uma prática fundamental que corrobora para a confirmação da eficiência da administração de uma empresa.

As técnicas utilizadas não estão destinadas a encontrar problemas ou erros existentes nas empresas, mas sim confirmar a realidade dos atos registrados, conseqüentemente dando maior asseguaração nas demonstrações financeiras da entidade.

1.1 AUDITORIA INTERNA E EXTERNA

Ainda que a auditoria interna e externa apresentem equivalências entre si, as mesmas possuem características e objetivos salientes, que diferenciam uma da outra. Segundo a colocação de Zanella e Candido, “[...] a auditoria interna e externa poderão atuar de forma integrada e conjunta acompanhando e analisando os trabalhos desenvolvidos.” (ZANELLA, CÂNDIDO, 2002, p.11).

Franco e Marra mencionam que o monitoramento interno é realizado por um colaborador da própria entidade considerando todas as normas de auditoria (FRANCO, MARRA, 2001). Já Crepaldi cita que “[...] a auditoria externa é executada por profissional independente, sem ligação com o quadro da empresa. Sua intervenção é ajustada em contrato de serviços.” (CREPALDI, 2011, p.38). Apresenta-se, na Ilustração 1, as diferenças entre auditoria interna e externa:

Elementos	Auditoria Externa	Auditoria Interna
Sujeito	Profissional independente	Auditor interno (funcionário da empresa)
Ação e Objetivo	Exame das demonstrações financeiras	Exame dos controles operacionais
Finalidade	Opinar sobre as demonstrações financeiras	Promover melhorias nos controles operacionais
Relatório principal	Parecer	Recomendações de controle interno e eficiência administrativa
Grau de independência Interessados no trabalho	Mais amplo A empresa e o público em geral	Menos amplo A empresa
Responsabilidade	Profissional, civil e criminal	Trabalhista
Número de áreas cobertas pelo exame durante um período	Maior	Menor
Intensidade dos trabalhos em cada área	Menor	Maior
Continuidade do trabalho	Periódico	Contínuo

Ilustração 1: Diferenças entre auditoria externa e auditoria interna.

Fonte: Crepaldi (2011, p. 40-41).

De forma simples, Crepaldi descreve na Ilustração 1, as principais diferenças existentes entre a auditoria interna e externa quanto aos seus elementos, nos proporcionando desta maneira um maior entendimento sobre a classificação dos serviços.

2 AUDITORIA EM ESTOQUE

Os estoques são parte do ativo de uma empresa podendo ser considerado como bens tangíveis, designado a atividade comercial da empresa. Attie conceitua o estoque como ativo:

- a) mantidos para venda no curso normal dos negócios;
- b) em processo de produção para essa venda; ou
- c) na forma de materiais ou suprimentos, a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços. (ATTIE, 2011, p. 395-396).

Em referência a exposição de Attie, verificamos o conceito de estoques mediante a CPC 16 onde consta que são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios; no processo de produção para a venda; ou na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos no processo de produção ou na prestação de serviços (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011).

O estoque tem grande importância, pois através dele que saem os itens que serão comercializados como também para a confecção e origem de novos produtos fabricados pela empresa:

As atividades envolvendo a área de estoques oferecem ao auditor excelentes oportunidades para ele desenvolver recomendações construtivas, visando ao aprimoramento dos controles e redução de custos da empresa auditada. Esse fato acontece em função da complexidade das operações de estoques. (ALMEIDA, 2012, p. 206).

O estoque no qual caracteriza uma das receitas obtidas pela empresa através da sua distribuição ou a sua conversão em produto final. Esse método é efetuado por apuração do patrimônio e afrontamento da conclusão com a escrituração de estocagem, também conhecido como avaliação física. Desse modo, são aconselháveis que os membros das apurações não fossem os indivíduos executores das avaliações dos estoques (ALMEIDA, 2012).

De acordo com o CPC 16 que se refere aos estoques determina que “[...] devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009). A auditoria de estoques necessita de uma análise minuciosa e grande atenção do auditor, para que não ocorram eventuais equívocos, pois se caracterizam por ativos normalmente relevantes.

3 OBJETIVOS DA AUDITORIA INTERNA NOS ESTOQUES

As empresas atuais possuem o diferencial, sendo a busca não somente da eficiência como também a eficácia, o grande objetivo da auditoria interna nos estoques é apurar possíveis falhas, como desperdício ocasionado na transformação da produção, no tocante o controle dos gastos da produção, como também a relação existente entre número de estoque acabado, em processamento e até mesmo estoque obsoleto. A empresa deve conter uma paridade dentre os seus itens em estoque.

No contexto de objetivo da auditoria em estoque ATTIE menciona suas premissas:

A área de estoque, em verdade, constitui o maior desafio ao auditor, pois geralmente envolve o ativo circulante de maior importância, e qualquer erro influi diretamente no resultado. Muito embora esse erro seja compensável quase de imediato, o exercício em exame estará incorreto, prejudicando o princípio de competência de exercícios e, conseqüentemente, o resultado do ano e patrimônio líquido. (ATTIE, 2011, p. 404).

Um fator importante das empresas principalmente nas indústrias é o controle periódico do seu estoque, devendo este ser analisado e estimado através de estudos estatísticos possibilitando verificar provisões futuras. O critério para a manutenção de itens no estoque parte de cada política adotada pela empresa.

Tendo em vista o não comprometimento de alto valor em estoque, até mesmo a margem de segurança estocada, o que possibilita um investimento mais conciso, decorrente de um maior capital de giro para a empresa, mas também deve ser observada a oportunidade da empresa ter um volume razoável em seu estoque, contudo se estes bens não possuírem solvência em curto prazo.

A averiguação das transações realizadas pela empresa deve ser observada pelos auditores, evidenciando com a veracidade dos procedimentos contábeis adotados pela empresa.

4 HISTÓRICO DA EMPRESA ANALISADA

A empresa analisada iniciou suas atividades em 1924 como uma agroindústria, com o cultivo e produção de erva-mate para chimarrão e chá-mate. Anos mais tarde, sob a direção da terceira geração, iniciou a plantação do chá preto, e posteriormente a comercialização do chá de maçã em saquinhos. Surgia assim, um novo hábito a ser conhecido e difundido no Brasil, o consumo do chá.

Adequando-se ao mercado e suas exigências, a empresa atualmente conta com mais de 60 variedades de chás, subdivida em sete linhas de produtos, e com um quadro de funcionários em média de cento e cinquenta pessoas, sendo administrada por sua quarta geração. A empresa tem sua sede no município de Senador Salgado Filho – RS.

5 ANÁLISE DA PESQUISA

A auditoria na empresa analisada fundamentou-se na contagem física do estoque de uma de suas linhas, a linha tradicional, que abrange a maior parte de seus produtos disponíveis no mercado, com comparação aos controles da auditada, no período de janeiro de 2015 a março de 2015.

A empresa utiliza como instrumento para controlar seus estoques e sua produção, relatórios gerados pelo seu próprio sistema. Tais relatórios de controle são gerados diariamente e através destes visualizam-se os itens com maior giro de venda e que necessitam de produção, ou até mesmo aqueles itens que possuem este giro rápido necessitando de uma produção mais intensa.

Além deste meio de controle, a empresa conta com outros relatórios, mensais, trimestrais ou do período desejado, efetua a contagem física de seus estoques em diversos períodos do ano, sendo capaz desta forma de garantir uma maior exatidão de seu estoque.

Foram auditados 34 tipos de chás da linha tradicional ervas e frutas. A quantidade auditada da linha tradicional é composta por 1 caixa de papelão com 30 caixinhas de chá que contém 10 saches. A tabela 1 demonstra comparativamente, o registro de estoques e a contagem física.

Tabela 1

Resultado da Auditoria Realizada

<u>Tipo de Chás:</u>	<u>Unidade</u>	<u>Registro de Estoque</u>	<u>Contagem Física</u>	<u>Diferença</u>
Tradicional Ervas Boldo	10x30	1.317	1.319	+2
Tradicional Ervas Camomila	10x30	4.760	4.771	+11
Tradicional Ervas Camomila c/ Maracujá	10x30	302	303	+1

Continuação da Tabela 1

Tradicional Ervas Carqueja	10x30	465	466	+1
Tradicional Ervas Cidreira	10x30	4.916	4.913	-3
Tradicional Ervas Erva Doce c/ Anis Estrelado	10x30	179	178	-1
Tradicional Ervas Erva Doce c/ Morango	10x30	422	422	0
Tradicional Ervas Erva-Doce	10x30	1.579	1.578	-1
Tradicional Ervas Funcho	10x30	1.062	1.062	0
Tradicional Ervas Hortelã	10x30	1.567	1.567	0
Tradicional Ervas Laranjeira	10x30	195	195	0
Tradicional Ervas Lima	10x30	250	250	0
Tradicional Ervas Melissa	10x30	403	403	0
Tradicional Ervas Preto	10x30	1.065	1.065	0
Tradicional Ervas Preto c/ Cravo	10x30	519	519	0
Tradicional Ervas Preto c/ Limão	10x30	596	596	0
Tradicional Ervas Preto c/Canela	10x30	434	434	0
Tradicional Ervas Verde	10x30	1.551	1.545	-6
Tradicional Ervas Verde c/ Ervas Aromáticas	10x30	1.147	1.149	+2
Tradicional Ervas Verde c/Gengibre	10x30	1.237	1.237	0
Tradicional Ervas Verde c/Maracujá	10x30	181	181	0
Tradicional Ervas Verde Hortelã e Canela	10x30	638	637	-1
Tradicional Frutas Abacaxi	10x30	290	289	-1
Tradicional Frutas Ameixa c/ Linhaça	10x30	359	359	0
Tradicional Frutas Cereja	10x30	272	272	0
Tradicional Frutas Frutas Vermelhas	10x30	902	902	0
Tradicional Frutas Hibiscus	10x30	343	344	+1
Tradicional Frutas Maçã	10x30	1.412	1.412	0

Continuação da Tabela 1

Tradicional Frutas Maçã e Canela	10x30	1.449	1.450	+1
Tradicional Frutas Maçã e Canela Gengibre e Mel	10x30	747	747	0
Tradicional Frutas Maracujá	10x30	989	989	0
Tradicional Frutas Misto c/ Gengibre	10x30	384	384	0
Tradicional Frutas Morango	10x30	458	449	+9
Tradicional Frutas Pêssego	10x30	471	471	0

Fonte: Produção do pesquisador.

Ao analisar a tabela 1, podemos identificar que ocorreram divergências em comparação dos estoques físicos com a quantidade que o sistema da empresa apresentou. Em alguns itens verificou-se que há falta do produto no estoque físico, e em outros sua sobra, sobressaindo a sobra do produto físico em 8 dos itens auditados e 6 dos itens com sua falta.

Percebe-se visivelmente que a maior diferença identificada neste período, é de sobras no estoque palpável e se concentra nos itens: Tradicional Ervas Camomila e Tradicional Frutas Morango, ambos possuem venda constante independente da sazonalidade. Desse modo, podemos citar como possíveis causas das diferenças encontradas:

- a) Apontamento na produção de produtos acabados, incorretos ou invertidos;
- b) Troca dos produtos acabados na hora do seu armazenamento;
- c) Troca de produtos, devido à semelhança na aparência das etiquetas externas que referenciam os sabores;
- d) Falha no carregamento das cargas para os caminhões;
- e) Inversão de produtos no momento da entrega ao cliente;
- f) Retorno da carga com sobras ou faltas na mercadoria;
- g) Fechamento da ordem de produção equivocadamente.

Com suporte nestas informações, é possível propor melhorias as causas das diferenças citadas, tais como:

Problema Identificado	Sugestão de Solução
Apontamento de Produtos Acabados	Designar e qualificar um responsável para fazer os apontamentos na produção.

Continuação da Ilustração 2

Armazenamento	Identificação visual dos tipos de chá conforme sua classificação. Designação de um responsável para realizar o armazenamento.
Aparência das etiquetas externas	Padronizar as etiquetas para cada chá.
Carregamento das cargas para os caminhões	Designar um responsável que ficará encarregado de supervisionar a carga.
Inversão de produtos no momento da entrega ao cliente	Qualificar e orientar motoristas e ajudantes, reforçando a importância de uma entrega eficiente.
Retorno da carga	Motoristas e ajudantes assinarem um termo de responsabilidade.
Fechamento da ordem de produção	Designar e qualificar um responsável, e proporcionar um ambiente tranquilo para que o mesmo desenvolva seu trabalho de forma correta.

Ilustração 2: Resultado da Análise e da Interpretação dos Dados.

Fonte: Produção do pesquisador.

Com base nas sugestões propostas, crer-se que as melhorias apontadas na auditoria, contribuirão para um melhor desempenho das funções de seus colaboradores e no processo do estoque, como em toda a empresa, dando-lhes maior exatidão nos dados sobre a situação do negócio no mercado competidor, refletindo assim uma imagem de seriedade e compromisso com seus consumidores e clientes.

CONCLUSÃO

Com base nas pesquisas executadas salientamos que a realização da auditoria nos estoques das empresas é de grande relevância, pois trará aos gestores informações, e uma posição mais exata sobre sua situação em relação aos procedimentos praticados que devem ser cumpridos conforme seus controles. Através da auditoria, é possível verificar, analisar e ter a oportunidade de melhorar os processos, corrigir falhas, diminuir perdas e garantir um rendimento satisfatório.

O estudo na empresa auditada obteve resultados com pequenas diferenças de sobras ou faltas em alguns itens da seleção auditada, quando confrontado o relatório gerado pelo sistema da empresa em comparação com a contagem dos estoques efetuada. Estas diferenças decorrem basicamente nos itens que possuem uma saída constante, independente da sazonalidade.

Como maneira de solucionar as divergências apontadas na auditoria, foi proposta sugestões de melhoramento com base nas possíveis causas citadas. Recomenda-se a execução destas sugestões, com a principal finalidade de gerar dados mais confiáveis para os gestores, no qual poderão tomar decisões mais precisas, e que contribuam para o crescimento da organização no mercado econômico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ARAÚJO Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA Daniel Gomes; BARRETTO Pedro Humberto Teixeira. **Auditoria Contábil: Enfoque teórico, normativo e prático**. São Paulo: Saraiva, 2008.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CPC. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis: CPC 16 (R1) – Estoques**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=36>. Acesso em: 08 jul. 2015.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Fundamentos da Auditoria**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANCO; MARRA. **Auditoria Contábil: Normas de Auditoria Procedimentos e papéis de trabalho Programas de Auditoria Relatórios**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ZANELLA, Luiz Carlos; CÂNDIDO, Índio. **Auditoria Interna: rotina e processos práticos para hotéis, restaurantes e empresas em geral**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

CONTROLADORIA NO PROCESSO DE GESTÃO EM UMA EMPRESA DO RAMO FINANCEIRO DA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE SUL

Aline Regina Lorenz¹
Daniela Tilwitzt Eichelberger²
Eliete Maria Kunz³
Jéder Felipe⁴
Augusto Rieger Lucchese⁵

RESUMO

É de fundamental importância para as instituições obter maior grau de controle sobre sua organização, suavizando o máximo os efeitos internos e externos, dessa maneira as empresas que obtiverem conhecimento e qualidade dos seus sistemas de controladoria sobressaem-se no mercado. Logo, este estudo tem o objetivo de, investigar e demonstrar o papel e importância da controladoria na empresa. Para elaboração do estudo optou-se em utilizar pesquisa bibliográfica e na base de dados online, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva qualitativa, na qual foi desenvolvida através de um estudo de caso. A composição do referencial teórico tratados conceitos básicos, relacionado à controladoria interna, sistemas de controle interno e modelo de gestão, assim disposto. Nesse sentido, o presente artigo buscou contribuir para análise e desenvolvimento de atividades relacionadas à controladoria interna, e a elaboração estratégica de modelos de gestão, capazes de suprir as necessidades das instituições melhorando seus resultados econômicos financeiros e sociais.

Palavras-chave: Controladoria – tomada de decisão – sistemas – modelos de gestão.

INTRODUÇÃO

A globalização dos mercados, o alto nível de informação disponível na atualidade, requer das empresas mecanismos capazes de torná-las e mantê-las atrativas, eficazes, lucrativas, competitivas e em constante crescimento econômico

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. aline_lorenz@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. dani_eichel_berger@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. nika_emk@hotmail.com

⁴ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. jeder_hotmail.com

⁵ Mestre. Orientador. Professor do Curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas Machado de Assis. augustorlijui@gmail.com

financeiro. Sendo assim, muitas organizações optam por utilizar-se de sistemas de controles internos, modelos de gestão, no qual a controladoria interna tem a função de controlar, organizar e repassar informações adequadas para a tomada de decisão.

Com base nessa temática este trabalho busca estudar, a controladoria interna, suas funções, ferramentas, modelos como gestão e sistemas de controladoria. Analisando a estrutura e diferenças que implementação desse mecanismo atribui às empresas.

Para o desenvolvimento do presente artigo, foi realizado um estudo de caso em uma empresa de grande porte do ramo financeiro da região noroeste do Rio Grande do Sul. Através de pesquisa qualitativa, coleta de dados e entrevista estruturada realizada com o encarregado da controladoria. Também realizou-se pesquisa bibliográfica em livros e base de dados digitais referente aos conceitos relacionados a controladoria e seus processos.

O estudo está estruturado em referencial teórico, sendo que os primeiros capítulos situam o leitor sobre a controladoria interna, sistemas de controladoria interna, modelo de gestão, seguido da apresentação da empresa na qual foi desenvolvido o estudo de caso, a entrevista e análise do respectivo caso.

1 CONTROLADORIA

As organizações estão em um período de grande competitividade, buscando meios e formas as quais consigam se destacar umas das outras, através de sistemas interligados de informações e planejamentos estratégicos bem direcionados. Para tanto, estão se utilizando de uma ferramenta de extrema importância, a Controladoria, segundo Schimidt e Santos:

A origem da controladoria se deu através dos meios sociais e de produção que ocorreram na Revolução Industrial, quando organizações aumentaram de tamanho, físico e faturamento e concomitantemente a sua complexidade na administração. Com esse impacto, surge um novo ramo da gestão empresarial: a controladoria. (SCHIMIDT; SANTOS, 2009, p.10).

De início a mesma era utilizada somente como meios de controle de custos, admissão e demissão de funcionários, controle financeiro. Atualmente, a controladoria sofreu várias mudanças, e passou a ter uma visão sistemática do mercado, estudando a mesma nas dimensões da micro e macroeconômica, agregando a empresa um conhecimento tecnológico e de mercado.

Segundo Oliveira a controladoria objetiva:

Organizar e reportar dados e informações relevantes para os tomadores de decisões; Manter permanente monitoramento sobre os controles das diversas atividades e do desempenho de outros departamentos; Exercer uma força ou influência capaz de influir das decisões dos gestores da entidade. (OLIVEIRA, 2009, p. 5).

Para se obter estes objetivos, o monitoramento das atividades desenvolvidas na organização em todas as áreas, deve ser controlado pelo *controller*, que segundo Nascimento Jr, necessita ser um profissional muito bem capacitado e qualificado, que definirá os fluxos das informações da organização, garantindo que as mesmas sejam repassadas, cheguem aos interessados dentro dos prazos, com a maior objetividade e clareza. Permitindo assim, uma boa administração para as tomadas de decisões, possibilitadas através da mensuração e controle das atividades, as quais se fazem necessário uma integração dos sistemas orçamentários e contábeis da empresa (NASCIMENTO JR., 2010).

Tais objetivos e contribuições alcançadas através destes monitoramentos devem ser estruturadas para atender as necessidades da empresa sobre as áreas que a mesma possui, demonstrando através de planilhas e sistemas que indicam onde a empresa está, aonde a mesma pode vir a chegar e o principal de que forma atingir os melhores resultados.

2 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Sendo a controladoria, um dos pilares para que empresa atinja melhores resultados, ela necessita de um sistema de controle interno que seja capaz de suprir as necessidades gerais e particulares de cada instituição. Para que isso ocorra de

forma eficiente, muitas empresas criam seu próprio sistema de controle interno (OLIVEIRA, 2009).

Segundo, Nascimento, Reginato, a definição de sistema de controle interno demanda uma análise, do que vem ser controlar, ou controle sobre a perspectiva de uma empresa. Controlar, portanto, em uma empresa, significa manter o pleno domínio sobre os detalhes financeiros, físicos, humanos e operacionais dessa instituição. No sentido de controle interno, os autores denominam esse mecanismo como a estrutura de normas e procedimentos existentes na empresa, tornando os processos administrativos rastreáveis para que as informações necessárias sejam verdadeiras no auxílio na tomada de decisão (NASCIMENTO; REGINATO, 2010). Seguindo essa perspectiva:

[...]o termo sistema de controle interno, representa um conjunto de todos os controles internos que almejam proteger os recursos cujo o, consumo seja detectável pelos registros contábeis, agregando-se a eles, entretanto, normas específicas que visem a padronizar o comportamento da organização, ou a conduta de seus funcionários, como por exemplo, os manuais de normas de conduta. (NASCIMENTO; REGINATO, 2010, p.150).

Contribuindo para a definição dos sistemas de controle interno, Oliveira, Perez Jr e Silva, afirmam que o mesmo, é um conjunto de procedimentos que integrados ao fluxo operacional da empresa, visa detectar e prevenir, desvios, erros e irregularidades intencionais, ou não. Sendo assim, ela requer que o sistema seja capaz de proteger além das questões voltadas aos departamentos contábeis e de finanças, outros departamentos, como os de custos, análises de mercado, programas de treinamentos, planejamento estratégico, entre outros (OLIVEIRA, 2009).

A Exposição De Normas De Auditoria Nº 29 (ENA 29), defende que o sistema de controle interno devem ser dividido em dois grupo, os de natureza contábil e os de natureza administrativa. Sendo assim, “Os controles contábeis compreendem o plano de organização e todos os sistemas, métodos e procedimentos relativos a: salvaguarda dos bens, direitos e obrigações; fidedignidade dos registros financeiros.” (PORTAL DA AUDITORIA, 2015).

O setor administrativo, compreende “[...] o plano de organização, os sistemas, métodos e procedimentos pela direção com a finalidade de contribuir para: eficiência e eficácia operacional; obediência a diretrizes, políticas, normas e instruções da administração.” (PORTAL DA AUDITORIA, 2015).

Dessa maneira a parte contábil é responsável pelo controle, proteção e negociação dos bens direitos e obrigações, ou seja, envolve a parte financeira da instituição. E o setor administrativo, fica responsável pelas atividades operacionais da empresa, tais como normas, treinamento e desenvolvimento do pessoal entre outras atividades (PORTAL DA AUDITORIA, 2015).

Portanto, é de relevante importância, que o sistema de controle interno seja bem delineado, apto a minimizar riscos, assegurar a proteção dos bens, direitos e obrigações, repassar informações relevantes para a tomada de decisão e em especial fornecer total apoio à gestão empresarial.

3 MODELO DE GESTÃO

Assim como o sistema de controle interno, busca formar mecanismos de atender as necessidades das empresas, o modelo de gestão vem auxiliando no desenvolvimento estratégico, tornando-o apropriado. Cabe a esse modelo, apresentar os princípios básicos que regulam uma instituição, desempenhando um papel de referência para os gestores no processo de tomada de decisão, planejamento e controle.

Nesse sentido um modelo de gestão, considera-se um conjunto de princípios e normas que tem o papel de auxiliar os administradores na busca de ações estratégicas favoráveis à empresa, tendo em vista o alcance do seu principal objetivo, da organização executar sua missão com eficácia (PADOVEZE, 2012).

O modelo de gestão decorre de uma série de normas, que afetam os demais subsistemas da empresa e os seus comportamentos, no qual mostra a existência ou não de controle, planejamento e seus princípios, o grau de autonomia dos gestores, além do seu nível de participação na tomada de decisão, os critérios de avaliação dos resultados e os papéis e posturas gerenciais (CATELLI, 2013).

Cabe ao gestor escolher a melhor forma de aplicar os processos de gestão, visando coletar dados, analisá-los e apresentar o resultado, desenvolvendo um planejamento de execução e controle da empresa (PADOVEZE, 2012). Através desta definição, o processo de gestão vem introduzir na entidade, meios de definir ações que influenciam no resultado da empresa, como:

[...] (a) pressupostos e princípios estratégicos; (b) análise do ambiente externo e interno; (c) análise de cenário e risco envolvido; (d) elaboração do plano estratégico; (e) elaboração do plano econômico-financeiro; (f) detalhamento dos planos de ação; (g) monitoramento e feedback do processo de planejamento. (TACHIZAWA; CRUZ JR.; ROCHA, 2006, p. 97).

Através de um modelo de gestão bem estruturado a organização planeja uma perspectiva futura, projetar crescimento sustentável, trabalha praticamente sem margem de erro e conseqüentemente obtém maior lucratividade. Todavia para uma instituição alcançar esse pináculo, além de uma ótima gestão ela precisa de inovação e o constante empreendedorismo.

4 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A empresa Via Certa Financiadora S/A foi constituída a partir do Grupo Quero-Quero em 20 de agosto de 2001, passado a utilizar a nova denominação de janeiro de 2003, estando atualmente 12 anos no mercado. Apresenta o seguinte portfólio de produtos: CDC, Seguros de Proteção Financeira, Compra de Títulos, Crédito Pessoal, Convênio com Cartões Private Label (administradora de terceiros), Antecipação de Recebíveis (créditos provenientes da venda com cartão) e Crédito Rotativo (fatura de cartão) (VIA CERTA FINANCIADORA, 2015).

Tem por base a seguinte missão: “Atuar no sistema financeiro, oferecendo soluções com rapidez e eficiência proporcionando melhor nível possível de satisfação de seus clientes”. Visão: “ser reconhecida pelos clientes como a melhor financeira para se opera”, dessa forma, a empresa vem a cada dia mais expandindo seus produtos, em virtude, dos valores que a norteiam (VIA CERTA FINANCIADORA, 2015).

Devido ao reconhecimento, estrutura que vem desenvolvendo no cenário brasileiro, sua missão, visão e valores optou-se, em conhecê-la e apresentá-la, sobre a forma que vem trabalhando seu modelo de gestão.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base, no referencial teórico, desenvolveu-se um questionário estruturado relacionado à controladoria, o qual foi aplicado, na empresa Via Certa Financiadora S/A, respondido pelo responsável da controladoria, que desempenha o cargo de *controller* há dez anos, bacharel em Ciências Contábeis e Pós Graduado em Gestão de Finanças e Controladoria.

O questionário encontra-se disposto em forma de quadro. Sendo que as questões de um a três são referentes à área contábil, de quatro a nove, gerencial e estratégico, a questão dez, custos, onze a treze, tributação, proteção e controle de ativos, de quatorze a dezessete, sobre controle interno. Para cada pergunta descrita, solicitou-se ao entrevistado indicar em qual estágio encontra-se a atividade: a) Sem implantação; b) Em processo de implantação; c) Implantado. Vide-se a Ilustração 1:

PERGUNTAS	1	2	3
1. Gerenciamento, implementação e manutenção das atividades contábeis.			X
2. Elaboração de balanços e outras funções contábeis.			X
3. Desenvolvimento de políticas e métodos contábeis de controle.			X
4. Fornecimento de informações, financeira, econômica e patrimonial sobre o processo de gestão, a fim de auxiliar nas suas tomadas de decisões.			X
5. Possui coordenação, assessoramento e consolidação dos métodos de elaboração do portfólio.			X
6. Acompanhamento, desempenho e controle dos resultados dos produtos da empresa.			X
7. Possui a realização de estudos sobre a viabilidade do produto, e sua natureza contábil e econômica.			X
8. Avaliação dos processos utilizados, bem como o desempenho de gestores e funcionários.			X
9. É desenvolvido atividades que visam os modelos de informações, sua gerencia e como as mesmas influenciam em todas as áreas da empresa.			X
10. Registro, mensuração, monitoramento, observação e análise dos custos da organização, bem como as estratégias voltadas a viabilidade do produto e seus resultados.			X
11. Possui registros, apuração e controles de impostos e contribuições, bem como um planejamento tributário.			X
12. Seleção, pesquisa e adesão de opções de seguros.			X
13. Registros e controles dos bens patrimoniais.			X
14. Análise e parecer quanto a legalidade e parte econômica do negócio.			X
15. Análise e Acompanhamento do sistema de controle interno.			X

16. Implantação de medidas preventivas em relação aos riscos do negócio.			X
17. Demonstrações, parecer quanto a eficiência da entidade.			X

Ilustração 1: Atividades da Controladoria.

Fonte: Produção pesquisador

Em vista dos resultados obtidos, constatou-se que a organização possui um modelo de gestão apropriado e sistema de controle interno estruturado. Conforme o Conselho Federal de Contabilidade:

O sistema contábil e de controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela entidade na proteção de seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade de seus registros e demonstrações contábeis e de sua eficácia operacional. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2000, p.140).

A respeito das atividades contábeis, gerenciamento, implementação dos registros e demonstrações, constatou-se que a instituição dispõe de uma estrutura contábil bem desenvolvida e específica ao ramo, concomitante com Borinelli, Pimental. Da mesma forma o setor gerencial, responsável pelo processo administrativo, estrutura o modelo de gestão adequado, que visa facilitar as ações da organização, definindo sua estrutura, o tratamento aos colaboradores, suas relações internas e as escolhas das tecnologias utilizadas na instituição, confirmando os conceitos de Reginato e Nascimento (BORINELLI, PIMENTEL, 2006; REGINATO; NASCIMENTO, 2013).

Acerca do setor de custos, área responsável por mensurar, registrar, avaliar, analisar e controlar, os custos da entidade apresentam-se em um estágio em que a empresa possui controle estratégico sobre seus produtos, mantendo-se rentável e lucrativa no mercado atual, o que se confirma segundo Borinelli, Pimentel. O setor tributário, conjunto composto de normas e tributos; fiscais e sociais, conforme Oliveira. Estão sendo cumpridos juridicamente e socialmente (BORINELLI, PIMENTAL, 2006; OLIVEIRA, 2009).

Auxiliando os demais setores, o controle interno tem por objetivo, estruturar, coordenar, implantar e realizar planos de organização para proteger o patrimônio, seus recursos e o retorno aos acionistas, através da fiscalização, controle da

eficiência e eficácia dos processos concomitante com Oliveira, Jr. Perez, Silva (OLIVEIRA, 2009).

CONCLUSÃO

A multinacionalização e as novas exigências do mercado fazem com que as instituições, busquem mecanismos, processos, meios estratégicos de alocarem todas as informações em sistemas, buscando total eficiência, eficácia e principalmente auxiliando nas tomadas de decisões.

Observa-se que a controladoria, como processo de gestão, proporciona a empresa grande controle das atividades. Nesse sentido, através da análise dos dados obtidos, demonstra que a empresa estudada possui um sistema muito bem planejado, estruturado e interligado com as informações necessárias para a tomada de decisões. Os dados ainda evidenciam que a estrutura das atividades, é bem sólida, e mesmo em um momento de crise, a instituição não foi afetada, mas sim almeja um maior crescimento e expansão das atividades.

Dessa maneira, recomenda-se o presente trabalho para organizações, que visam implantar a controladoria como um processo de gestão, utilizando a base de perguntas aplicada na pesquisa desenvolvida.

Portanto, os mecanismos de controle interno, auxiliam os gestores no processo de tomada de decisão, na busca pela rentabilidade e lucratividade. Pois a estrutura do seu sistema e modelo de gestão atendem as necessidades internas e externas da organização. Enfim, as atividades de controle interno, merecem uma visão significativa por parte da empresa, já que as mesmas são referencias para atingir resultados satisfatórios.

REFERÊNCIAS

BORINELLI, Márcio Luiz; PIMENTEL, Rene Coppe. **Curso de Contabilidade para Gestores, Analistas e Outros Profissionais**. São Paulo: Atlas, 2006.

CATELLI, Armando. **Controladoria uma Abordagem da Gestão Econômica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2000.

NASCIMENTO JR, Alcivindo José do. **A Controladoria e o Controller**. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/producao-academica/a-controladoria-e-o-controller/2766/>>, >. Acesso em: 31 mar. 2013.

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. **Controladoria Instrumento de Apoio ao Processo Decisório**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria Estratégica e Operacional**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PORTAL DA AUDITORIA. **Controles Interno**. Disponível em: <http://www.portaldeauditoria.com.br/tematica/auditoriag.Rencial_controlesinternos.htm>. Acesso em: 19 abr. 2015.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José. Luis. dos. **Fundamentos de Controladoria**. São Paulo: Atlas, 2009.

TACHIZAWA, Takeshy; CRUZ JR, João Benjamin; ROCHA, José Antônio de Oliveira. **Gestão de Negócios: visões e dimensões empresariais da organização**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIA CERTA FINANCIADORA. Disponível em: <<http://www.viacertafinanciadora.com.br/>> Acesso em: 27 abr. 2015.

DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO EM EMPRESA DO RAMO HOSPITALAR.

Altair Jose Altenhofen¹
Edenir Marcelo de Lima²
Marcos Rogério Rodrigues³

RESUMO

Inovação para as empresas deve significar obrigatoriamente aumento de faturamento, acesso a novos mercados, aumento das margens de lucro, entre outros benefícios. O artigo tem como objetivo apresentar o papel da inovação nos dias atuais, o que uma ideia inovadora agrega para uma empresa. Dessa forma, ele traz uma visão geral sobre o tema no que se referem os conceitos, tipos e importância da inovação. Para tanto, como referencial teórico apresentou-se os conceitos de inovação, tipos de inovação e sua importância para os dias atuais. Utilizou-se como metodologia, a pesquisa bibliográfica, realizada por meio de consultas em livros, além disso, elaborou-se um estudo de caso junto à empresa do ramo de produção de equipamentos hospitalares o que possibilitou obter uma visão geral de como ela entende os processos relacionados a inovação. No decorrer do trabalho, observou-se que o processo de inovação é uma ferramenta essencial para a empresa despontar no mercado, no estudo realizado percebeu-se que através da inovação a empresa pesquisada teve ampla visibilidade, tornando-se pioneira no Brasil na produção de câmeras para transporte e conservação de vacinas termolábeis e hemoderivados.

Palavras-chave: inovação – crescimento organizacional – desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca demonstrar a importância que a inovação traz para a organização, pois independente do ramo de atuação da empresa, seja ela comércio, indústria ou prestação de serviços, ela necessita conhecer e, aprimorar seus

¹ Altair Jose Altenhofen. Acadêmico do Curso de Administração – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. altair_altenhofen@hotmail.com

² Edenir Marcelo de Lima. Acadêmico do Curso de Administração – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. edenir.marcelodelima@hotmail.com

³ Mestre em Administração. Orientador. Professor do curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br

conhecimentos, bem como buscar novas alternativas para gerar lucro de forma responsável.

A inovação tem a capacidade de agregar valor aos produtos de uma empresa, diferenciando-a, ainda que momentaneamente, no ambiente competitivo. Na elevada competição entre as empresas, aquelas que inovam seja de forma incremental ou radical, de produto, processo ou modelo de negócio, ficam em posição de vantagem em relação aos demais.

O objetivo do presente artigo é demonstrar como a organização inova, para tanto se buscou conhecer como a empresa desenvolve suas ideias e, as transforma em produtos.

A metodologia utilizada para a construção do presente artigo engloba pesquisa bibliográfica, onde se utilizou de referência obras de autores como Tigre, Zanon, Nardelli, Takeuchi, Nonaka, Manual De Oslo, Chiavenato. Tais autores destacam a importância da inovação, tipos de inovação, conceitos. Além disso, realizou um estudo de caso junto a uma empresa que trabalha na área de produção de equipamentos hospitalares em Santa Rosa.

Primeiramente o presente artigo aborda a importância da inovação para as empresas, o que traz de benefícios, os tipos de inovação suas definições e classificação, logo em seguida, trata da diferença entre inovação radical e incremental. Logo depois, apresenta a metodologia de pesquisa, bem como apresentação e análise dos resultados e, por fim a conclusão.

1 CONCEITOS DE INOVAÇÃO

A inovação é imprescindível para o crescimento das organizações, segundo Tigre, ela se tornou uma pedra angular da competição em bens de consumo duráveis e não duráveis e cada empresa passou, por meio de marcas e design exclusivos a ter um monopólio sobre o seu produto (TIGRE 2006).

O mercado atual exige com que as organizações buscam constantes melhorias em seu segmento, seja na gestão do conhecimento e na gestão da inovação. Segundo Tigre, o desenvolvimento econômico não deriva de um mero crescimento das atividades econômicas, ela reside basicamente de um processo

qualitativo de transformação da estrutura no sentido de incorporar novos produtos e processos, bem como agregar valor à produção por meio da intensificação do uso de informação e do conhecimento (TIGRE, 2006).

Dessa forma, o gestor, para ser bem sucedido, necessita ter seu lado relacional e comportamental bem trabalhado e desenvolvido, para que possa opinar, sugerir, questionar, e atuar com facilidade em sua equipe. Entretanto, esses profissionais devem buscar a prática e a satisfação pelo que faz, preservando a qualidade e a iniciativa, tendo como base a pro atividade de criar e a capacidade de inovar, mesmo nas pequenas ações (ZANON, NARDELLI, 2008).

A busca de conhecimento técnico e estratégico tornou-se um fator primordial nas organizações que estão em constante processo de transformação e inovação de seus produtos e serviços. Para Takeuchi e Nonaka, o conhecimento técnico e estratégico são pensamentos avançados acumulam-se no centro da excelência e são dirigidos para as unidades periféricas. Ambas as abordagens enfatizam a importância da comunicação e de outros meios para favorecer a difusão e o compartilhar das melhores práticas (TAKEUCHI, NONAKA, 2008). Esses fatores tendem a acrescentar benefícios de extrema importância no sistema das organizações.

Anteriormente os gestores não davam importância para as opiniões e ideias de seus colaboradores, no entanto hoje, isso é considerado matéria-prima de suma importância para o crescimento. Para Takeuchi e Nonaka, uma organização não pode criar e ter conhecimentos sem seus colaboradores. A organização deve apoiar os indivíduos criativos ou propiciar contextos para que eles compartilhem seus conhecimentos.

Os autores destacam que a criação do conhecimento organizacional deve ser compreendida como um método que aplica, organizacionalmente, o conhecimento criado pelos indivíduos incorpora como parte da rede de conhecimentos da organização (TAKEUCHI, NONAKA, 2008).

Identifica-se, portanto, a importância de um agente para promover a inovação, de acordo com Zanon e Nardelli a empresa precisa de um tipo especial de pessoa que tem espírito empreendedor. A inovação é a prática que contempla os recursos como a nova capacidade de criar riqueza, cria um recurso e não existe algo

denominado recurso até que o homem encontre um uso para alguma coisa na natureza e assim fixa um valor econômico (ZANON, NARDELLI, 2008).

O desafio no momento de criar um produto inovador está aliado a boas ideias, mas nem sempre isso ocorre no momento da necessidade, por isso, se deve estar atento às oportunidades do mercado. Já para Dornelas, novas ideias só surgem quando o pensamento das pessoas está aberta para que isso ocorra, ou seja, quando está preparada para experiências novas (DORNELAS 2008).

Para inovar é preciso atentar aos fatores internos da empresa e os fatores externos do mercado, para que os gestores possam ter uma visão mais ampla na hora de tomar decisões, e buscar novos processos de criação e transformação no segmento que se está inserido.

Conforme manual de Oslo, inovação é a realização de um produto novo ou significativamente melhorado, ou um processo, que tenha sido efetivamente introduzido no mercado ou na empresa, sendo esse o requisito mínimo não precisando ser necessariamente inédito para o mercado. Ainda que para muitos gestores inovação é apenas a implementação de novas tecnologias no âmbito de mercado (OSLO, 2005).

Segundo Coral e Ogliari e Abreu as organizações buscam observar a Gestão da inovação como um meio sistemático e contínuo, dando ênfase em recursos, materiais e intelectuais para desenvolvimentos de tais atividades. Na maioria dos casos as empresas organizam equipes em caráter emergencial, para desenvolver um produto ou melhorar um processo (CORAL, OGLIARI, ABREU, 2013).

Portanto, é comum as empresas reagirem às ameaças da concorrência, porém o ideal é que a inovação seja parte da estratégia da empresa, com uma ação preventiva em longo prazo.

2 TIPOS DE INOVAÇÃO

A inovação, aspecto fundamental para o desenvolvimento de uma organização, pode ser apresentada de diversas formas, de acordo com Tigre existem quatro tipos de inovação, quais sejam: inovação de produto ou serviço, de marketing, de processo, organizacional (TIGRE, 2006).

O nível mais elementar e gradual de mudanças tecnológicas é representado pelas inovações incrementais. “Elas abrangem melhorias feitas no design ou na qualidade dos produtos, aperfeiçoamentos em *layout* e processos, novos arranjos logísticos e organizacionais e de suprimentos de vendas.” (TIGRE 2006, p.74).

As inovações em marketing são mais recentes, pouco reconhecidas em países que não os desenvolvidos, estão ainda em pesquisa. De acordo como manual de Oslo a inovação por marketing são as mudanças na formação da embalagem ou produto na forma que o produto será lançado no mercado como deve ser feito a propaganda e publicidade dos mesmos e como deverá ser o preço de venda desse produto (OSLO, 2005).

Inovações de marketing segundo o manual são focadas para melhor atender as necessidades dos consumidores, abrindo novos mercados, ou reposicionando o produto de uma empresa no mercado, com o objetivo de aumentar as vendas (OSLO, 2005).

O objetivo que as inovações de marketing buscam segundo o manual de Oslo é compreender mudanças substanciais no *design* do produto constituindo um novo conceito de marketing. Mudanças de *design* do produto referem-se aqui a mudanças na forma e na aparência do produto que não altera, mas características funcionais ou de uso do produto. Elas também incluem mudanças na forma de embalar produtos como alimentos, bebidas e detergentes, em que a embalagem é o principal determinante da aparência do produto (OSLO, 2005).

Já a inovação organizacional consiste na produção de novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. Elas excluem mudanças nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas baseadas em métodos organizacionais já em uso na empresa; mudanças na estratégia de gerenciamento da organização (OSLO, 2005).

Elas podem referir-se a qualquer método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do local de trabalho ou nas relações externas desde que tenham sido usadas pela primeira vez na empresa. Inovação de processo tem como objetivo a execução de novos métodos de produção ou distribuição de outros processos significativamente melhorados. Isso inclui mudanças significativas

nas técnicas, equipamentos. As inovações de processos incluem mudanças ou aperfeiçoamentos menores, um crescimento nas capacitações dos produtos ou serviços por meio de aumento de sistemas de fabricação ou de logísticas muito similares àqueles já em uso (OSLO, 2005).

As inovações de produto podem utilizar novas ideias ou tecnologias, ou podem basear-se em novos usos ou combinações para conhecimentos tecnologias existentes. O termo produto pode ser considerado tanto bens como serviços (OSLO, 2005).

Segundo Manual de Oslo as inovações de produto abrange a introdução de novos bens e serviços, busca também melhoria significativa nas características funcionais ou de uso dos bens e serviços existentes, os melhoramentos em produtos existentes podem acontecer por meio de mudanças nos materiais, componentes e outros aspectos que aprimoram seu desempenho (OSLO, 2005).

Quando se descreve sobre inovação é necessário entender claramente de que tipo de inovação que se está tratando. Portanto, a inovação se apresenta através de duas naturezas, a inovação radical e a inovação incremental.

A inovação radical de acordo com Tigre é considerada quando rompe as trajetórias existentes em uma organização, e começa uma nova trajetória, geralmente fruto de atividades de pesquisa e desenvolvimento, e não possui um caráter contínuo no tempo e nos setores. Ou seja, a inovação radical rompe os limites da inovação incremental, originando assim uma nova trajetória.

Já inovações incrementais abrangem melhorias no *design* ou na qualidade dos produtos (TIGRE, 2014). Pode-se constatar, então que a inovação radical apresenta um maior risco, para quem inova, pois como não é um processo contínuo, existe a possibilidade do mercado não “comprar” a ideia.

3 IMPORTÂNCIA DA INOVAÇÃO NO EMPREENDEDORISMO

Todo o processo empreendedor está relacionado com a inovação independente de qual a atividade que abrange. Para Chiavenato, primeiramente o empreendedorismo envolve todo um processo de criação de algo novo, que tenha valor e seja reconhecido pelo mercado. Posteriormente, o empreendedorismo exige

devoção, comprometimento de tempo e esforço para que o novo negócio possa transformar-se em realidade e crescer. Em terceiro, o empreendedorismo requer em seu contexto atual muita ousadia, os riscos que devem ser calculados e, decisões críticas, além de tolerância com possíveis tropeços ou insucessos (CHIAVENATO, 2008).

Segundo Hirotaka e Nonaka, as empresas detentoras do conhecimento, que conseguem se adaptar, e mudar rapidamente conforme muda o ambiente, se tornam uma organização topo de linha, pois ela está sempre se antecipando as possíveis mudanças (TAKEUCHI; NONAKA, 2008).

Quando as organizações inovam, elas não processam simplesmente a informação, de fora para dentro, visando a solucionar problemas existentes e adaptar-se ao ambiente de mudança, elas realmente criam novos conhecimentos e informações, de dentro para fora, visando a redefinir tanto os problemas quanto as soluções e, no processo, recriar seu ambiente (TAKEUCHI, NONAKA, 2008, p.54).

Em se tratando de empreendedorismo, segundo Takeuchi e Nonaka existem momentos mais turbulentos e complicados dentro e fora de uma organização. O autor destaca que quanto maior a inovação, maiores são as chances das organizações se tornarem bem-sucedidas (TAKEUCHI; NONAKA, 2008).

As empresas inovadoras geralmente recorrem a uma combinação em diferentes fontes de tecnologia, através de informação e conhecimento que podem originar-se tanto de fora da empresa quanto dentro da empresa:

A competição oriunda de novos produtos, novas tecnologias, novas fontes de suprimento e novos tipos de organização que permite o aumento a escala produtiva tal competição permite vantagens de custo e qualidade decisivas para determinar as margens de lucro e o crescimento da firma. Ao longo do tempo, as inovações resultam em queda de preço e crescimento da produção. (TIGRE, 2006, p.45).

De acordo com Tigre, com o aumento da demanda, automaticamente o produto com alto valor de venda se torna mais acessível, isto ocorre devido ao grande desenvolvimento de tecnologias à concorrência de mercado, esta disputa por espaço traz benefícios ao consumidor com aumento de produção e decadência no preço (TIGRE, 2006).

Portanto, percebe-se que a inovação tem papel fundamental no empreendedorismo, ela é responsável para que a empresa possa se diferenciar no mercado em que atua, oferecendo constantes melhorias nos seus produtos e serviços.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para alcançar o objetivo desta pesquisa e responder sua problemática, a qual, busca conhecer como é o processo da inovação na prática, elaborou-se uma pesquisa com uma empresa que atua no ramo de equipamentos hospitalares, situada em Santa Rosa- RS.

Realizou-se o estudo de caso, os dados foram coletados através de um questionário, com 15 questões relacionadas ao tema inovação. Para isso, se contatou primeiramente o diretor da empresa, o qual concordou em colaborar com a pesquisa. A pesquisa foi realizada no mês de maio de 2015, a qual foi gravada para posterior análise.

Primeiramente, o empresário falou da empresa, sobre o surgimento tempo de atuação no mercado, como surgem as ideias inovadoras, desenvolvimento da mesma, e em qual área buscaram se especializar. Posteriormente, ele respondeu o questionário, mostrando o ambiente da organização desde o setor da administração até a área de produção.

Como observado anteriormente a empresa atua no ramo de equipamentos hospitalares, dentre os principais produtos que ela fabrica, se destacam câmeras para conservação de vacinas termolábeis e hemoderivados.

Com a necessidade de expandir no mercado com um produto inovador, o empreendedor segue a linha de pensamento parecido com o que enfatizam Takeuchi e Nonaka, ou seja, as empresas detentoras do conhecimento, que buscam criar novos produtos e conseguem se adaptar, e mudar rapidamente conforme muda o ambiente, se tornam uma organização topo de linha, pois ela está sempre se antecipando as possíveis mudanças (TAKEUCHI; NONAKA, 2008).

A empresa possui 14 anos de experiência no mercado de refrigeração médico-científica, possui uma equipe composta de vinte e cinco pessoas,

envolvendo produção e administração, com a união da equipe, e através dos esforços de seus idealizadores, ela despontou no mercado nacional após o desenvolvimento de um produto inovador e inédito no Brasil, capaz de revolucionar a atual maneira de conservar vacinas e armazenamento de sangue no país.

Aliando o conhecimento da equipe, desenvolvimento de projetos às necessidades dos Postos de Saúdes, Clínica e Hospitais, ela desenvolveu uma linha de Câmaras para Conservação de Imunobiológicos, Termolábeis e Hemoderivados capaz de manter-se em funcionamento em períodos de ausência de energia elétrica comercial, evitando onerosas perdas de material por estas eventualidades.

Em 2013 foi vencedora do prêmio micro e pequena empresária (MPE) Brasil nas categorias Industriais e Inovação onde a câmera portátil para transporte e conservação de vacinas, sangue, órgãos e medicamentos foi destaque nacional.

Segundo o diretor, a empresa iniciou em 2001 com a fabricação de equipamentos médicos, e a partir de 2007 passou a fabricar câmaras para vacinas e armazenamento de sangue. Em 2008, passou ser obrigatório o registro do produto junto aos órgãos de controle do governo, somente em 2010 ela teve a autorização para a produção, e posteriormente o registro do produto que ocorreu em 2012.

Como foi exemplificado no referencial teórico existem quatro tipos de inovação, no entanto, a organização pesquisada se destaca em dois tipos, a inovação por produto e inovação por processo.

Segundo o manual de Oslo as inovações de produto podem utilizar ideias ou tecnologias já existentes, ou podem buscar em novos usos ou combinações para conhecimentos tecnologias existentes. O termo produto pode ser considerado tanto bens como serviços, e buscando a melhoria significativa nas características funcionais ou de uso destes bens e serviços existentes (OSLO, 2005).

A empresa também se destaca nas inovações de processos, esse tipo de inovação segundo manual de Oslo, busca a melhoria significativa nas características funcionais ou uso dos bens e serviços existentes; ou melhoramentos que incluem mudanças ou aperfeiçoamentos ainda que menores (OSLO, 2005).

Também foi relatado sobre a necessidade da inovação, pois fabricar um produto igual ou inferior ao concorrente não seria viável. No entanto, segundo o gestor criar um produto inovador obtém-se a dificuldade em provar para o mercado

que essa inovação gera efeito, por isso, é importante ter uma visão de mercado e, análise de espaço para o produto, tornando-o uma necessidade para o cliente.

Com base nessa visão de mercado a empresa percebeu a necessidade de criar um produto inovador de extrema importância, segundo Tigre, isso é característica de inovação radical, criar produto totalmente diferente para atender a necessidade do mercado (TIGRE, 2014).

A partir de vários estudos, desenvolvimento de projetos surgiu a ideia na produção de uma câmera portátil para o transporte vacinas e sangue, com capacidade de 30 litros com uma faixa de trabalho de 2° a 8°C, gabinete em ABS resistente, homogeneização com gás ecológico, alarmes de alta, baixa temperatura, falta de energia, *software* de gerenciamento e, opcional rastreador via satélite, *bivolt* automático 110/220, o produto também funciona conectado ao veículo, e bateria, interna com autonomia de 2 horas.

Esse produto foi pioneiro no Brasil, porém depois de um determinado tempo, a empresa sofreu com a cópia da sua tecnologia, realizada por um concorrente, isso fez com que ela criasse modificações no produto, visando se diferenciar no mercado, ou seja, ela criou inovações incrementais.

Para contribuir no processo de inovação a empresa abre oportunidades aos funcionários para que todos possam colaborar na criação do produto, visando satisfazer as necessidades do mercado, ela também oferece um banco de ideias, retribuindo financeiramente no processo de produção. Percebeu-se que ela possui a mão de obra própria, porém grande parte dos componentes utilizados no produto é terceirizada.

Quanto aos eventos para buscar informações e trocar conhecimentos com o mercado em que atua, anualmente ela participa de feiras hospitalares, também realiza visitas técnicas em outras empresas parceiras. O empresário destacou que para a criação dos produtos ele conta com a ajuda de um *designer*, pessoa essa com conhecimentos especializados, que contribui nos aspectos visuais dos produtos ofertados no mercado, viabilizando a produção.

CONCLUSÃO

O mercado globalizado apresenta cenários de constantes mudanças, e para manter-se competitivo, crescer e aumentar a lucratividade, é necessário que as organizações trabalhem com foco especialmente para a inovação. Além disso, precisam estar atentas ao mercado e suas perspectivas, para que possam criar melhores produtos que atendam às necessidades do mercado.

A partir da pesquisa evidencia-se que a empresa tem uma gestão focada na inovação de produtos e de processos, e a equipe como um todo se empenha na elaboração de projeto e desenvolvimento, até o produto final. Percebeu-se que por meio da inovação, a empresa passou a ser reconhecida em nível nacional.

Constatou-se que além de possuir um banco de ideias, ela oferece prêmios em dinheiro para os funcionários que contribuírem com as melhores ideias, fator esse que vem incentivar e valorizar a equipe.

A inovação de produto e processo fez com que a empresa se destacasse com o prêmio MPE Brasil melhor indústria e inovação. Isso é fruto de uma gestão que possui uma visão externa das necessidades do mercado.

Com a necessidade de expandir no mercado, a organização estudada criou uma inovação radical, por meio do lançamento de uma câmera portátil para transporte de vacinas e sangue. Além disso, hoje ela trabalha com foco na inovação incremental, através do melhoramento do seu produto para o mercado.

Cumprir destacar que os resultados encontrados neste estudo não podem ser generalizados, pois se trata de um estudo de caso. No entanto, como sugestão de futuros estudos, recomenda-se a realização de pesquisas similares, buscando conhecer se dá o processo de inovação e o lançamento de produtos no mercado.

REFERÊNCIAS

CORAL, Eliza, OGLIARI, André, ABREU, Aline França de. **Gestão Integrada da Inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos**. São Paulo: Atlas, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócio. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OSLO, Manual de. **Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados Sobre Inovação**. 3.ed. São Paulo: FINEP,2005.

TAKEUCHI, Hirotaka, NONAKA, Ikujiro. **Gestão Do Conhecimento**. 1. ed. Porto Alegre:Bookman,2008.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da Inovação**. a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

_____. Paulo Bastos. **Gestão da Inovação**: a economia da tecnologia no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ZANON, Sinome Lucia Maluf, NARDIELI Thaise. **Inovação de Projetos Inovadores na Educação Profissional**. Curitiba: SENAI,2006. (Coleção Inova).

EMPREGADO DOMÉSTICO: EFETIVAÇÃO DE DIREITOS NA BUSCA POR TRATAMENTO IGUALITÁRIO.

Andressa Raquel Zarzecki¹
Magale Maria Stumm²
Taise Fresse³
Vanessa Bohn Wizniewski⁴
Toni Anderson Lausmann⁵

RESUMO

O artigo trata de forma objetiva, os termos relacionados à legislação sobre a profissão de empregado doméstico, o qual sofreu discriminação e de certo modo preconceito por parte dos demais trabalhadores, em razão de exercer atividade desprovida de instrução, que não requer qualificação profissional. Baseado na Lei especial nº 5.859/72, onde a situação do trabalhador doméstico, efetivamente foi resolvida, porém ainda com poucas garantias trabalhistas, ampliou seus direitos com a Constituição Federal Brasileira de 1988 que estabeleceu melhor proteção aos trabalhadores, principalmente fazendo jus do salário mínimo. No entanto, foi a Emenda Constitucional nº72 de 2013, que trouxe igualdade dos direitos trabalhistas entre o trabalhador doméstico e os demais trabalhadores. Os principais aspectos tratados no estudo são as considerações históricas, conceito, características necessárias para o enquadramento e mudanças que entraram em vigor na profissão de empregado doméstico, formulado a partir de uma série de estudos bibliográficos, bem como jurisprudenciais. Tendo em vista a importância e conservação do emprego doméstico no âmbito familiar, o presente artigo busca sanar dúvidas e esclarecimentos principalmente sobre o funcionamento do emprego doméstico, e como ele se encontra após as mudanças constitucionais, tais como: salário mínimo, repouso semanal, décimo terceiro salário, férias, entre outras alterações.

Palavras-chave: Empregado doméstico; Direitos Trabalhistas; Mudanças Constitucionais.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 5º Semestre – Faculdades Integradas Machado de Assis. andressazarzecki@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 5º Semestre – Faculdades Integradas Machado de Assis. magale.ms@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 5º Semestre – Faculdades Integradas Machado de Assis. taise.fz@hotmail.com

⁴ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 5º Semestre – Faculdades Integradas Machado de Assis. vanebho@hotmail.com

⁵ Especialista em Direito do Trabalho e Direito Civil. Orientador. Professor do Curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas Machado de Assis. tonilausmann@gmail.com

INTRODUÇÃO

A história dos empregados domésticos se equipara com a história do escravismo, onde ambos lutaram para conquistar os seus direitos e, apenas recentemente, passaram a usufruir benefícios que já eram dispostos a outros trabalhadores há muito tempo.

O artigo se justifica pela abordagem da nova Lei dos empregados domésticos, a qual pretende trazer melhores condições trabalhistas, longe da desigualdade, onde o estudo a seguir visa aprimorar o conhecimento acadêmico acerca das bases legais da profissão de empregado doméstico, uma vez que este assunto retrata a conquista dos trabalhadores em busca de seus direitos, expandindo o conhecimento sobre as novas informações deste tema.

O estudo foi realizado com base em pesquisa bibliográfica e jurisprudenciais, tendo como base a Constituição Federal Brasileira, Lei especial nº 5.859/72, e nas obras de Resende, de Basíle, entre outras, os quais destacam o conceito e seu enquadramento na profissão de empregado doméstico, o salário mínimo e sua irredutibilidade, férias, décimo terceiro salário, dentre outros direitos adquiridos.

Em seu desenvolvimento, o artigo trata sobre o histórico da Lei dos empregados domésticos, suas mudanças constitucionais e a igualdade conquistada nas garantias trabalhistas, interligando as relações de trabalho e direitos dos empregados, dando enfoque principalmente para as alterações conquistadas por esta classe de trabalhadores.

1 EMPREGADO DOMÉSTICO: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E CARACTERÍSTICAS NECESSÁRIAS PARA O ENQUADRAMENTO.

A função do trabalhador doméstico sempre foi uma opção alternativa para os indivíduos, em situação acentuada de pobreza. Nas sociedades antigas existiam duas formas de trabalho: de um lado encontravam-se os homens livres, que podiam se dedicar a qualquer trabalho que lhes apetecesse, e, de outro lado, encontrava-se os escravos, os quais eram utilizados pelos nobres nos afazeres domésticos,

zelando não somente pela residência, mas, também, pelo bem estar de seus senhores.

Atualmente, este quadro tem se mantido em patamar semelhante. Dificilmente, a função de trabalhador doméstico traz oportunidade de crescimento ou carreira profissional, sendo assim uma última opção daquelas que não conseguem uma alocação melhor no mercado e precisam urgentemente trabalhar para não entrarem na zona da extrema pobreza e miséria que assola milhões de trabalhadores brasileiros.

Diante do quadro em que o trabalhador doméstico se encontrava foi necessário criar uma lei especial para regulamentar suas atividades, já que a Consolidação das Leis Trabalhistas não faz qualquer menção a esta atividade. A lei 5.859 de 11 de dezembro de 1972 foi criada especificamente para tratar do conceito e das garantias do empregado doméstico.

Buscando a definição de empregado doméstico, Resende aponta alguns requisitos necessários para o enquadramento na categoria, “[...] deve prestar serviços de natureza contínua, isto é, diversamente do que se exige do empregado comum, cujos serviços devem ser não eventuais, exige-se do empregado doméstico a continuidade.” (RESENDE, 2013, p.109). Desse modo, Garcia explica que não há que se confundir habitualidade com não eventualidade:

[...] no caso do empregado doméstico em particular, a lei exige a efetiva habitualidade na prestação de serviços, de forma contínua, e não intermitente, ao longo da semana. Nesta linha, não seria empregado doméstico aquele que presta serviços esporádicos, ou mesmo intermitentes, ou seja, em um, dois ou três dias na semana.” (GARCIA; 2011, p. 233).

Dessa forma, a jurisprudência costuma não considerar como empregada a diarista que frequenta o âmbito familiar para prestação de serviço apenas alguns dias na semana. Para Barros, é necessário que o trabalho executado seja seguido, não sofra interrupção (BARROS, 2002). Seguindo esta observação, consta à jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ilustrada pelo que segue:

São situações distintas em que os serviços do trabalhador doméstico corresponderão às necessidades permanentes da família e do bom funcionamento da residência. As atividades desenvolvidas em alguns dias

da semana, com vinculação a outras residências apontam para a definição do trabalhador autônomo, apontado como diarista. (BRASIL, 2012).

Atualmente já constam vários processos julgados do TST que indicam a aplicação da observância anterior. Ainda seguindo os conceitos apontados por Resende, observa-se o que consta no segundo preceito, pelo qual o empregado,

[...] deve prestar serviços sem finalidade lucrativa, pelo qual entende que o serviço prestado pelo doméstico não pode ter fins comerciais ou industriais, tendo seu valor limitado ao uso/consumo, jamais podendo produzir valor de troca. (RESENDE, 2013, p.110).

Dessa forma, conclui-se que empregado que prestar serviço à família através do qual se origine produto comercial ou industrial, deixa de enquadrar-se no campo doméstico, passando a responder às normas dos trabalhadores celetistas. Ainda sobre este aspecto, Basile exemplifica,

Sem que o contratante objetive auferir lucro ou renda através do serviço prestado. A cozinheira que prepara alimentos para comercialização ou mesmo o servente, que limpa imóvel destinado à locação (ainda que casa de veraneio), devem ser considerados trabalhadores urbanos celetistas (comuns) e não domésticos. (BASILE, 2014, p.47).

Segundo Resende, o doméstico,

Deve prestar serviços à pessoa ou a família, o que significa que somente pessoa física pode ser empregador doméstico. A *contrário sensu*, a pessoa jurídica jamais poderá admitir domésticos. Admite-se, contudo, a contratação de doméstico por grupo unitário de pessoas físicas, desde que busquem mero consumo a partir do trabalho prestado, sem qualquer finalidade lucrativa. (RESENDE, 2013, p.111).

Quando a formação de grupo de pessoas para contratação de doméstico origina pessoa jurídica, essa contratação fica impossibilitada, uma vez que, segundo a lei, a contratação torna-se ilegítima, caracterizando contratação de trabalhador normal celetista. Nesse sentido, para Basile,

A relação doméstica caracteriza-se pela fidúcia (confiança) e pela contratação por pessoa física ou entidade familiar (em sentido lato, podendo abranger também outras uniões de características familiares, inclusive homo afetivas). Nas chamadas “repúblicas”, o vínculo se formará com todos

os moradores do imóvel que efetivamente exercerem o poder de direção da prestação dos serviços (solidariedade nas obrigações) [...]. (BASILE, 2014, p.47).

Dessa forma não se deve confundir a república de estudantes com a formação de pensionato, a qual se caracteriza por exploração de serviços tanto de moradia quanto de alimentação.

Outro elemento caracterizador da relação de emprego é a pessoalidade, onde o próprio empregado que deve realizar os serviços, não podendo ser substituído por outro. No entanto, tratando-se de trabalhador doméstico é oportuno aduzir algumas considerações, pois a sua relação de trabalho possui intensa proximidade e confiança com os empregadores no âmbito doméstico, como esclarece o Ministro Mauricio Godinho Delgado:

Na relação empregatícia doméstica, a pessoalidade ganha destacada intensidade, colocando a função doméstica no rol das que tem elevada fidedignidade com respeito a figura do trabalhador. Não se trata, é claro, de uma fidedignidade que envolva poderes de gestão ou representação, obviamente. Porém trata-se de fidedignidade com poderes mais acentuada do que o padrão empregatício normal, principalmente em função da natureza dos serviços prestados – estritamente pessoais – e do local específico de sua prestação, o âmbito familiar doméstico. (DELGADO, 2011, p. 367).

A última característica apontada por Resende versa sobre a prestação de serviço no âmbito residencial da pessoa ou da família, no qual ele indica que esta expressão não costuma ser interpretada literalmente, uma vez que é utilizada de forma generalizada ao indicar que o trabalho exercido pelo doméstico busque satisfazer as necessidades cotidianas dos sujeitos da relação de emprego (RESENDE, 2013).

Complementarmente, Basile aponta que é necessário que “[...] nesse conceito entenda-se a prestação dentro do perímetro da residência e também as atividades externas que sirvam àqueles que nela convivam.” (BASILE, 2014, p. 47). Conclui-se assim que a natureza no tipo de serviço prestado não influencia no enquadramento do trabalhador como empregado doméstico, uma vez que tanto cozinheiras, arrumadeiras, motoristas e jardineiros, por exemplo, são considerados empregados domésticos.

2 MUDANÇAS QUE ENTRAM EM VIGOR A PARTIR DA APLICAÇÃO DA NOVA LEI

Com a entrada em vigor da nova lei das empregadas domésticas, ocorreram várias alterações no cotidiano empregatício doméstico, tanto para o empregador como para o empregado. Em 11 de dezembro de 1972, foi promulgada a Lei nº 5859, regulando um primeiro marco na conquista dos direitos dos domésticos, garantindo direitos como a carteira de trabalho (art. 2º, I) e as férias anuais remuneradas (art. 3º), fixadas em 20 dias úteis.

No entanto, aos poucos, foram sendo garantidos, novos direitos aos domésticos, como é o caso do vale transporte, previsto pela Lei 7418/85 (BRASIL, 1985). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, parágrafo único, artigo 7º, que deu diversos direitos aos empregados rurais e urbanos, estendeu-se também os direitos aos empregados domésticos (BRASIL, 1988).

Esses novos direitos são: salário mínimo, décimo terceiro salário, a irredutibilidade salarial, repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, férias anuais remuneradas de 30 dias, licença maternidade de 120 dias e garante também a estabilidade pós gestacional, pela Lei 11.324/06, já que anteriormente a gestante poderia ser dispensada, confirmado pelo que versa o artigo 4º da Lei 5859/72: “[...] é vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.” (BRASIL, 1972).

Garantiu também a licença paternidade de 5 dias e ainda, o direito ao aviso prévio, prevendo a proteção ao fim do contrato de trabalho e à aposentadoria. O que poucos sabiam é que, antes da aprovação dessa lei, caso o empregado necessitasse morar ou se alimentar na casa do empregador, o patrão poderia descontar de seu empregado esses valores, o que foi proibido, segundo a Lei 5859/72, no artigo 2º: “É vedado ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia.” (BRASIL, 1972).

O empregador também podia exigir que seu empregado trabalhasse aos feriados, mas esse aspecto foi revisto pela nova lei, que revoga, em seu artigo 9º a

alínea a do art. 5º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949. Em outras palavras, o doméstico passou a ter direito ao repouso nos feriados oficiais.

No entanto, o FGTS que também passaria a ser obrigatório foi vetado pelo governo, que afirmou que adiaría esta medida. Portanto, é o empregador quem vai decidir se inscreve ou não o empregado. Esta decisão é muito importante, pois o seguro desemprego continua sendo direito do doméstico inscrito no FGTS, que poderá receber até 3 parcelas, no valor de um salário mínimo.

3 ALTERAÇÕES PROVENIENTES DA REGULAMENTAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 72/13

A remuneração do trabalhador não poderá ser inferior ao salário mínimo nacional. No entanto, de acordo com a Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000 que autoriza os estados a instituir o piso salarial, o estado do Rio Grande do Sul, regulamentou o salário mínimo estadual para as domésticas (BRASIL, 2000).

Assim, o salário mínimo das domésticas no período de Fevereiro de 2014 a Janeiro de 2015 estava em R\$ 868,00 (oitocentos e sessenta e oito reais) e a partir de Fevereiro de 2015 passou para R\$1.006,88 (um mil e seis reais com oitenta e oito centavos), tendo um aumento de 16% no salário da categoria.

Segundo a Constituição Federal, Artigo 7º, IV: “O salário mínimo deve atender às necessidades vitais do trabalhador e de sua família, tais como moradia, alimentação, educação, saúde, vestuário, higiene, transporte e previdência social.” (BRASIL, 1988). É ilícito pagar menos que um salário mínimo ao doméstico, contando que o valor de R\$ 1.006,88 (um mil e seis reais com oitenta e oito centavos) é o equivalente a 220h mensais, ao doméstico que trabalhar menos que as 220h mensais é válido pagar o proporcional a carga horária realizada pela mesma.

Suponhamos que o doméstico trabalha apenas 110h mensais, o seu salário não será necessariamente o equivalente a R\$ 1.006,88 (um mil e seis reais com oitenta e oito centavos), assim sendo, será feita a proporção da carga horária, da seguinte forma: salário mínimo (1.006,88) dividido pelas 220h mensais para saber o valor da hora paga, vezes a quantidade de horas que ela irá trabalhar, neste caso,

110h. O valor mínimo que deverá ser paga para o doméstico, nesta situação é R\$ 503,44 (Quinhentos e três reais com quarenta e quatro centavos) ficando a critério do empregador pagar este valor ou um valor maior.

É assegurada para o empregado doméstico a irredutibilidade salarial. Não é permitido ao empregador reduzir seu salário, mesmo que seja reduzida a sua carga horária. Conforme Loureiro Júnior,

[...] irredutibilidade salarial traduz - se em um princípio de fundamental importância para as relações individuais de trabalho, assegurando aos trabalhadores o direito de não sofrer decréscimos em seus salários por imposição unilateral dos empregadores. (LOUREIRO JUNIOR, 2015, p. 01).

A irredutibilidade das remunerações é impraticável, salvo negociações, conforme nos mostra a Constituição Federal, art. 7º, VI: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.” (BRASIL, 1988).

Este direito da Irredutibilidade prevê garantir ao empregador doméstico sua própria estabilidade, uma vez que conta com este salário para as despesas familiares, sobretudo para a alimentação.

Já quanto ao décimo terceiro salário, conhecido também por Gratificação Natalina, de acordo com a Lei n. 4.749, de 12 de agosto de 1965 deve ser pago em duas vezes, ou seja, 50% do décimo terceiro devem ser pagos entre o dia 01 fevereiro até o dia 30 de novembro de cada ano, ou por ocasião de férias, se solicitado pelo empregado ainda no mês de Janeiro. Já os outros 50% devem ser pagos até o dia 20 de dezembro (BRASIL, 1965).

Em consonância com as informações anteriormente citadas, cabe mensurar o que consta no art. 3º do Decreto nº 57.155 de novembro de 1965, indicando que “[...] entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o empregador pagará, como adiantamento da gratificação, de uma só vez, metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior.” (BRASIL, 1965).

Caso o empregado tenha sua admissão no mês de Fevereiro e sua rescisão no mês de Outubro, deve ser pago o décimo terceiro proporcional na sua rescisão, ou seja, devem ser pagos 09/12 (nove doze avos) do décimo terceiro.

Não há incidência de INSS, nem IR nos primeiros 50% do décimo terceiro. O FGTS não sendo ainda obrigatório, incidira ou não sobre o décimo terceiro:

O FGTS incidirá sobre o valor pago, efetivamente, pelo regime de competência, ou seja, se o pagamento da primeira parcela ocorrer em novembro, o FGTS deverá ser recolhido até o dia 7 de dezembro, junto com a folha de pagamento, se o empregador fez a opção de depositar FGTS ao seu empregado doméstico. O FGTS não é uma obrigação do empregador, mas uma vez optado pelo recolhimento, torna-se irreversível. (LABORTIME, 2015).

Dessa forma, a aplicação do cálculo do FGTS ocorre de maneira igualitária tanto no caso dos trabalhadores celetistas como agora, com as novas normas, para os domésticos. No entanto, estas medidas vêm fazendo com que as famílias tenham repensado a decisão de contratarem um empregado doméstico, uma vez que a contratação de acordo com as normas acaba por trazer uma série de novos custos aos empregadores. Ainda sobre o FGTS, Resende também afirma que,

[...] o FGTS é facultativo para o empregador doméstico. Entretanto, uma vez feita a opção, torna-se a mesma irreatável, ou seja, se o empregador recolheu o FGTS referente a uma única competência, vincula-se a fazê-lo ao longo de todo o contrato de trabalho. (RESENDE, 2013, p.117).

Quanto ao repouso semanal remunerado, o famoso DSR (Descanso Semanal Remunerado), ou RSR (Repouso Semanal Remunerado), o qual é concedido ao empregado 24h consecutivas, preferencialmente aos domingos, para recuperar o físico e mental do empregado foi estendido aos trabalhadores domésticos com reforma da Constituição Federal de 1988. Segundo Andrade,

A Constituição Federal/1988 estendeu aos domésticos esses direitos. A dúvida é que o texto constitucional não faz referência expressa aos feriados civis e religiosos. No entanto, em razão da existência de precedentes constitucionais anteriores (CF/34 e CF/46), os trabalhadores domésticos fazem jus ao salário dos dias de feriados civis e religiosos, quando não há trabalho. (ANDRADE, 1997, p.69).

Como nos diz a Constituição Federal, art. 7º, XV: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;”

(BRASIL, 1988). Outro direito que contempla os trabalhadores domésticos são as horas extras, com remuneração mínima de 50% sobre a hora normal e os reflexos no DSR, como explica Moraes,

Entende-se por hora extra, todo trabalho exercido fora do horário contratado e registrado em (CTPS, livro, ficha ou sistema de informação, é o que prolonga, aumenta ou estende a jornada de trabalho, o que por consequência reflete no descanso semanal remunerado. Perante a lei, o dsr tem que cair preferencialmente no domingo, podendo variar contanto que estipulado essa variação em contrato de trabalho. (MORAES, 2010).

Para calcular o DSR devemos pegar o total das horas extras trabalhadas, dividir pelos dias úteis do mês e multiplicar pelos dias de descanso, domingos e feriados. Neste caso sábado conta como dia útil.

Dessa forma, pode-se perceber que as alterações acima especificadas trazem inúmeros benefícios aos empregados domésticos, fazendo com que, cada vez mais, a categoria consiga equiparar-se de forma efetiva às outras classes de trabalhadores, diminuindo efetivamente as desigualdades provenientes da inexistência de legislação específica alusiva ao trabalho doméstico.

CONCLUSÃO

O profissional doméstico obteve grandes conquistas com a evolução dos direitos trabalhistas. Esta classe de trabalhadores tão discriminada por tantos anos que lutou para melhores condições, agora pode usufruir dessas garantias, com igualdade e respeito como os demais trabalhadores.

As mudanças trazidas pela Emenda Constitucional nº 72/2013 trouxeram a esta classe de trabalhadores efetiva igualdade aos cidadãos, onde através da inclusão dos direitos, o empregado doméstico obteve visibilidade nas condições sociais e humanitárias, abandonando definitivamente qualquer resquício de tratamento que pudesse ser comparado ao escravismo.

Levando em consideração, que são direitos recentemente adquiridos por esta classe de trabalhadores e que muitos outros direitos ainda tendem a ser conquistados, podendo até mesmo demorar a serem realizados, em circunstância de

a população presumir um aumento no valor desta mão de obra, são justos e merecedores estes benefícios para manter a conformidade social.

Com a valorização do emprego doméstico, o custo para manter esse trabalhador também aumentou, sendo que muitos patrões ainda resistem em assinar a carteira de trabalho ou até mesmo contratam diaristas nessa vaga, em razão do elevado custo desta mão de obra. No entanto, esses profissionais vêm se especializando em trabalhos do lar, procurando disponibilizar e mostrar ao empregador que esta classe de trabalhadores está lutando para se manter e conquistar seu lugar no mercado com condições igualitárias.

O estudo indicou que, se por um lado, muitos empregadores estão deixando de contratar seus empregados domésticos de acordo com os parâmetros da lei, tanto por desconhecimento quanto por desinteresse, por outro lado ainda existe o receio por parte dos próprios empregados domésticos de exigirem efetivamente seus direitos, uma vez que acaba por não reivindicarem as prerrogativas impostas pelas alterações legislativas com medo de perderem a estabilidade na qual se encontram por estabelecerem estas exigências, apesar delas serem legítimas. Com o trabalho, concluiu-se ainda que tanto os direitos domésticos, como também os direitos adquiridos a qualquer outra classe de trabalhadores, ambos fazem parte das conquistas históricas marcadas pelo esforço e luta dos trabalhadores e insistentes buscas com a igualdade social, independentemente de ramo profissional exercido.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Darcio. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_57/Darcio_Andrade.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2015.

BARROS, Alice Monteiro de. **Contrato e Regulamentações Especiais de Trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2002.

BASILE, César Reinaldo Offa. **Direito do Trabalho Teoria Geral a Trabalho do Menor**. 7 ed., Saraiva, São Paulo: 2014.

BRASIL. **Tribunal Superior do Trabalho, 3ª Região**. RR 344-46.2011.5.03.0079, Rel. Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 09.11.2012. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/processos-do-tst>>. Acesso em: 06 maio 2015.

_____. **Lei Complementar nº 103, de 14.7.2000.** Disponível em:
<www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp103.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. **Decreto nº 57.155, de 3 de novembro de 1965.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d57155.htm>. Acesso em:
10 maio 2015.

_____. **Constituição.** Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Constituição.** Brasília: Senado Federal, 1972.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho.** 10. ed., São Paulo, LTr, 2011.

GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho.** 5. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2011

LABORTIME. Soluções Integradas em Recursos Humanos. **Décimo Terceiro Salário - Empregado Doméstico:** 1ª parcela. Disponível em:
<<http://www.labortime.com.br/index.php/noticias/232-decimo-terceiro-salario-empregado-domestico-1o-parcela>>. Acesso em: 06 mai. 2015.

LOUREIRO JÚNIOR, José Roberto Fernandes. **Irredutibilidade Salarial:** interpretação constitucional. Disponível em:
<http://www.calvo.pro.br/media/file/colaboradores/jose_roberto_loureiro/jose_roberto_irredutibilidade.pdf> Acesso em: 24 abr. 2015.

MORAES, Vanderlei. **Descanso Semanal Remunerado - DSR ou RSR sobre Horas Extras.** 2010. Disponível em: <<http://www.gpportal.com.br/2010/08/descanso-semanal-remunerado-dsr-ou-rsr.html>> Acesso em: 30 abr. 2015.

RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho Esquematizado.** 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2013.

ESTUDO DA IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COM ÊNFASE NOS IMPOSTOS FEDERAIS PARA A DEFINIÇÃO DO REGIME DE TRIBUTAÇÃO A SER ADOTADO PELAS EMPRESAS COMERCIAIS

Beatriz Regina Gerhardt¹
Fabiane Hubner Altmann²
Marcos Volnei dos Santos³

RESUMO

A finalidade deste artigo é estudar os diferentes tipos de Regime Tributário com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre o tema e conscientizar os profissionais da área contábil sobre a importância de um Planejamento Tributário na escolha do regime de tributação adequado para os seus clientes, além de alertar os empresários sobre a possibilidade legal de minimizar o recolhimento de impostos e melhorar os resultados das empresas, sem recorrer à sonegação fiscal para evitar o pagamento do imposto devido. Este estudo visa a informar contadores e empresários de que serão responsabilizados por qualquer prática no sentido de fraudar impostos, além de enfatizar a importância da prudência dos contadores ao elaborar e assinar documentos fiscais. Dessa forma, será baseado em referenciais teóricos e explicado através da utilização de tabelas para demonstrar individualmente os tributos incidentes, base de cálculo e as alíquotas utilizadas para o cálculo dos tributos no Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real.

Palavras-chave: planejamento tributário – tributos - lucro presumido - lucro real.

INTRODUÇÃO

Em virtude da elevada carga tributária existente no Brasil, a realização de um Planejamento Tributário para definir a escolha do regime de tributação é fundamental para melhorar os resultados das empresas, além de ser uma ferramenta importante para o seu sucesso e permanência no mercado.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 3º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis.

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 3º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis.

³ Prof. Me. do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis.

Sendo assim, este artigo tem o objetivo de estudar os regimes de tributação mais utilizados, baseados no Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real demonstrando a incidência dos impostos para cada regime e conscientizando todos os envolvidos sobre a importância de uma análise para decidir pela melhor opção a ser adotada.

Este trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica sobre planejamento tributário e os regimes de tributação objetos deste estudo, demonstrando a relevância deste tema como instrumento na redução dos tributos devidos pelas empresas.

1 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O Planejamento Tributário é uma forma lícita de definir entre as opções disponíveis, o regime tributário que apresente o menor montante de tributos devidos pelas empresas. Segundo Oliveira, “[...] esse é o conjunto de condutas da pessoa física ou jurídica destinadas a reduzir, transferir ou postergar legalmente os ônus dos tributos.” (OLIVEIRA, 2013, p. 201).

Para facilitar o entendimento, descreve-se o conceito de tributo definido pelo artigo 3º do Código Tributário Nacional que diz: “[...] tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nessa possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.” (FABRETTI, 2005, p. 109).

Resumindo este conceito, pode-se afirmar, de acordo com Fabretti, que o tributo é a realização de um pagamento obrigatório em moeda ou, se autorizado por lei, pode ser feito em outro valor que permite expressá-la, que tem como hipótese prevista na lei a incidência de um ato lícito que, ao se efetivar, gera a obrigação de pagar o tributo e, está submetido ao fisco sem abuso ou desvio de poder (FABRETTI, 2005).

A previsão de uma situação que poderá acontecer no futuro denomina-se hipótese de incidência e, ao se efetivar, passa a ser denominado de fato gerador. O fato gerador dá origem à obrigação tributária e determina a natureza do tributo. Para Fabretti, “[...] ato gerador é a concretização da hipótese de incidência tributária

prevista em abstrato na lei, que gera (faz nascer) a obrigação tributária.” (FABRETTI, 2005, p. 125).

A utilização de meios ilícitos para abolir o recolhimento de tributos chama-se evasão fiscal, onde o contribuinte deixa de pagar o imposto considerado devido, revelando o seu desejo de fraudar o fisco (OLIVEIRA 2013). Segundo Huck, “[...] evasão fiscal pode ser conceituada como toda e qualquer ação ou omissão tendente a elidir, reduzir ou retardar o cumprimento de obrigação tributária.” (HUCK 1997 apud OLIVEIRA, 2013, p. 192).

É necessário compreender que a suposição é sempre admitir a tributação em relação ao lícito. Sobre atos ilícitos estará estabelecida uma punição que se refere à multa para desencorajar estas práticas e reduzir os resultados esperados de quem os pratica.

No entanto, através de uma programação planejada, é possível impedir ou restringir de forma legal o pagamento dos tributos antes da ocorrência do fato gerador. A este planejamento dá-se o nome de elisão fiscal. De acordo com Nóbrega *apud* Oliveira, “[...] elisão é desenvolvida pelo planejamento tributário, adequando o contribuinte à melhor forma de tributação, executando-o em conformidade com os sistemas legais que possibilitam a redução de tributos e ou alíquotas.” (NÓBREGA, 2001 apud OLIVEIRA, 2013, p. 193).

2 SIMPLES NACIONAL

De acordo com o artigo 966 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, denominado Simples Nacional, é um regime de tributação que pode ser utilizado por Microempresas (ME), cuja receita bruta anual deve ser igual ou inferior a 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) com receita bruta entre R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil) e R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). Contudo, ainda devem ser analisados alguns critérios no momento da

opção pelo Simples Nacional, pois este regime apresenta algumas vedações tais como determinadas atividades ou formas societárias (OLIVEIRA, 2013).

O Simples Nacional é recolhido através do pagamento mensal unificado dos seguintes impostos: IRPJ (Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), PIS (Programa de Integração Social), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), CPP (Contribuição Previdenciária Patronal), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e ISS (Imposto sobre Serviços) (OLIVEIRA, 2013).

Para determinar o valor do Simples Nacional a ser recolhido, primeiro calcula-se a receita bruta acumulada dos últimos 12 (doze) meses, desconsiderando-se o mês da apuração e após define-se a alíquota a ser aplicada sobre a receita bruta do mês a ser apurado. Esta alíquota pode ser visualizada nas tabelas dos anexos da LC nº 123/2006, onde estará disposta por faixas que variam de acordo com a receita bruta acumulada dos últimos 12 (doze) meses. Para o comércio, utiliza-se a tabela I.

Além da análise tributária quanto ao Simples Nacional, vale ressaltar a vantagem que este regime apresenta em relação a processos licitatórios, apresentada na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007 que diz:

Art.1 Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando:

I - A promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;

II - ampliação da eficiência das políticas públicas; e

III - o incentivo à inovação tecnológica. (BRASIL, 2007).

3 LUCRO PRESUMIDO

O Lucro Presumido é um regime de tributação que pode ser utilizado pelas empresas cuja receita bruta no ano anterior não ultrapasse o limite de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) e por aquelas que não constam na lista de empresas obrigadas a optar pelo Lucro Real (YOUNG, 2008).

Neste regime obtém-se a base de cálculo do IRPJ (Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) aplicando-se uma alíquota sobre a receita bruta. Estes percentuais são determinados pelo fisco de acordo com a atividade da empresa. Atribuem-se às vendas de mercadorias a alíquota de 8% para o IRPJ e 12% para a CSLL.

Sobre esta presunção do lucro, aplica-se a alíquota de 15% para o IRPJ e 9% para a CSLL. A apuração é trimestral, sendo que empresas com lucro presumido superior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil) durante o trimestre ainda são obrigadas a recolher um percentual de 10% sobre o valor excedente que é denominado de adicional do IRPJ (IUDÍCIBUS, 2010).

OPIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) devem ser apurados mensalmente e aplica-se um percentual de 0,65% e 3% sobre a receita bruta mensal, respectivamente, sujeitas de dedução as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. Esta forma de tributação denomina-se Incidência Cumulativa (PINTO, 2009).

O Lucro Presumido tem o benefício de não ser tão trabalhoso, e pode ter mais vantagem para as empresas que possuem menos despesas. Porém, a base de cálculo do imposto não se baseia no verdadeiro resultado da empresa então há possibilidade de compensar prejuízos, o que pode ser prejudicial no momento em que seja necessário tomar uma decisão a nível gerencial.

4 LUCRO REAL

As empresas com faturamento anual igual ou superior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões) são obrigadas a optar pelo Lucro Real, porém, as empresas que não se incluem na obrigatoriedade também podem optar por este regime (YOUNG, 2008).

O Lucro Real é definido como uma forma de apurar o Imposto de Renda baseado no Lucro Fiscal que permite excluir ou adicionar alguns valores da base de cálculo e será utilizado para a apuração do IRPJ (Imposto sobre a Renda da Pessoa

Jurídica) e da CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido). Estes ajustes serão demonstrados em um livro denominado LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real) e nele estão incluídas as despesas não dedutíveis como multas por infração fiscal, e outros valores cuja dedução seja permitida, como receita de dividendos (IUDÍCIBUS, 2010).

Neste regime, para definir a base de cálculo do IRPJ e da CSLL determina-se o Lucro Real da empresa e aplica-se um percentual de 15% para o IRPJ, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20.000,00 por mês, e 9% para a CSLL. Se o resultado for negativo, caracterizando prejuízo, não haverá IRPJ e CSLL a pagar. Além disso, permite a utilização da compensação de prejuízos no limite de até 30% do Lucro Real do período seguinte. A apuração poderá ser trimestral ou anual, sendo que na apuração anual o recolhimento deverá ser feito por estimativa mensal e, no final do período, ao apurar o lucro real anual, deverão ser feitos os ajustes das diferenças recolhidas ou a recolher (PINTO, 2009).

Para o cálculo mensal do PIS (Programa de Integração Social) e da COFINS (Contribuição para a Seguridade Social), aplica-se um percentual de 1,65% e 7,6%, respectivamente, sobre a base de cálculo, o qual denomina-se Incidência Não-Cumulativa. A partir da Lei nº 10.637/02 e nº 10.833/03, cessa a cumulatividade para estes impostos no que se refere às empresas optantes pelo regime de tributação baseado no Lucro Real (OLIVEIRA, 2013).

De acordo com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, dos valores de contribuição para o PIS e a COFINS apurados, a pessoa jurídica submetida à Incidência Não-Cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (COFINS) e 1,65% (PIS), sobre os valores relacionados a:

- I – aquisições de bens para revendas efetuadas no mês;
- II - aquisições, efetuadas no mês, de bens e serviços utilizados como insumos na fabricação de produtos destinados à venda ou na prestação de serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes;
- III – bens recebidos em devolução, no mês, cuja receita de venda tenha integrado o faturamento do mês ou do mês anterior, e tenha sido tributada no regime de incidência não-cumulativa;
- IV – energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica;
- V – aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, utilizados nas atividades da empresa;

- VI - contraprestações de operação de arrendamento mercantis pagas à pessoa jurídica, exceto quando esta for optante pelo Simples;
- VII – armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, nos casos dos incisos I e II, quando o ônus for suportado pelo vendedor;
- VIII – encargos de depreciação e amortização, incorridos no mês, relativos a máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado adquiridos a partir de maio de 2004, para utilização na produção de bens destinados à venda, ou na prestação de serviços;
- IX – encargos de depreciação e amortização, incorridos no mês, relativos a edificações e benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros, adquiridas ou realizadas a partir de maio de 2004, utilizados na atividade da empresa. (BRASIL, 2015).

O Lucro Real tem o privilégio de considerar as despesas dedutíveis para fins de cálculo do imposto, portanto, pode ser mais vantajoso para as empresas que possuem mais despesas.

5 TABELAS DE CÁLCULOS

Para melhor análise sobre a diferença de opção pelo regime tributário, serão apresentadas tabelas de cálculos dos impostos federais de empresas comerciais com base em cada regime e, ao final, o estudo comparativo com apresentação do regime mais adequado a uma empresa com tal movimentação. A seguir, a primeira tabela, baseada no Simples Nacional, onde se têm como base de cálculo o faturamento mensal, as receitas sobre vendas. Com base no faturamento bruto dos últimos doze meses, aplicou-se a alíquota que se encontra na faixa correspondente a tal faturamento conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, e por fim o valor do imposto devido:

Tabela 1

CÁLCULO DO SIMPLES NACIONAL	
Faturamento bruto últimos 12 meses	3.565.000,00
BASE DE CÁLCULO - Faturamento mensal	297.083,33
ALÍQUOTA 11,61%	34.491,38
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	34.491,38

Fonte: Produção dos pesquisadores.

A apuração do PIS e da COFINS para o Lucro Presumido tem como base de cálculo o faturamento mensal bruto, as receitas sobre vendas, e sobre este são aplicadas as alíquotas. Da mesma forma se procede para os cálculos do IRPJ e CSLL, porém sobre o faturamento bruto aplica-se primeiro as alíquotas de presunção, após soma-se junto ao resultado da presunção as receitas financeiras e aplicam-se as alíquotas correspondentes. Há também o adicional de IRPJ para a presunção excedente a R\$ 20.000,00 ao mês ou R\$ 240.000,00 ao ano. Da presunção será reduzido o valor do limite, e sobre esta diferença será aplicada a alíquota de 10%, o resultado será o adicional:

Tabela 2

CÁLCULO ANUAL DO PIS E DA COFINSLUCRO PRESUMIDO	
Faturamento bruto	3.565.000,00
BASE DE CÁLCULO	3.565.000,00
PIS - ALÍQUOTA 0,65%	23.172,50
COFINS - ALÍQUOTA 3%	106.950,00

Fonte: Produção dos pesquisadores.

Tabela 3

CÁLCULO ANUAL DA CSLL E IRPJLUCRO PRESUMIDO	
(+) Faturamento bruto	3.565.000,00
(+) Receitas financeiras (Juros recebidos)	5.000,00
BASE DE CÁLCULO PRESUNÇÃO CSLL	3.565.000,00
CSLL - PRESUNÇÃO DE LUCRO - 12%	427.800,00
BASE DE CÁLCULO CSLL	432.800,00
CSLL - ALÍQUOTA 9%	38.952,00
BASE DE CÁLCULO PRESUNÇÃO IRPJ	3.565.000,00
IRPJ - PRESUNÇÃO DE LUCRO - 8%	285.200,00
BASE DE CÁLCULO IRPJ	290.200,00
IRPJ - ALÍQUOTA 15%	43.530,00
IRPJ - BASE DE CÁLCULO ADICIONAL	50.200,00
IRPJ ADICIONAL - ALÍQUOTA 10%	5.020,00

Fonte: Produção dos pesquisadores.

A empresa optante pelo Lucro Real tem o direito de descontar créditos específicos, sendo assim, sua base de cálculo para o PIS e a COFINS é o faturamento mensal bruto, as receitas sobre vendas, dele são deduzidos os créditos, o resultado será base de cálculo e sobre ela aplicam-se as alíquotas de PIS e COFINS. Já para o cálculo do IRPJ e CSLL, utiliza-se o resultado do exercício, lucro do período, e sobre ele são aplicadas as correspondentes alíquotas. O IRPJ adicional segue o mesmo procedimento que o do Lucro Presumido:

Tabela 4

CÁLCULO ANUAL DO PIS E DA COFINS LUCRO REAL	
Faturamento bruto	3.565.000,00
CRÉDITOS	1.885.000,00
(-) Mercadorias adquiridas para revenda	1.782.500,00
(-) Locação	24.000,00
(-) Frete	70.000,00
(-) Energia elétrica	8.500,00
BASE DE CÁLCULO	1.680.000,00
PIS - ALÍQUOTA 1,65%	27.720,00
COFINS - ALÍQUOTA 7,6%	127.680,00

Fonte: Produção dos pesquisadores.

Tabela 5

CÁLCULO ANUAL DA CSLL E IRPJ LUCRO REAL – Cenário 1	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	720.000,00
CSLL - ALÍQUOTA 9%	64.800,00
IRPJ - ALÍQUOTA 15%	108.000,00
IRPJ - BASE DE CÁLCULO ADICIONAL	480.000,00
ADICIONAL IRPJ - ALÍQUOTA 10%	48.000,00

Fonte: Produção dos pesquisadores.

Tabela 6

CÁLCULO ANUAL DA CSLL E IRPJ LUCRO REAL – Cenário 2	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	356.500,00
CSLL - ALÍQUOTA 9%	32.085,00
IRPJ - ALÍQUOTA 15%	53.475,00

Continuação da Tabela 6

IRPJ - BASE DE CÁLCULO ADICIONAL	116.500,00
ADICIONAL IRPJ - ALÍQUOTA 10%	11.650,00

Fonte: Produção dos pesquisadores.

Tabela 7

CÁLCULO ANUAL DA CSLL E IRPJ –LUCRO REAL – Cenário 3

RESULTADO DO EXERCÍCIO	106.950,00
CSLL - ALÍQUOTA 9%	9.625,50
IRPJ - ALÍQUOTA 15%	16.042,50
IRPJ - BASE DE CÁLCULO ADICIONAL	0,00

Fonte: Produção dos pesquisadores.

Tabela 8

COMPARATIVO - PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

SIMPLES NACIONAL	CÁLCULO ANUAL
MÉDIA/ MÊS	34.491,38
TOTAL	413.896,56

LUCRO PRESUMIDO	CÁLCULO ANUAL
INSS PATRONAL	69.120,00
PIS	23.172,50
COFINS	106.950,00
IRPJ	38.952,00
CSLL	48.550,00
TOTAL	286.744,50

LUCRO REAL – Cenário 1	CÁLCULO ANUAL
INSS PATRONAL	69.120,00
PIS	27.720,00
COFINS	127.680,00
IRPJ	156.000,00
CSLL	64.800,00
TOTAL	445.320,00

LUCRO REAL – Cenário 2	CÁLCULO ANUAL
INSS PATRONAL	69.120,00
PIS	27.720,00
COFINS	127.680,00

Continuação da Tabela 8

IRPJ	65.125,00
CSLL	32.085,00
TOTAL	321.730,00
LUCRO REAL – Cenário 3	CÁLCULO ANUAL
INSS PATRONAL	69.120,00
PIS	27.720,00
COFINS	127.680,00
IRPJ	16.042,50
CSLL	9.625,50
TOTAL	250.188,00

Fonte: Produção dos pesquisadores.

Utilizando-se de uma simulação de despesas com folha de pagamento de R\$ 240.000,00 anuais para o Lucro Presumido e Real, aplicadas a uma alíquota de contribuição de 28,8%, resultará o INSS Patronal.

Analisando-se este comparativo é possível constatar que o tributo para o caso do Simples Nacional ficou elevado em relação aos demais regimes, devido sua alíquota ter se enquadrado na última faixa de receita bruta do Anexo I da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006. Também foram simulados três cenários para o Lucro Real, com lucros diferentes, onde se pode constatar que quanto maior o resultado maior será o tributo a ser recolhido, neste caso ressalta-se a importância das possíveis deduções, que podem alterar o resultado da empresa de acordo com a sua realidade.

O Lucro Presumido apresenta-se mais viável em relação aos dois primeiros cenários do Lucro Real, pois sua presunção de lucro tornou-se mais vantajosa se comparada com o lucro utilizado para o cálculo no Lucro Real.

CONCLUSÃO

Através destes estudos percebe-se que é possível reduzir os tributos devidos pelas empresas, basta efetuar um planejamento, analisando-se os prós e contras de cada regime e através disso fazer a escolha da opção mais adequada para a situação apresentada.

Num primeiro momento, a opção pelo Lucro Presumido parece ser mais vantajosa, devido à sua praticidade e menor burocracia em relação às normas tributárias. No entanto, a opção pelo Lucro Real pode ser mais recomendada quando o Lucro Real for inferior ao Presumido, no caso de maior volume de despesas dedutíveis. Além disso, outra análise precisa ser efetuada, as empresas que optam pelo Lucro Real apesar da alíquota mais elevada, se creditam do PIS e da COFINS.

Em virtude da elevada carga tributária do nosso país pode-se dizer que o Planejamento Tributário passou a ser uma necessidade, impactando significativamente no resultado das empresas. Porém, os resultados irão depender de uma análise cuidadosa e individual da empresa, visto que cada empresa é única e possui as suas particularidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Regime de Incidência Não-Cumulativa**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/pispasepcofins/regincidencianacumulativa.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 6.204, de 5 de Setembro de 2007**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6204.htm>. Acesso em: 15 Mar. 2015.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislação/LeisComplementares/2006/leicp123.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**: Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 03 mar. 2015.

FABRETTI, Lúcio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial**: atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária**: revista e atualizada pela Lei nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PINTO, João Roberto Domingues. **Imposto de Renda, Contribuições Administradas pela Secretaria da Receita Federal e Sistema Simples:** atualizado até 15 de janeiro de 2009. 17. ed. Porto Alegre: Scan, 2009.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Regimes de Tributação Federal:** revista e atualizada/2008. 7. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

GESTÃO AMBIENTAL: PRÁTICA SUSTENTÁVEL INFLUENTE NO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL.

Fabiane Diering¹
Marjane Raquel Angelin²
Vanessa Lunkes³
João Antonio Cervi⁴

RESUMO

A gestão ambiental trata-se de uma ferramenta de alta performance para as empresas sobreviverem diante deste mercado cada vez mais competitivo, visando o equilíbrio da produção e da preservação do meio ambiente através de uma consciência sustentável. Diante deste contexto, busca-se minimizar os desperdícios de materiais, bem como o despejo de resíduos tóxicos, o consumo exagerado de energia e água, por meio de um planejamento sustentável, identificando os aspectos e evitando ao máximo que estes causem impactos ao meio ambiente. Portanto, o presente estudo tem como objetivo destacar a importância que a gestão ambiental tem para a competitividade das organizações. Além disso, são elencados como objetivos específicos explicar o conceito de gestão ambiental, enfatizar a importância da aplicação de um sistema gestão ambiental (SGA), caracterizar os aspectos e impactos ambientais e demonstrar a magnitude que a gestão ambiental representa para a competitividade das empresas. A metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, por meio do levantamento de estudos teóricos referentes ao tema, possibilitando maior compreensão do contexto estudado. Como autores pesquisados destacam-se Barbieri, Barros, Dias e Donaire. Desta maneira, o artigo enfatiza a importância de implementar um sistema de gestão ambiental nas organizações, adquirindo práticas sustentáveis que geram um diferencial competitivo, em que a empresa poderá se beneficiar com redução de custos, incremento de receitas, além de angariar diversos benefícios estratégicos.

Palavras-chave: gestão ambiental - sistema de gestão ambiental - competitividade.

¹ Acadêmica do Curso de Administração – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. fabidiering@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Administração – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. marjaneangelin@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Administração – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. vanessalunkes_@hotmail.com

⁴ Mestre em Engenharia da Produção. Orientador. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. joacervi@fema.com.br

INTRODUÇÃO

Na era industrial, as empresas eram as grandes autoras dos problemas ambientais, por meio da utilização dos recursos naturais voltados à produção de bens de consumo para a sociedade. De início essa atividade era em massa e padronizada, não havendo preocupação com a escassez destes recursos, porém os impactos ambientais agravaram e as empresas começaram a ter consciência que o termo sustentabilidade era inevitável, se tornando uma das principais formas de se destacar no mercado.

A necessidade de minimizar esses impactos que estão degradando o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida dos seres humanos, faz com que as empresas utilizem, cada vez mais, a gestão ambiental, se adequando a normas legais e implantando métodos corretivos para redução e/ou eliminação dos impactos por eles gerados. Desta forma, a execução da gestão ambiental e sustentável, antes vista apenas como uma possibilidade, agora passa a ser um diferencial competidor de significativa potencialidade para manter as organizações crescendo no comércio globalizado.

Portanto, o presente artigo tem como objetivo demonstrar o conceito de gestão ambiental, porque ela é tão importante na atualidade, quais os aspectos e impactos ambientais e a sua efetividade relacionada à competitividade das organizações.

Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica, buscando-se o referencial em autores como Barbieri, Barros, Dias e Donaire, além de consultas a periódicos e a textos eletrônicos.

O artigo está estruturado de forma que, primeiramente, é exposta uma visão da gestão ambiental nas empresas, a caracterização de sistemas ambientais de acordo com a definição da norma ISO 14001, a exploração dos termos aspectos e impactos ambientais e, por fim, enfatizando a efetividade da conexão entre gestão ambiental e competitividade.

Ao final, expressa-se a conclusão de que a gestão ambiental se torna imperativo para a continuidade das organizações empresariais, na medida em que

poderão reduzir seus custos, aumentar receitas e obter benefícios estratégicos competitivos.

1 GESTÃO AMBIENTAL NAS EMPRESAS

Para o desenvolvimento do estudo relacionado à gestão ambiental nas organizações, faz-se necessária a fundamentação de tal conceito. Assim, a gestão ambiental refere-se à conscientização das ações tomadas pelos homens conforme é necessária a utilização dos recursos limitados do meio ambiente para a produção de bens de consumo (DRUNN; GARCIA; UNIC, 2011).

Conforme Nilsson apud Corazza,

Gestão ambiental envolve planejamento, organização, e orienta a empresa a alcançar metas [ambientais] específicas, em uma analogia, por exemplo, com o que ocorre com a gestão de qualidade. Um aspecto relevante da gestão ambiental é que sua introdução requer decisões nos níveis mais elevados da administração e, portanto, envia uma clara mensagem à organização de que se trata de um compromisso corporativo. A gestão ambiental pode se tornar também um importante instrumento para as organizações em suas relações com consumidores, o público em geral, companhias de seguro, agências governamentais, etc. (NILSSON, 1998 apud CORAZZA, 2003, p. 4).

Sob a óptica empresarial, a gestão ambiental é o termo usado para designar a gestão onde se busca evitar, dentro do possível, impactos para o meio ambiente. O método de gestão ambiental nas organizações está fortemente ligado a normas implantadas pelas instituições públicas (prefeituras e governos) sobre o meio ambiente. Tais normas definem limites toleráveis de emissão de poluentes, determinam em que circunstâncias serão despejados os resíduos, proíbem o uso de componentes tóxicos, decretam o total de água que pode ser utilizado, a quantidade de esgotos que podem ser emitidos, entre outros (DIAS, 2011).

Acontece que, nas indústrias, os recursos naturais são utilizados como matéria-prima e devido à falta de processos sustentáveis, são produzidos resíduos que causam impactos ao meio ambiente, além disso, contaminam a saúde dos seres humanos e provocam a insuficiência dos recursos naturais (DIAS, 2011).

A gestão ambiental torna-se uma expressão para a redução dos gastos e da poluição, do aumento de produtividade e competitividade, disparando o empreendimento no mundo comercial (BARROS, 2013). Portanto, a gestão ambiental somente é possível com a reeducação das pessoas, ela enfatiza o desenvolvimento econômico através da sustentabilidade, tendo em vista que as empresas devem planejar meios ecológicos de se produzir, dando credibilidade à sua imagem, aumentando os lucros e, conseqüentemente, tornando-se mais competitivas (DRUNN; GARCIA; UNIC, 2011).

O gerenciamento ambiental será um grande benefício às empresas, tanto econômico como para melhorar a imagem, se tornando um ponto crucial para o crescimento da mesma diante de um mundo onde os negócios estão cada vez mais acirrados e a preocupação não é mais somente produzir, mas qual a melhor forma de produzir.

2 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA) E A ISO 14001

Normalmente, para que se consiga ter uma visão ampla e poder exercer controle sobre a questão ambiental na organização, deve ser desenvolvida sua análise como um sistema. Segundo Barbieri, sistema é um agrupado de partes que interagem entre si e sistema de gestão ambiental é um aglomerado de práticas administrativas e operacionais inter-relacionadas para debater os problemas ambientais recentes ou para evitar o acontecimento dos mesmos (BARBIERI, 2004).

O sistema de gestão ambiental é um conjunto de obrigações das organizações, métodos e processos aplicados para a inserção de uma política ambiental em uma empresa e/ou unidade produtiva. É um processo para conduzir a instituição a atingir e preservar seu crescimento de acordo com as políticas firmadas, e também cumprir os propósitos estabelecidos em seus princípios ambientais (DIAS, 2011).

O grupo de normas ambientais tem como base principal a norma ISO 14001, estabelecendo condições necessárias para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (DIAS, 2011). As normas ISO foram elaboradas pela *International Organization for Standardization* (ISO), órgão internacional não governamental com

núcleo em Genebra. No Brasil é a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) que representa a ISO. Essas normas da ISO desenvolvem ferramentas e procedimentos para a administração ambiental de uma empresa (DIAS, 2011). Conforme Barros,

O objetivo da norma NBR ISO 14001 é equilibrar a proteção ambiental e a prevenção da poluição com as necessidades socioeconômicas da organização, em seu sentido mais abrangente. Para isso, são especificados os requisitos acerca de um sistema de gestão ambiental que permitem a uma organização formular a política e os objetivos ambientais. Esses objetivos devem levar em conta os requisitos legais e as informações referentes aos impactos significativos. (BARROS, 2013, p. 114).

A NBR ISO 14001 foi elaborada de modo a ser aplicada a diferentes tipos e tamanhos de empresas e para ajustar-se a qualquer condição geográfica, social ou cultural (BARROS, 2013). Portanto, as empresas, para continuarem crescendo no mercado globalizado, precisarão estar, cada vez mais, de acordo com as normas da ISO referentes à questão ambiental, necessitando de um planejamento e controle de sua produção a fim de amenizar os impactos causados ao meio ambiente através de um sistema de gestão ambiental.

3 ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS

É necessário primeiramente entender o que é um aspecto e um impacto. Resumindo, um aspecto é uma relação com o ambiente e um impacto seria uma consequência dessa relação (HARRINGTON; KNIGHT, 2001, apud BOHNERT, 2010).

Aspectos ambientais são definidos como serviços, produtos ou atividades que interagem com o meio ambiente e no processo de produção e industrialização são utilizados os materiais oriundos deste, podendo modificá-lo e gerar um possível impacto ambiental (BARBIERI, 2004).

Para Barros “[...] aspecto ambiental é a causa e o impacto ambiental é o efeito.” (BARROS, 2013, p. 119). Ainda segundo ele, para a verificação de cada impacto deve ser observado:

- a) Problemas ambientais: escala, gravidade, probabilidade de ocorrer e duração do impacto;
- b) Problemas comerciais: possibilidade de exposição legal e regulamentar, dificuldade e custo para modificação do impacto, efeitos da alteração sobre outras atividades, preocupações dos interessados e repercussão da imagem pública da empresa (BARROS, 2013).

Conforme a ISO 14001, o impacto ambiental é definido como “[...] qualquer modificação do meio ambiente, adversa ou benéfica, que resulte, no todo ou em parte, de atividades, produtos ou serviços de uma organização.” (ABNT, 1996 a., apud BARBIERI, 2004, p. 155). Segundo Barbieri, a empresa deve identificar os aspectos ambientais a fim de controlá-los para impedir aqueles que se tornam possíveis impactos sobre o meio ambiente (BARBIERI, 2004).

A organização deve ter responsabilidade nos processos de suas atividades, desenvolvendo procedimentos para, futuramente, identificar aspectos ambientais dentro do SGA (Sistema de Gestão Ambiental), podendo controlar se algo não sair conforme o desejado e, determinar os aspectos que podem transformar-se em um impacto ao meio ambiente, tendo em vista a preocupação de um bom desenvolvimento sustentável (BARBIERI, 2004). Para a identificação desses aspectos, a norma ISO 14001 aconselha que sejam analisados:

Quando pertinente: emissões atmosféricas, lançamentos em corpo d’água, gerenciamento de resíduos, contaminação do solo, uso de matérias-primas e recursos naturais, e outras questões locais relativas ao meio ambiente e continuidade. (ABNT, 1996a apud BARBIERI, 2004, p. 155).

Portanto, para a identificação dos aspectos ambientais é necessário determinar quais os tipos de impactos, tanto positivos quanto negativos, que possam influenciar possíveis atividades de forma direta ou indireta e que podem modificar o meio ambiente, utilizando, para este fim, normas que podem controlar de forma correta os processos, minimizando qualquer tipo de impacto aos recursos naturais.

4 GESTÃO AMBIENTAL E SEUS BENEFÍCIOS COMPETITIVOS

Nos últimos anos a gestão ambiental está se destacando em relação à competitividade, em virtude dos benefícios ao processo de produção e outros fatores que são otimizados como, por exemplo, os custos, qualidade de produto e serviço, controle de qualidade, mão de obra, tecnologia e potencial de inovação (DIAS, 2011). Conforme Dias, entre os benefícios de competitividade da gestão ambiental, constata-se os seguintes:

- a) Por meio do cumprimento das leis exigidas, há um melhoramento na performance ambiental de uma empresa, proporcionando a possibilidade de maior colocação no mercado devido o aumento das exigências na área ecológica e melhoramento da imagem para com os clientes e comunidade;
- b) Adquirindo um *design* do produto conforme as exigências ambientais, é permissível fazê-lo mais flexível referente à instalação e operação, com menor custo e uma maior vida útil;
- c) Reduzindo o consumo de recursos energéticos, acontece uma melhoria na gestão ambiental e diminuição dos gastos de produção;
- d) Minimizando a quantidade de material consumido na produção, haverá redução de custos com matéria-prima e de gastos de recursos;
- e) Ao ser utilizados materiais renováveis, diminui-se energia devido à facilidade de reciclagem e melhora-se a imagem da empresa;
- f) Com a otimização dos processos de produção, pode acontecer melhoras na área da inovação da empresa, redução das fases do processo produtivo, agilizando o tempo de entrega do produto e diminuindo o impacto ambiental do processo;
- g) Otimizando o uso do espaço nos modos de transporte, haverá redução com gastos deste tipo, tornando menores os gastos com gasolina, e conseqüentemente, reduzindo a emissão dos gases no meio ambiente (DIAS, 2011).

Com a diminuição de matérias-primas e o custo de contenção da poluição, eleva-se a produtividade da empresa, permitindo vender seus produtos a preços mais competitivos, além de ampliar a sua lucratividade. No momento em que a

redução das despesas com a produção gera uma maior competitividade, as ações de controle da poluição passam a criar uma forte estratégia para a empresa. Portanto, essa prática de prevenção pode converter-se em produtos diferenciados, na medida em que os consumidores estão decididos a adquirir um produto mais saudável (BARBIERI, 2004).

Ao utilizar uma estratégia ambiental, a empresa estará se dedicando com as questões ambientais, gerando valores aos elementos no ambiente do empreendimento que podem diferenciá-la dos seus concorrentes e isso a beneficia com uma vantagem competitiva sustentável (BARBIERI, 2004).

Além disso, as empresas que utilizam selos ou rótulos verdes em seus produtos ou serviços estarão conscientizando seus consumidores a se preocupar com as questões ambientais e isso aumenta no momento em que as pessoas percebem a severidade dos problemas ambientais (BARBIERI, 2004).

Segundo Donaire, entre as oportunidades de implantar a gestão ambiental, podem ser citadas: reciclagem de materiais gerando o controle de recursos, o reaproveitamento dos restos ou a venda dos mesmos, o aperfeiçoamento dos processos produtivos por meio da utilização de tecnologias mais limpas, que se convertem em vantagem competitiva (DONAIRE, 1995).

Na Ilustração 1 são demonstrados alguns dos benefícios de se optar por uma gestão ambiental, benefícios econômicos e estratégicos, que aumentam a competitividade da empresa em relação àquelas que não são ecologicamente corretas:

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS
Economia de custos <ul style="list-style-type: none">- Redução do consumo de água, energia e outros insumos.- Reciclagem, venda e reaproveitamento de resíduos e redução de efluentes.- Diminuição de multas e penalidades devido à poluição.
Incremento de receitas <ul style="list-style-type: none">- Melhoria da margem de contribuição de “produtos verdes” podendo ser vendidos a preços mais elevados.- Aumento da cooperação no mercado em razão da inovação dos produtos e diminuição da concorrência.- Linhas de produtos novos para mercados modernos.- Aumento da demanda para produtos que colaboram para a redução da poluição.

Continuação da Ilustração 1

BENEFÍCIOS ESTRATÉGICOS
<ul style="list-style-type: none">- Valoriza a imagem da empresa.- Atualização do “portfólio” de produtos.- Crescimento da produtividade.- Elevado comprometimento dos trabalhadores.- Benefícios nas relações de trabalho.- Amplia a criatividade para novos desafios.- Melhoria do relacionamento com os órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas.- Entrada assegurada ao mercado externo.- Adequação aos padrões ambientais.

Ilustração 1: Benefícios da gestão ambiental.

Fonte: Adaptado de North (1992 apud DONAIRE, 1995, p. 59).

Conforme se percebe, na opção pela gestão ambiental, uma organização pode vir a se beneficiar obtendo redução de custos e aumento de receitas, além de contar com a agregação de diversos benefícios estratégicos. Portanto, as empresas que se preocupam com o meio ambiente, não só beneficiam este, mas também trazem melhorias para si próprias, tornando-se mais sustentáveis e competitivas.

CONCLUSÃO

Através deste estudo, constata-se que, com a era industrial houve uma extensa degradação ambiental, na medida em que as empresas não se preocupavam com a escassez dos recursos provenientes do meio ambiente, causando, como consequência, impactos ao mesmo e prejuízos para a qualidade de vida dos seres humanos.

A partir desses problemas, as empresas despertaram uma preocupação com a sustentabilidade, empregando a gestão ambiental de maneira que, busca-se melhorar a produção, aumentando a lucratividade e diminuindo os custos, através de produtos ecológicos, com redução de resíduos, menor consumo de energia e água, além disso, uma empresa que se preocupa com o meio ambiente, terá sua imagem melhor percebida e, como resultado, será mais competitiva, fator que é essencial para manter-se no mercado globalizado.

Portanto, a gestão ambiental é um gerenciamento que busca reduzir os impactos causados ao meio ambiente, adotando medidas corretivas para o

desperdício de recursos, o despejo de resíduos e o consumo exagerado de água e energia.

Para isso, as empresas precisam implementar um sistema de gestão ambiental, que são práticas administrativas que seguem as normas da ISO 14001, cumprindo o propósito de manter equilibrada a produção com a preservação do meio ambiente, por meio da identificação dos aspectos que possam gerar possíveis impactos ambientais, de maneira que consigam controlá-los antes que seja tarde, cumprindo com as exigências do mercado.

É importante ressaltar que a gestão ambiental é primordial para o desenvolvimento organizacional, visto que o mercado está cada vez mais competitivo e as empresas que empregaram práticas sustentáveis ganharão posições mais elevadas, diferente daquelas que não implementaram uma gestão ambiental, ou seja, apenas as mais competitivas sobreviverão no mercado.

Portanto, as empresas devem fazer um planejamento estratégico ambiental, aprimorando seus produtos e serviços e respeitando o meio ambiente, além disso, o governo deve criar mais programas para continuar despertando a consciência das empresas para boas práticas, assim cada um faz sua parte e o meio ambiente se tornará mais saudável.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARROS, Ricardo Luiz Peixoto de. **Gestão Ambiental Empresarial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BOHNERT, Carmen Regina Minetto. **A Gestão Baseada na Norma NBR ISO 14001: 2004 em empresa do ramo metal mecânico**. Trabalho de Conclusão de Curso de Administração – Faculdades Integradas Machado de Assis. Fundação Educacional Machado de Assis. Santa Rosa: 2010.

CORAZZA, Rosana Icassatti. **Gestão ambiental e mudanças da estrutura organizacional**. **RAE – eletrônica**, v. 2, n. 2, jul-dez/2003.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.

DRUNN, Kamila Camargo; GARCIA, Hugney Matos; UNIC, Floriano Peixoto. Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas organizações. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais aplicadas da EDUVALE**. Ano IV, n. 6, novembro de 2011.

**GESTÃO DE CRÉDITO: UM ESTUDO DE CASO
NO RAMO DO VAREJO DE TINTAS.**

Cristiano Arenhardt¹
Josier Rodrigo Fernandez²
Luis H. dos S. Carvalho³
Luiz Adriano da Silva⁴
Marcos Rogério Rodrigues⁵

RESUMO

Administrar a gestão de crédito é uma forma efetiva e essencial para o desenvolvimento de uma organização. Este artigo aborda a conceituação teórica sobre o tema crédito como importante ferramenta de acompanhamento na administração da organização. Assim, tem como objetivo evidenciar as práticas administrativas de acompanhamento, avaliação e controle do crédito, como instrumento a ser adotado no controle gerencial para concessão e liberação de crédito nas organizações. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente artigo foi pesquisa bibliográfica, realizada por meio de consultas em livros, o que possibilita uma visão geral sobre o tema gestão de crédito, posteriormente elaborou-se um estudo de caso em duas empresas que atuam no segmento do varejo de tintas, com o intuito de comparar as ferramentas por elas utilizadas. No desenvolvimento do trabalho, percebeu-se a importância das organizações adotarem um procedimento efetivo para avaliação, concessão e limites de crédito, a fim de diminuir o índice de inadimplência e melhorar sua liquidez. Pode-se destacar, dentre os resultados obtidos que a gestão de crédito é fundamental para a sobrevivência das empresas, constatou-se que várias são as diferenças entre as empresas pesquisadas. Enquanto uma delas tem um processo padrão para a concessão e gestão do crédito, a outra possui um processo menos engessado e, algumas vezes ignora alguns procedimentos para a gestão do crédito.

Palavras Chave: finança empresarial – gestão de crédito – inadimplência.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa demonstrar a importância que as organizações devem

¹ Cristiano Arenhardt. Acadêmico do Curso de Administração – 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. alemao_a@yahoo.com.br.

² Josier Fernandez. Acadêmico do Curso de Administração – 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. josierfernandez@hotmail.com

³ Luís H. dos S. Carvalho. Acadêmico do Curso de Administração – 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. lh.carvalho@hotmail.com

⁴ Luiz Adriano da Silva. Acadêmico do Curso de Administração – 6º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. adriano_silv35@hotmail.com

⁵ Mestre em Administração. Orientador. Professor do curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com

ter quanto ao tema gestão de crédito. Num cenário de maior de competição, muitos gestores por ignorarem práticas e métodos de gestão financeira, não conseguem administrar satisfatoriamente suas organizações e, acabam arriscando a sua perpetuidade.

Dessa forma, para uma eficaz gestão de crédito, as empresas devem utilizar as técnicas administrativas de acompanhamento, avaliação e controle do crédito, como instrumento a ser adotado no controle gerencial para concessão e liberação de crédito, e assim reduzir os índices de inadimplência e aumentar seus índices de liquidez.

O presente trabalho tem o objetivo de demonstrar de forma clara e objetiva uma conceituação geral do tema gestão de crédito e as variáveis envolvidas nesse processo, por meio de um estudo de caso realizado com duas organizações que atuam no ramo de varejo de tintas, e assim conhecer de que forma essas empresas trabalham a gestão de crédito e quais as variáveis que compõem esse complexo processo.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho engloba pesquisa bibliográfica, onde se utilizou como ponto de referência obras de autores como Gitman, Matias, Assaf Neto, Silva, tais autores destacam o quão importante é a utilização de ferramentas para a gestão de crédito, com o objetivo de aumentar as margens de liquidez das organizações. Além da pesquisa bibliográfica, realizou um estudo de caso junto a duas organizações que atuam no ramo de varejo de tintas no noroeste gaúcho.

Primeiramente o presente artigo aborda o tema finanças, suas definições e importância para a manutenção e crescimento das organizações, logo em seguida, faz uma apresentação sobre capital de giro. Na sequência, faz referência sobre a gestão de crédito e o seu funcionamento, depois apresenta a metodologia de pesquisa utilizada, bem como apresentação e análise dos dados e, a conclusão.

1 FINANÇAS EMPRESARIAIS

O termo finanças provém da língua francesa, da palavra “Finance”, referindo-se ao acordo que uma pessoa ou empresa assume com o outro. De acordo com

Gitman, finanças é conhecida na linguagem diária, como a área que estuda a movimentação de dinheiro entre Estados, organizações e pessoas físicas, é um ramo da economia que avalia como é gerado e controlado os fundos financeiros (GITMAN, 2010).

O tema finanças é amplamente discutido na atualidade sendo de suma importância para a saúde das organizações, nessa linha de pensamento Gitman conceitua finanças como uma arte ou ciência voltada para a administração de valores financeiros. Numa linha de análise geral o autor analisa que tanto as pessoas físicas ou jurídicas, recebem e investem ou gastam seu dinheiro. Dessa forma, a Administração Financeira faz parte do dia-a-dia, das pessoas físicas ou jurídicas (GITMAN, 2010).

O autor ainda faz ênfase ao termo finanças como o processo de repasse de recursos entre a sociedade, pessoas, organizações e governo. Compreender os processos que envolvem a decisão financeira representará uma vantagem competitiva para qualquer empresa ou pessoa, proporcionando uma melhor tomada de decisão e formulação de estratégia frente a um mercado competitivo e instável (GITMAN, 2010).

Complementando a linha de pensamento do autor anterior, de que finanças é uma área de larga amplitude e abrangência, Matias também complementa esse raciocínio analisando a temática finanças de maneira global como uma área ampla e dinâmica que possui ligação direta com a vida dos indivíduos e principalmente das empresas, independente do ramo de atuação e do porte e dos fins, sendo estes lucrativos ou voluntários. Segundo o autor, finanças engloba todo o processo de circulação de dinheiro entre instituições e mercado, pessoas e governo (MATIAS, 2007).

Em um mercado competitivo as organizações precisam ter seus processos bem alinhados e estruturados para garantir a permanência dentro do mercado, nesse sentido Assaf Neto, analisa a administração financeira como um campo de estudo teórico e prático que tem por objetivo, essencialmente, garantir melhor eficiência para os processos empresariais de busca e distribuição de recursos de capital (ASSAF NETO, 2008).

Conforme os autores estudados o papel primordial de finanças leva em

consideração a tomada de decisão para a utilização dos recursos disponíveis, de que forma os recursos serão investidos, a melhor forma de financiamento e se este investimento resultará nos frutos esperados pela organização, a fim de atingir o objetivo planejado, no entanto para manter uma boa saúde financeira a organização deve dar atenção especial ao seu capital de giro e fluxo de caixa, tema que será melhor aprofundado no item a seguir.

2 CAPITAL DE GIRO

Na área financeira outra variável importante e que possui relação direta com a saúde da organização é o capital de giro. Segundo Assaf Neto, capital de giro é definido como a fração de recurso utilizada de maneira direta, para atender as necessidades básicas da organização, tais como compra de estoque, compra de matéria prima, entre outros. Portanto, cabe ressaltar que o investimento em nível adequado em capital de giro é de fundamental importância para que a organização opere de forma sustentável (ASSAF NETO, 2008).

Segundo Matias a gestão do capital de giro é uma das mais importantes, e também uma das mais complexas e abrangentes áreas financeiras de uma organização, para ele a gestão do capital de giro diz respeito aos elementos de giro, que correspondem aos recursos correntes (curto prazo) da empresa, como ativo circulante e o passivo circulante, e de que maneira estes elementos estão inter-relacionados (MATIAS, 2007).

Para se manter em plena atividade e com um grau elevado de desempenho uma organização precisa utilizar seu capital de giro de maneira correta e eficiente, dessa forma, conforme Gitman o capital de giro consiste no confronto das contas do Ativo Circulante com o Passivo Circulante. Nas contas do ativo, existe a transição da conta caixa para a conta estoques, na compra de materiais para produção ou revenda, da conta estoque para a conta de recebíveis, no ato da venda ou produção do produto, e volta das contas recebíveis para o caixa fechando o ciclo do Ativo Circulante. Conforme o autor capital de giro, representa a porção do investimento que circula, de uma forma para outra, na condução normal dos negócios (GITMAN, 2010).

No entendimento de Silva, fluxo de caixa é a principal ferramenta utilizada na gestão financeira de uma empresa, pois através dela pode-se planejar, analisar e controlar as receitas, despesas e os investimentos, levando em consideração um determinado período de tempo. Uma vez definidas as informações de entradas e saídas de recursos financeiros com liquidez, tem-se o fluxo de caixa. O correto é que as organizações criem cenários atualizados e com projeção real, buscando perspectivas mensais, trimestrais, anuais e em longo prazo (SILVA, 2003).

Considerando as ideias dos autores anteriormente citados, vale ressaltar a importância de uma correta análise do fluxo de caixa, a diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, será uma variável importante para mensurar a saúde financeira da organização, todavia a saúde financeira depende muito de uma correta gestão de crédito, assunto apresentado no próximo tópico.

3 GESTÃO DE CRÉDITO

A palavra crédito vem do termo em latim *creditum* do verbo *credere* (crer, confiar), havendo muitas maneiras de examiná-lo. Crédito é a troca de um valor presente pelo valor futuro, sendo assim uma operação econômica que se realiza no tempo e não no espaço (BRITO, 2003).

Segundo Roque, ele assume um papel atuante na economia, como fator de produção, de movimentação e desenvolvimento do país (ROQUE, 1997). Já para Silva o crédito consiste em colocar à disposição do cliente (tomador de recursos), certo valor sob a forma de empréstimo ou financiamento, mediante uma promessa de pagamento numa data futura (SILVA, 2003).

Uma organização precisa realizar vendas para aumentar seus faturamento e conseqüentemente suas margens de lucro. Para aumentar suas vendas além de possuir produtos de qualidade e bons preços, ela precisa também prospectar clientes e conceder crédito aos novos clientes: “Se uma empresa resolve conceder o crédito a seus clientes ela precisará estabelecer procedimentos para a concessão do crédito, posteriormente monitorar e controlar a carteira de recebíveis para depois realizar os esforços de cobranças.” (MATIAS, 2007, p.60).

Nesse contexto, para representar a concessão segundo Matias no momento

que a empresa analisa a concessão de crédito para um cliente, um bom cadastro é essencial, pois é nele que estão os dados fundamentais do cliente, nele constam informações como: telefone, endereço, referências comerciais, pessoais, bancários e a documentação, essa liberação exige um tempo para que haja concessão de crédito.

Após a conclusão do processo de liberação do crédito a empresa monitora os pagamentos, caso a liquidação não seja efetuada o setor financeiro realiza a cobrança do débito, já que o mesmo setor necessita dessas informações para a liberação de um futuro crédito (MATIAS, 2007).

Como se pode concluir, os autores concordam que o crédito é essencial para o funcionamento das organizações e dos mercados consumidores. Porém, não se deve conceder crédito antes de uma análise total dos dados históricos de um cliente. Caso uma análise e concessão de crédito sejam feitas de forma ineficaz e totalmente inadequada, essa situação acarretará problemas futuros para a organização, como prejuízos com o não pagamento dos produtos ou serviços consumidos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para alcançar o objetivo geral deste estudo e responder a sua problemática, a qual busca conhecer a maneira pela qual os empresários do ramo de varejo na área de tintas, tratam a gestão, concessão e análise do crédito e, de que forma são aplicadas dentro de suas organizações, elaborou-se um estudo de caso em duas empresas.

A coleta de dados foi realizada através de um questionário, com 13 perguntas descritivas relacionadas ao tema gestão e concessão de crédito, as questões buscaram conhecer como estas atividades são tratadas dentro das organizações. As duas empresas pesquisadas atuam no noroeste do estado do RS, as quais serão denominadas empresas A e B.

A empresa A, está localizada no município de Santo Cristo-RS, ela atua desde 1986, possui uma matriz na cidade mencionada e mais cinco filiais no estado, duas localizadas em Santa Maria, uma em Porto Alegre, uma em Novo Hamburgo e outra em Santa Cruz do Sul. A organização trabalha com fabricação e distribuição de

tintas para linhas prediais, indústrias e automotivas. O gestor que respondeu a pesquisa é formado em administração pela Unifra de Santa Maria.

A organização B, situada no município de Santa Rosa-RS, está no mercado desde 2008, a empresa possui localização estratégica no centro da cidade para melhor atender e facilitar o acesso de seus clientes. Ela trabalha com a distribuição e fabricação para a linha de tintas prediais e automotivas. O gestor que respondeu a pesquisa é formado em Ciências Contábeis e pós-graduado em Marketing.

Para o desenvolvimento da pesquisa, o questionário contou com treze questões descritivas, as quais foram respondidas pelos gestores em visitas realizadas nas empresas estudadas. Cumpre destacar que a apresentação e posterior análise de resultados não possuem a intenção de questionar ou criticar o trabalho dos gestores pesquisados, este estudo visa conhecer na prática como é desenvolvido a gestão de crédito nestas empresas.

Considerando o processo de gestão de crédito e como é elaborado, na organização A, segundo o gestor, ele é realizado através da análise de documentos do solicitante do crédito e histórico de compra e pagamento. Dentro do processo de análise e concessão de crédito existem colaboradores especializados para desempenharem tal tarefa. Observou-se que a organização A possui, um funcionário formado em economia e pós-graduado, um gerente da área, um auxiliar administrativo, e nos casos que envolvem valores elevados se consulta o diretor financeiro comercial.

No processo de análise são solicitados alguns documentos ao cliente para a liberação de seu crédito, a empresa A solicita para a efetivação do cadastro comprovante de endereço, comprovante de renda, contrato social da empresa (PJ), declaração de renda dos sócios, histórico bancário.

Fazendo uma relação de como os riscos são mensurados pelas organizações e os aspectos que são considerados no momento da concessão de crédito, a empresa A, mensura esses riscos através do impacto financeiro que sofrerá caso o solicitante deixe de cumprir com a responsabilidade de honrar o pagamento.

Os critérios utilizados leva em conta a análise da documentação, contrato social, histórico de compra e histórico de pagamentos. A empresa A possui sistema de consulta ao SPC local e Serasa, bem como consulta a receita federal e não troca

informações sobre clientes com empresários de seu segmento, pois o concorrente pode nem sempre agir de boa fé.

Dessa maneira, a organização A possui um processo estruturado conforme Matias, um bom cadastro é essencial, pois é nele que estão os dados fundamentais do cliente, nele constam informações como: telefone, endereço, referências comerciais, pessoais, bancários e a documentação (MATIAS, 2007).

Porém na organização B, o processo de gestão de crédito é realizado de três formas, por indicação de outro profissional parceiro da área comercial, pelo cadastro em si e também quando o cliente vem na loja. Da mesma forma também na empresa B existem pessoas encarregadas para processo de análise e concessão de crédito, como o gerente e o caixa da loja.

No processo de análise de crédito os documentos solicitados na organização B são apenas RG, CPF, cheque para análise e realização do cadastro. A organização B, não mensura os riscos existentes e, utiliza como critérios a relação com os clientes, histórico, e algumas informações adicionais, ela também realiza consultas ao SPC e ao Serasa, e aos bancos, além disso, ela troca informações com empresas parceiras do mesmo segmento, com algumas ressalvas.

Analisando a problemática envolvendo o processo de análise, liberação e concessão de crédito das duas empresas, constatou-se que a organização A possui um processo mais estruturado, onde estão envolvidos profissionais da área, e um sistema que fornece um suporte e apoio na tomada de decisão.

A organização B possui um processo não estruturado como a organização A, o que não quer dizer que análise realizada para a liberação do crédito não seja feita de forma correta e eficaz. Ambas as empresas possuem seus processos e os mesmos atendem as necessidades de cada uma.

No entanto, cabe ressaltar que um procedimento bem estruturado com profissionais especialistas na área e, aliado com um sistema alimentado, com informações corretas, pode trazer melhores benefícios para a organização, criando um processo mais correto e, sem erros na liberação do crédito.

No que tange as políticas de crédito e, os princípios administrativos utilizados para o desenvolvimento desta política, os resultados obtidos são que a empresa A possui tal política, porém não libera mais que 20% ou 30% da renda informada, além

disso, é avaliado o histórico de pagamentos, caso os pagamentos sejam superiores há sete dias, ela libera somente após avaliação mais criteriosa e, quando superior há 30 dias somente vende para o cliente via cartões de crédito. Observa-se que a empresa segue a linha de pensamento de Matias, em que destaca que se uma empresa resolver conceder o crédito aos seus clientes, ela necessita criar procedimentos para a concessão do crédito, bem como monitorar e controlar a carteira de recebíveis para depois conseguir realizar os esforços para eventuais cobranças (MATIAS, 2007).

Ao contrário da organização A, a empresa B, não utiliza procedimento algum, ela libera o crédito de acordo com a obra, não se analisa o poder aquisitivo do cliente, portanto, o processo não é bem estruturado, de acordo com o gestor, eles procuram não deixar a venda engessada.

Outra diferença entre as duas organizações são os requisitos para a liberação de limites de crédito conforme a renda do cliente, enquanto a empresa A libera o crédito conforme a renda do cliente e, em alguns casos prefere não vender, para não correr o risco de não receber, a organização B, não tem política definida, ela libera créditos sem fazer análise da renda de seus clientes, pensando sempre em aumentar suas vendas.

O problema é o aumento do nível da inadimplência, tal fato afetará os seus índices de liquidez, pois uma venda não recebida, não paga sequer os custos operacionais da organização com aquele determinado produto. Dessa forma, o ideal é o desenvolvimento de um procedimento para liberação de crédito, com políticas de valores pré-estabelecidos, conforme a rentabilidade do cliente. Muitas vezes é melhor perder uma venda do que não receber.

Considerando os tipos de riscos que influenciam na concessão de crédito, para o gestor da empresa A, os riscos existentes que podem afetar o desempenho de sua organização está ligada a análise superficial do cadastro do cliente, falta de informações ou documentação e, quando a análise é feita de forma emocional e, sem muitos critérios. Para o gestor da organização B, os maiores riscos estão nos clientes novos, bem como naqueles que possuem apontamentos no SPC, Serasa, que em alguns casos, mesmo que o cliente tenha restrições é concedido o crédito.

Para recuperar os valores com inadimplência a empresa A, utiliza os métodos

de carta de cobrança em 15 dias após o vencimento, bem como registro no cadastro geral de devedores Serasa. Não havendo a regularização do débito, são realizadas ligações quase que diárias, semanais e mensais para regularização da conta, ou em alguns casos a renegociação da dívida, com descontos de juros para recuperar os valores em aberto.

Já na empresa B, duas pessoas ficam responsáveis em comunicar o cliente e negociar títulos e cheques, se o devedor não se manifestar é registrado o nome do cliente no Serasa. Pode-se observar que ambos os gestores seguem os ideias de Matias, de que após a conclusão do processo de liberação do crédito a empresa monitora os pagamentos, caso a liquidação não seja efetuada o setor financeiro realiza a cobrança do débito, já que o mesmo setor necessita dessas informações para a liberação de um futuro crédito (MATIAS, 2007).

É importante destacar que a organização precisa monitorar e controlar as contas a receber de forma correta e eficaz, a fim de evitar problemas no seu fluxo de caixa. Em caso de não recebimento, a empresa precisa tentar receber os valores devidos através de acordos, sejam eles na esfera administrativa ou judicial. Além de manter o cadastro de seus clientes atualizados para uma venda futura.

O gestor da organização A, considera a venda a prazo importante, e diz que ela é condizente com as práticas do mercado, ele ressalta que se deve ter maior atenção e cuidado para não liberar crédito para quem não possa honrar o compromisso.

Nesse sentido, Silva define o crédito, dizendo que ele consiste em colocar à disposição do cliente (tomador de recursos), certo valor sob a forma de empréstimo ou financiamento, mediante uma promessa de pagamento numa data futura. Segundo o autor, a venda a prazo pode se tornar uma oportunidade para a empresa crescer, no entanto o profissional deve entender que é necessário realizar uma correta análise no momento da concessão de crédito (SILVA, 2003).

De acordo com o gestor da empresa A, a venda a prazo pode ser ao mesmo tempo uma oportunidade ou um risco. Oportunidade porque todo cliente tem necessidades para serem atendidas, já o risco é que esse mesmo cliente pode num determinado momento não honrar com seus débitos.

Segundo ele, a inadimplência existente na organização é de 1,8% e a meta é

2%. O gestor ainda ressalta que não pode aumentar, por exemplo, em 10% as vendas e permitir que a inadimplência aumente, caso isso ocorra é porque seus processos de concessão e liberação de crédito falharam e necessitam ser revistos e ajustados.

O gestor da organização B considera a venda a prazo importante, no entanto, comentou que devido ao financiamento de longo prazo para o cliente, a operação torna-se cara, esta demanda exige um elevado valor de capital, valor esse que muitas vezes a empresa não possui e, que compromete suas finanças. Por fim, ele destacou que considera a venda a prazo como oportunidade, porém optou por não revelar o índice de inadimplência.

Dessa forma, pode-se dizer que a venda a prazo é necessária, porém para trabalhar com prazos mais extensos de pagamento, a organização precisa de um bom fluxo de caixa para poder financiar seus clientes. Assim, tudo precisa ser analisando e planejado antes de ser colocado em prática para que não gere problemas futuros para a organização.

Salienta-se que o presente estudo não quer criticar ou questionar as empresas pesquisadas sobre a forma que tratam a gestão de crédito, através da coleta e análise dos dados, o objetivo é mostrar que mesmo conhecendo a necessidade de uma gestão de crédito mais criteriosa, muitos empresários não a praticam, ou até mesmo desconhecem alguns procedimentos.

Nesse sentido, é importante recomendar que as empresas adotem políticas de gestão de crédito, através de um sistema informatizado com informações corretas, bem como capacitem profissionais para atuar na área, isso poderia reduzir os índices de inadimplência, fazendo com que a organização trabalhe com margens mais otimistas e, com preços mais competitivos no mercado.

CONCLUSÃO

As organizações frente a um mercado globalizado e competitivo precisam constantemente aumentar suas vendas, no entanto para isso é necessário que deem especial atenção ao processo de concessão de crédito. Além de prospectar e fidelizar novos clientes, as empresas necessitam oferecer produtos e serviços de

qualidade, procurando criar diferenciais competitivos ao seu público alvo, com preços e prazos que caibam no bolso dos seus clientes.

Dessa forma, para trabalhar com preços e prazos acessíveis elas devem desenvolver e implantar políticas de crédito, com procedimentos e pré-requisitos para a análise e posterior liberação do crédito. Contudo, deve-se observar que a gestão do crédito precisa ser elaborada de forma correta e eficaz, com profissionais qualificados e, com um sistema alimentado com informações corretas, visando a redução da inadimplência, para aumentar a liquidez e, melhorar a saúde financeira da empresa.

Os resultados deste estudo evidenciaram que uma das empresas pesquisadas, possui um procedimento de gestão de crédito bem estruturado com profissionais com experiência na área e, sistema informatizado que auxilia na tomada de decisão no ato da liberação do crédito. Entretanto, na outra organização estudada, observou-se que ela não possui um sistema de gestão de crédito estruturado, os profissionais específicos que analisam e efetivam o cadastro, são o caixa e o gestor, além disso, a empresa não possui critérios em relação à renda do cliente para a liberação de valores a prazo.

O presente trabalho não quer criticar a forma como as organizações pesquisadas tratam a gestão do crédito, no entanto, é importante que elas apliquem ferramentas para melhorar sua política de crédito, com o objetivo de reduzir ao máximo os riscos incorridos nas vendas a prazo.

Este estudo possui limitações, uma delas diz respeito ao índice de inadimplência, o qual o entrevistado da empresa B optou por não informá-lo, além disso, esta pesquisa abrangeu apenas duas empresas do segmento de tintas e, seus resultados não podem ser generalizados para todo o segmento.

Como sugestão para futuros estudos relacionados a gestão de crédito, pode-se mencionar o grau de importância de realizar pesquisas similares, para verificar como os gestores tratam a gestão de crédito em suas organizações.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. 3. ed. 3. reimpr. São

Paulo: Atlas, 2008.

BRITO, Osias Santana de. **Controladoria de Risco: Retorno em instituições Financeiras.** São Paulo: Saraiva, 2003.

GITMAN, Lawrence J. . **Princípios de Administração Financeira.** 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MATIAS, Albeto Borges. **Finanças Corporativas de Curto Prazo, a Gestão do Valor do Capital de Giro.** São Paulo: Atlas, 2007.

ROQUE, Sebastião José. **Títulos de Crédito.** São Paulo: Cone 1997.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e Análise de Risco de Crédito.** São Paulo:Atlas, 2003.

O AVANÇO DAS TECNOLOGIAS NO CAMPO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Deise Jenifer Eisen¹
Nedisson Luis Gessi²

RESUMO

O avanço da tecnologia no campo é um processo que vem acontecendo a muitos anos, desde o início das atividades agrícolas, onde o homem sentiu necessidade de estabelecer moradia fixa e começou as primeiras experiências agrícolas e agropecuárias. Sendo assim, o presente artigo tem por finalidade identificar o desenvolvimento da tecnologia até os dias atuais, mostrando inclusive as futuras tecnologias que em breve poderão fazer parte da vida no campo. Para atingir este objetivo foram realizadas pesquisas teóricas referentes aos temas de sistemas de tecnologias, atividades agropecuárias, biotecnologia e desenvolvimento de novas tecnologias. Ao final conclui-se que principalmente os avanços que ocorreram e vão acontecer no campo são necessários para atender toda demanda que ainda surgirá, aumentam a lucratividade e otimizam o tempo do agricultor, porém, estas tecnologias devem ser implantadas por alguém que possua conhecimento, por isso é tão importante a qualificação dos atuais produtores rurais que cada vez mais estão inseridos em um mundo globalizado, pois se estas ferramentas não forem utilizadas da maneira correta poderão trazer consequências contrárias as esperadas. Nota-se também o quanto este tema não é explorado a fundo, pois existem poucas pesquisas voltadas para solução deste problema.

Palavras-chave: agricultura — biotecnologia – avanços da tecnologia.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema os avanços da tecnologia no campo, em vista que a forma de produção agrícola passou por diversas mudanças nos últimos anos, o que influenciou tanto na forma de gestão, de produção e distribuição dos produtos criados nas propriedades rurais, fazendo com que os produtores necessitassem se adaptar a este novo modelo de produção.

O avanço da tecnologia no campo surgiu durante a Revolução Verde com o desenvolvimento de implementos e insumos agrícolas, abrindo portas para a entrada

¹ Acadêmica do Curso de Administração - 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. deisejeny@hotmail.com

² Mestre em Ensino Científico e Tecnológico. Orientador. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. nedisson@fema.com.br

de novas tecnologias. O avanço tecnológico permitiu a modernização da produção, aumento da praticidade, diminuição do trabalho com força física, maior interação com o setor comercial e com os demais ramos de negócio, bem como a otimização do tempo e dos recursos, sendo que máquinas são capazes de realizar a tarefa de mais de um funcionário de maneira programada.

Para a compreensão do tema proposto foram realizadas pesquisas teóricas em livros sobre sistemas de informação e em artigos científicos para temas específicos. Autores como Toffler e Brum discorrem sobre o início da agricultura enquanto Cunha apresenta possíveis tecnologias agrícolas que facilitarão ainda mais o trabalho do agricultor a aumentará a qualidade dos produtos produzidos nestas propriedades.

Para elaboração do presente artigo, foram utilizadas fontes bibliográficas, artigos científicos e internet. No que tange aos aspectos metodológicos, quanto à natureza, classifica-se como teórica; quanto ao tratamento dos dados, como qualitativa; quanto aos fins, descritiva e em relação aos procedimentos técnicos, bibliográfica. A coleta dos dados se deu com documentação indireta. Os dados foram analisados e interpretados utilizando-se o método hipotético-dedutivo.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: metodologia, relatando os detalhes da pesquisa; Início das Atividades Agrícolas, que expõe a necessidade do surgimento de uma forma de produção estável; Revolução Verde e Consequências, que apresenta o papel desta revolução na forma de gestão atual; Biotecnologias no Campo que apresenta a tecnologia de aperfeiçoamento genético das sementes; Novas tecnologias a serviço do campo apresentando tecnologias que já são utilizadas fora do Brasil ou que ainda estão em fase de teste, mas que se aprovadas trarão aumento de qualidade dos produtos e facilidade de gestão empresarial.

1 UM BREVE HISTÓRICO ACERCA DO INÍCIO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

A prática da agricultura teve sua origem a muito tempo oriunda da necessidade de sobrevivência do ser humano. Ela iniciou de maneira rústica, mas vem evoluindo diariamente. Segundo Toffler, “[...] aproximadamente há dez milênios, começou a revolução agrícola, que avançou lentamente através do planeta,

espalhando aldeias, colônias, terra cultivada e um novo modo de vida.” (TOFFLER, 2001, p. 27).

Esta revolução transcrita por Toffler refere-se ao início da exploração dos recursos da terra como forma de sobrevivência, uma vez que o ser humano estabelece moradia e começa a plantar e criar animais para uso próprio. Toffler divide as mudanças do mundo em três ondas, sendo a primeira a agricultura, uma época onde o trabalho dependia da força humana, animal e da natureza:

As florestas eram cortadas para cozinha e aquecimento. Rodas Hidráulicas, algumas delas usando a energia das marés, faziam girar rodas de moinho. Nos campos rangiam moinhos de vento. Os arados eram puxados por animais. [...] Todas as sociedades da Primeira Onda exploravam, assim, fontes de energia renováveis (TOFFLER, 2001, p. 39).

Com o passar dos anos as técnicas de plantio e as diversidades de produtos foram mudando. No início da colonização brasileira, sendo o Brasil dependente dos países europeus, o poder estava vinculado aos fazendeiros e comerciantes de grande porte que tinham em mente a exportação, instaurando assim a cultura de produzir apenas uma espécie, a chamada monocultura (TRENENPHOL, 2011).

Segundo Brum, a história agrícola do país é marcada principalmente por três ciclos: “[...] três ciclos marcaram profundamente a vida brasileira: o açúcar, o ouro e o café. Os ciclos menores foram: o algodão, a borracha e o cacau. Os subciclos do gado e do fumo tiveram função complementar.” (BRUM, p. 132 apud TRENENPHOL, 2011, p. 38).

Boa parte dos produtos produzidos em serie pela agricultura eram praticamente artesanais e únicos, feitos sob encomenda. O avanço tecnológico teve seu auge com a segunda onda, a industrialização (TOFFLER, 2001). Esse período teve impacto na agricultura também, pois tem inicio a criação de máquinas eletromecânicas e afins.

Nota-se que no início das atividades agrícolas as atividades rurais eram desempenhadas de maneira rudimentar, onde a força física era essencial para o desenvolvimento da função. Os recursos naturais eram essenciais para suas atividades. Todo esse processo além de ser árduo para o agricultor ocupava muito do seu tempo.

2 REVOLUÇÃO VERDE E CONSEQUÊNCIAS

A Revolução Verde teve papel fundamental no desenvolvimento das tecnologias utilizadas no campo. Ela pode ser considerada o divisor entre uma agricultura marcada pela força braçal e a agricultura mecanizada, onde o trabalho de vários homens pode ser substituído pelo de uma máquina, é o início da modernização das atividades rurais:

A Segunda Revolução Agrícola foi incorporando as novas técnicas de produção, a motorização, a mecanização, o uso de produtos químicos, etc. Tais técnicas aperfeiçoadas permitiam o tratamento dos solos, de forma adequada a cada produto, e a utilização de máquinas movidas a motor de combustão, que realizavam o trabalho em menor tempo e com o emprego de menos mão-de-obra. (BRUM, 2009, p. 13).

Esse período é marcado por mudanças na forma de produção no campo, pois é nessa época que surgem os produtos biogenéticos, as sementes transgênicas, a evolução de implementos agrícolas, a criação e difusão de insumos para tratamento da plantação, entre outras inovações. Além das máquinas, implementos e espécies cultivadas, a forma de cultivo começou a ser modificada nessa época, pois surgem assim inseticidas, herbicidas e outros insumos que vem com o propósito de diminuir o trabalho braçal do agricultor:

Outra mudança foram as inovações físico-químicas, com a incorporação dos fertilizantes industriais, agrotóxicos, produtos veterinários, etc. O sistema de rotação de culturas, adubação orgânica e descanso de terras foi substituído pelo uso de novos insumos químicos. As inovações físico-químicas ocorreram com o uso intenso de fertilizantes, agrotóxicos e produtos veterinários. (TRENENPHOL, 2011, p. 46).

Inicia-se uma série de investimentos nas propriedades e com isso, o cultivo para subsistência não é mais atrativo nem vantajoso, fazendo com que a produção para venda se torne mais desejável uma vez que se tem o incentivo para investir na tecnologia subsidiada pelos governos. Começa assim o cultivo em série, é o campo entrando no sistema capitalista de compra e venda, onde muitos produzem os recursos, os vendem e os compram processados:

[...] as explorações agrícolas especializaram-se: abandonaram a poliprodução vegetal e animal para consagrarem-se quase exclusivamente a algumas produções destinadas à venda, as mais vantajosas para elas, tendo em conta também os meios e as condições de produção particulares próprias de cada exploração. Assim, constitui-se um vasto sistema agrário multirregional composto de subsistemas regionais especializados complementares (regiões de grandes culturas, regiões de ervagens e de criação de gado para leite e para carne, regiões vitícolas, regiões leguminosas, frutíferas, etc). Esse sistema intercala-se entre um conjunto de indústrias extrativas, mecânicas e químicas situada a montante da produção, e um conjunto de indústrias e atividades a jusante que armazenam, transformam e comercializam os seus produtos. (MAZOYER e ROUDART, 2001, p. 366 apud BRUM, 2009, p. 14).

Todos esses avanços foram úteis, porém, a falta de qualificação e informação para o uso destas tecnologias trouxe consequências tanto para os agricultores quanto para o meio ambiente:

As inovações deram-se de forma impositiva e as pessoas não estavam suficientemente preparadas para usar todo esse aparato tecnológico, ocorrendo acidentes de trabalho e envenenamentos com o uso inadequado dos agrotóxicos. E, ainda, foram causados danos ao meio ambiente: com o desmatamento e o envenenamento das águas, muitos pássaros e peixes desapareceram e nos rios e arroios diminuiu o fluxo de água. (TRENENPHOL, 2011, p. 46).

Hoje se buscam soluções de aumentar a tecnologia do campo sem danificar mais o meio ambiente e tentando reverter os danos ocasionados pelo uso desenfreado dos recursos naturais nas décadas passadas.

3 BIOTECNOLOGIA NA AGRICULTURA

Com o avanço da biotecnologia e do agronegócio os alimentos transgênicos ganham destaque, pois aumentam a produtividade e a praticidade de cultivo do grão. As plantas geneticamente modificadas começam a aparecer por volta de 1980, e em 14 anos começam a ser vendidas (GOMES; BORÉM, 2013). Surgida junto com a Revolução verde, a biotecnologia e suas inovações geram polémica até hoje, de um lado os defensores do aumento de produtividade e praticidade, do outro os defensores da produção orgânica e natural.

Na busca de novas culturas que produzam mais e tenham menos custos a biotecnologia entra no cenário agrícola como forma de reduzir gastos e aumentar a produtividade por meio de suas pesquisas e criações de novas espécies, pois

[...] a biotecnologia é um termo bastante amplo, em seu aspecto de utilização, onde pode ser definida como um instrumento do melhoramento genético, que utiliza organismos vivos ou partes deles com o objetivo de melhorar plantas e animais, utilizando-se das técnicas de cultura de tecidos, marcadores moleculares e transgenia. (BORÉM, 1998 apud MATOS, 2010, p. 06).

Foi nessa época que surgem as primeiras sementes transgênicas, alvos de discussão até os dias de hoje. A biotecnologia é conhecida por manipular os genes na busca da excelência da espécie, tendo como resultado mais conhecido os alimentos transgênicos, porém ela engloba bem mais do que uma mistura de genes:

A Biotecnologia abrange hoje uma área ampla do conhecimento que decorre da ciência básica (biologia molecular, microbiologia, biologia celular, genética etc.), da ciência aplicada (técnicas imunológicas e bioquímicas, assim como técnicas decorrentes da física e da eletrônica), e de outras tecnologias (fermentações, separações, purificações, informática, robótica e controle de processos). Trata-se de uma rede complexa de conhecimentos onde ciência e tecnologia se entrelaçam e complementam. (MALAJOWICK, 2011, p. 02).

Portanto a biotecnologia é mais do que experimentos genéticos, ela procura melhores formas de produção de uma planta ou ser vivo para aumentar a produtividade, diminuir o trabalho braçal e reduzir custos.

4 NOVAS TECNOLOGIAS A SERVIÇO DO CAMPO

A produção rural passou por intensas mudanças nas últimas décadas, mudando de uma cultura de subsistência e autossustentável para uma cultura de interação entre propriedade e indústria e comércio, ou seja, o que antes era produzido dentro da propriedade passa a ser adquirido no comércio urbano como, por exemplo, implementos e insumos, criando uma dependência entre agricultura, indústria e comércio (GOMES; BORÉM, 2013).

Tal atitude pode ser denominada agronegócio, pois segundo Gomes e Borém, agronegócio é “[...] toda relação comercial e industrial que envolve todos os segmentos da cadeia produtiva vinculada à agropecuária sob o ponto de vista econômico.” (GOMES; BORÉM, 2013, p. 117). As propriedades rurais passaram a ser vistas como empresas, pois elas cumprem o requisito da definição de empresa, ou seja, é um conjunto de recursos que buscam a lucratividade através da satisfação do cliente:

Junções de diversos recursos sejam humanos, materiais, financeiros e tecnológicos, que produzem e comercializam produtos para a satisfação das necessidades das pessoas e de outras empresas em troca de lucro e perenidade (REZENDE; ABREU, 2004, p. 13).

Segundo Rezende e Abreu, empresas tem como objetivos suprir e criar necessidades nos clientes desenvolver-se continuamente, provocar fomento social, oferecer produtos ou serviços de qualidade, crescer economicamente e saber lidar com as partes interessadas na empresa (REZENDE; ABREU, 2004).

Buscando alcançar estes e outros objetivos são feitas diversas pesquisas nas mais variadas áreas na busca do aperfeiçoamento das atividades rotineiras e assim aumentar a produtividade, otimizar tempo, recursos e diminuir o esforço físico, tudo isso na busca de lucratividade, e essas pesquisas ocorrem inclusive para a área agrícola, setor primário das atividades comerciais. A tecnologia utilizada nas empresas tem o intuito de

Melhorar seu processo produtivo; melhorar a integração e comunicação entre os departamentos; Melhorar o controle das operações, melhorar seu processo de tomada de decisão; usar a tecnologia como agente facilitador e amplificador de negócios. (BATISTA, 2012, p. 8).

Atualmente, as pesquisas tecnológicas estão voltadas principalmente para sistemas sensoriais, nanotecnologias e sistemas periciais. Segundo Cunha “[...] sensores são dispositivos que geram um sinal elétrico a um estímulo físico.” (CUNHA, 2004). Entre os sensores estão os bio-sensores e sensores ópticos. Atualmente, muitos sensores são utilizados em máquinas para as mais diferentes funções, desde uma análise do solo para ver quais suas deficiências e qual produto

e quantidade correta a utilizar até seleção de frutos com base na cor e no tamanho. Estes sensores podem ser utilizados tanto em implementos agrícolas quanto em robôs especializados para estas atividades (CUNHA, 2004).

Outro ramo que vem sendo testado é o da nanotecnologia, que segundo Cunha é Classificado como “[...] processo de fabricação de dispositivos à escala atômica ou molecular, tipicamente com dimensões inferiores a 100 nm.” (CUNHA, 2004, p. 05), ainda em fase de testes, prevê-se que esta tecnologia poderá ser utilizada para a recuperação de células de seres doentes, bem comuns nas atividades agrícolas “[...] na filtração de águas, na obtenção de painéis fotovoltaicos de alta eficiência, diminuindo simultaneamente o uso de recursos naturais.” (CUNHA, 2004, p. 05).

Outra tecnologia que vem sendo desenvolvida é a implantação de chips no rebanho bovino com a intenção de obter detalhes desde a produção até o abate, entregando ao mercado produtos com procedência confirmada:

O sistema de identificação eletrônica de animais permite a gravação de dados no transponder (no caso da terceira geração), criando um banco de dados individual. Também pode associar dados à arquivos de computador (segunda geração), representando uma poderosa ferramenta para uso na rastreabilidade de informações e armazenamento de dados da produção. Estas informações poderão ser transmitidas à indústria, que por sua vez pode acrescentar dados de produtividade e retorná-los aos pecuaristas. Esta troca de informações leva a uma busca constante pela qualidade total em todos os segmentos da cadeia produtiva. (MACHADO; NANTES, 2004, p.34).

Para auxiliar os produtores no processo de decisão são criados os sistemas periciais, que atuam como especialistas para diagnosticar problemas e encontrar as melhores soluções através de uma base de dados com informações de especialistas, como por exemplo, qual nutriente determinada planta necessita (CUNHA, 2004).

O uso de tecnologias traz consequências positivas, desde que o usuário tenha qualificação para usufruí-las, portanto, cada vez mais tem se incentivado o aumento de conhecimento pelos atuais e futuros agricultores, pois é necessário saber identificar qual tecnologia é mais adequada para sua necessidade, como utilizá-la e observar as novas que podem auxiliar na sua propriedade, pois quando

estas tecnologias são implantadas por impulso ou modismo, corre-se o risco de não obter retorno sobre a produção, acarretando diversas consequências, até chegar ao ponto de abandonar a atividade, como muito tem acontecido até agora (VIEIRA FILHO, 2014).

Porém, todas as pesquisas que são feitas para o ramo da agricultura tem como ideia fundamental o desenvolvimento sustentável. Em uma época de preservação da natureza o intuito dos pesquisadores é criar formas de aumentar a produtividade sem agredir o meio ambiente e buscar formas de substituir os recursos naturais que são utilizados pela humanidade de maneira inconsequente. Um exemplo disso são as pesquisas nas áreas de combustíveis, em que se procura alternativas para o fim do uso de combustíveis fósseis podendo estes serem substituídos pela bioenergia (WOOD, 2010).

Este material combustível, a “[...] Bioenergia é a energia de derivados recentes de organismos vivos.” (WOOD, 2010 p. 23). Os produtos agrícolas mais utilizados atualmente para a produção deste tipo de energia são a cana-de-açúcar, milho e soja, entre outras e traz como ponto positivo ser renovável, limpo e geram renda para agricultores, porém, faltam incentivos para o desenvolvimento desta cultura, pois são necessárias infraestruturas adequadas que comportem tanto as refinarias para a produção quanto uma adequada forma de transporte para a distribuição deste combustível para que o preço ao consumidor final consiga competir com o combustível tradicional (WOOD, 2010).

Portanto, percebe-se que as atuais tecnologias tem como intuito facilitar as atividades do setor agrícola, otimizar tempo, diminuir custos, aumentar a qualidade dos produtos, auxiliar na tomada de decisão da propriedade, tudo isso sem prejudicar o meio ambiente, buscando inclusive formas de reverter a ação humana na natureza até os dias atuais.

CONCLUSÃO

Desde os primórdios da relação do homem com a natureza, a atividade agrícola passa por mudanças significativas impactando tanto o meio ambiente quanto para o ser humano. O início das atividades necessitava força física humana e

horas de trabalho para exercer a função, até o momento da domesticação dos animais.

Com o passar do tempo, pesquisas foram realizadas na ânsia de facilitar o trabalho do agricultor, aumentar a produtividade da propriedade e incluir a atividade agrícola nas relações comerciais. Com pesquisas cada vez mais avançadas foi possível criar implementos mais sofisticados e insumos agrícolas específicos para cada necessidade.

As previsões de um futuro não muito distante apontam para uma agricultura cada vez mais conectada como exterior, com máquinas de inteligência artificial especializadas para cada função, máquinas cada vez mais inteligentes e menores. O homem não será substituído pelas máquinas, pois cada vez mais serão requisitados profissionais que saibam operar as máquinas, interpretar os dados até criar novas tecnologias.

Para tanto é imprescindível a qualificação do profissional, nas mais diversas áreas, pois o desenvolvimento tecnológico não é restrito a um único setor, pode integrar áreas distintas como veterinária, agronomia, economia entre outras, pois uma propriedade rural é uma forma de empreendimento que visa o lucro e para tanto deve estar atenta a tudo de novo que surge no ambiente ao seu redor.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistemas de Informação**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRUM, Argemiro Luís. **Agrobusiness**. Ijuí: Unijuí, 2009.

CUNHA, José Boaventura. As Novas Tecnologias da informação e Comunicação na Indústria Agro-Pecuária. **1º Congresso Luso-Brasileiro de Tecnologias de Informação e Comunicação na Agro-Pecuária**. Disponível em: <http://www.agriculturadigital.org/agritic_2004/congresso/E-business_M-business_/Novas_TIC_na_Industr_Agropecuaria.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

GOMES, Wellington Silva. BORÉM, Aluizio. Biotecnologia: Novo paradigma do agronegócio brasileiro. **Revista de Economia e Agronegócio**, vol 11, N^o1, p. 115 – 136, 2013.

MACHADO, João Guilherme de C. F.; NANTES, José Flavio Diniz. Identificação eletrônica de animais por radio-frequência (RFID): perspectivas de uso na pecuária de corte, em **Revista Brasileira de Agrocomputação**, Ponta Grossa-PR, v. 2, n.1, p, 29-36, Jun. 2004. Disponível em: <[HTTP://www.agrocomputacao.uepg.br](http://www.agrocomputacao.uepg.br)>. Acesso em: 10 maio 2015.

MALAJOVICH M. A. **Biotecnologia 2011**. Rio de Janeiro, Edições da Biblioteca Max Fefferdo Instituto de Tecnologia ORT, 2012.

MATOS, Alan Kardec Veloso de. **Revolução Verde, Biotecnologia e Tecnologias alternativas**. Cadernos da FUCAMP, v. 10, n12, p. 1-17, 2010.

REZENDE, Denis Alcides. ABREU, Aline França. **Tecnologia da Informação – Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais**. 9. ed. São Paulo, Atlas, 2013.

TOFFLER, Alvin. **A Terceira Onda**. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TRENNEPOHL, Vera Lúcia. **Formação e Desenvolvimento Brasileiro**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2011.

VIEIRA FILHO, José Eustaquio Ribeiro. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. In: **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF : Embrapa, 2014, p. 395-423.

WOOD, Elisa. As lavouras fornecerão a energia do Século 21. In **Journal USA. Agricultura do século 21**, Departamento de Estado, EUA. v. 15, n. 3, p. 23-27, mar. 2010.

O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

Paulo Henrique Perini¹
Henrique Birk²
Andréa Maria Cacenote³
Nedisson Luis Gessi⁴

RESUMO

As gerações existentes são diferenciadas por contextos ou acontecimentos vivenciados em uma mesma época, indivíduos que presenciaram ou que conseguem executar múltiplas tarefas, possíveis devido ao grande avanço tecnológico e que possibilita um processo de comunicação de forma rápida, mesmo estando distante geograficamente, através das redes sociais, nas quais são formadas sociedades em redes. O presente artigo tem como principal objetivo mostrar a importância do processo de comunicação e como as gerações, que usufruem das redes sociais, trabalham com a questão do avanço da tecnologia. Em se tratando do âmbito organizacional, foi elaborado e aplicado um questionário com gestores, coordenadores, empreendedores e sócios, os quais fazem parte das gerações X e Y, onde se procurou verificar a intensidade do uso das redes sociais nos processos de comunicação e divulgação dos produtos e serviços oferecidos, observando qual o impacto da mesma sobre as demandas de trabalho. As redes sociais possibilitam e potencializam certos processos dentro da organização, bem como podem ocasionar falhas, principalmente no processo de comunicação.

Palavras-chave: gerações – tecnologia – comunicação - redes sociais.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo trazer conceitos de algumas gerações que existem hoje, e como vem conduzindo os avanços da tecnologia nos processos de informação e comunicação. Ressaltando-se o quão beneficente e ao mesmo tempo mal eficiente pode ser o uso exagerado das redes sociais.

¹ Acadêmico do Curso de Administração – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. paulohenriqueperini@outlook.com

² Acadêmico do Curso de Administração – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. henriquebirk@hotmail.com

³ Orientadora. Professora do Curso de Administração das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA. andreacacenote@fema.com.br

⁴ Co-Orientador. Professor do Curso de Administração das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA. nedisson@fema.com.br

Fazendo o uso de obras como as de Manuel Castells, Pierre Levy, Raquel Recuero, artigos científicos e monografias que envolvem conceitos sobre a comunicação, tecnologia, sua evolução e os meios que hoje são muito utilizados tanto nas empresas quanto na vida pessoal. A temática do estudo aborda a diferença das gerações e como elas utilizam os meios tecnológicos que hoje estão disponíveis para execução de atividades mostrando que em muitos casos o excesso delas pode vir a ocasionar falhas em certos processos.

O estudo aborda definições sobre as gerações X, Y e Z, constituindo o uso e a evolução das redes sociais, que são utilizados por todas as pessoas, caracterizando verdadeiras sociedades em rede, e facilitando, de forma geral, o processo de interação e comunicação. O artigo mostra, através de uma pesquisa, o impacto das redes sociais nas organizações e como os profissionais responsáveis trabalham com isso.

1 DEFINIÇÃO DE GERAÇÕES

A palavra “geração” enquadra indivíduos que nascem em determinada época ou que representam ter a mesma idade. Caracteriza-se também por pessoas que foram modeladas pela década em que viveram e que se fazem impressionadas pelos mesmos eventos.

Para Forquin, o conceito de geração designa um conjunto de indivíduos que nasceram em determinada época e que possuem experiências idênticas ou proximidades culturais (FORQUIM apud LADEIRA, 2013). Entre algumas maneiras de se definir geração, podem-se utilizar o conceito de que são as ações desenvolvidas ou projetadas por certo grupo de indivíduos, isso faz acrescentar um contexto a mais na visão geral envolvendo grupos diferenciados de pessoas.

No presente artigo esboçar-se-á três conceitos de gerações: a X, Y e Z, as quais tem um grande vínculo com o tema abordado. A geração X envolve aqueles que presenciaram grandes revoluções, em meados a década de 70 e 80. Pode-se dizer que viveram o momento da abertura política e social da maior parte do mundo com uma estrutura familiar bem diferente, onde a educação foi totalmente

influenciada pela televisão e determinava a rotina familiar (SANTOS; ARIENTE; DINIZ; DOVIGO, 2011).

Para Oliveira a geração X é aquela que vai ingressar no mercado de trabalho em um contexto de mudanças, nas quais as relações nas organizações viraram algo informal e os trabalhadores vieram a se tornar dinâmicos (OLIVEIRA apud LADEIRA, 2013). A geração Y compreende pessoas completamente diferentes da X, pessoas nascidas entre final de 1980 facilmente conectadas (internet, celulares, redes sociais) que valorizam experiências inovadoras e exercem várias funções ao mesmo tempo, como responder um e-mail ou mensagem em quanto assistem TV (OLIVEIRA, 2014).

Tratando-se dos tempos atuais e ainda com certas restrições literárias, vamos ver um pouco mais sobre a geração Z, a qual o nome vem da palavra zapear (CERETTA; FROEMMING, 2011). Segundo Peconick, a letra “Z” é uma denominação comum daquilo que os jovens fazem de melhor: zapear. Pessoas nascidas entre 1992 e 2000, que vão da TV para o telefone, do vídeo game para alguma rede social, ou até mesmo fazem todas essas atividades de uma vez só, são vorazes por novidades que o mundo tecnológico lhes oferece (PECONICK apud SANTOS; CIPULLA; CESTARO; AUGUSTO, 2014).

Observa-se que o avanço da tecnologia e as mudanças ocorridas nos meios sociais resultaram no surgimento de novas gerações e tendências, das quais deve-se aceitar e saber trabalhar, apesar das divergências existentes, tanto na vida pessoal quanto no trabalho.

2 A SOCIEDADE EM REDE

Quando se pensa o que seria uma sociedade, nos vêm em mente grupos de pessoas que vivenciam práticas, costumes e tradições entre si, o que nos dias de hoje se torna fácil devido ao crescimento das tecnologias que enfatizam os meios de comunicação, interação entre as pessoas, os quais se abordam como uma sociedade em rede.

A sociedade em rede trata-se de uma estrutura que foi se criando com pessoas que utilizam a internet para se conectar com informações, comunicar-se

com outras pessoas, executar tarefas do trabalho e entre tantas outras. É literalmente uma modificação da sociedade.

Em razão disso, pode-se dizer que estamos entrando em um novo conceito cultural da evolução histórica e tecnológica, redefinindo um novo tema de interação e organização social (CASTELLS, 2000).

As redes fornecem um ambiente de interação e nos deixam mais próximos das informações que circulam acerca de segundos, aproximando pessoas distantes por meio da internet, tendo-a como um dos principais motivos que contribuíram para a sociedade em rede (COELHO, 2011).

Outro fator que ocasionou a modificação social de certos costumes e até mesmo de culturas, foi a utilização das redes sociais para várias atividades como vender, comprar, mudar a forma de pensar e até mesmo agir. Tem-se como exemplo os anúncios de produtos que despertam nossa atenção e necessidade.

As redes sociais estão descentralizando as sociedades, como está nas organizações, onde o foco principal não está mais localizado no capital ou geração de riquezas, mas em conseguir administrar e aplicar os conhecimentos das organizações para as organizações (BRITO, 2010).

Desta forma percebe-se que as sociedades em redes estão crescendo cada vez mais, a interação com outras pessoas se faz de forma rápida e fácil, a disponibilidade de informações que se pode ter e oferecer é muito ampla. Uma série de conteúdos sendo alimentados a todo o instante, sendo assim não se tem mais êxito trabalhando de forma isolada.

3 REDES SOCIAIS E MÍDIAS SOCIAIS

Com a evolução dos meios tecnológicos, o processo de comunicação se tornou cada vez mais viável e flexível, sendo que uma das características de uma rede é a porosidade na absorção de informações, possibilitando uma estrutura de relacionamentos horizontal e não vertical.

É importante destacar que, dentro de redes sociais, os limites muitas vezes não estão separados e sim caracterizados pelas identidades das pessoas, como por exemplo, a confiança, a lealdade, entre outros fatores. Segundo Recuero, uma rede

é uma metáfora para observar os padrões de conexões de um grupo social, tendo seu foco apenas na estrutura social, não podendo isolar esses indivíduos (RECUERO, 2008).

As mídias sociais caracterizam-se por sistemas criados e alimentados de forma colaborativa (quando um grupo transmite uma informação para outro grupo) ou não colaborativa (quando a informação é buscada individualmente, possibilitando a publicação de conteúdos muitas vezes com o custo zero). São caracterizadas pelo número de atividades que abrangem como produção de textos, fotos, áudios, etc. Sendo assim um membro pode contribuir a qualquer momento.

Para Sara Pereira, Luís Pereira e Manuel Pinto, “[...] as redes sociais se enquadram em um conceito amplo de mídias sociais, destacando a intervenção e interação das pessoas.” (PEREIRA; PEREIRA; PINTO, 2011, p. 04). Como exemplo, pode-se utilizar o *Facebook*. Percebe-se que, em partes, ele exerce a função de mídia social e rede social. Ele é uma miscigenação entre ambas as categorias.

Para David Kirkpatrick “[...] O *Facebook* pode criar uma repentina convergência de interesses em torno de uma notícia, uma música ou um vídeo no *YouTube*.” (KIRKPATRICK, 2010, p. 15). Logo se entende que não há muita diferença entre redes sociais e mídias sociais, isso se dá devido ao grande avanço da tecnologia, pessoas podem divulgar e ao mesmo tempo postar assuntos pessoais ou profissionais, facilitando assim alguns processos, como o de comunicação, porém, é importante que se saiba usar de forma correta e cuidadosa.

4 PROCESSO DE COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A comunicação é algo complexo de se definir e muito fácil de fazer. Esse processo vem da antiguidade, onde alguns estudiosos até relatam seu surgimento bem antes de Cristo com os homens das cavernas dos quais utilizavam gestos e sons para se expressar.

Com o passar do tempo, a comunicação trouxe novos significados e, no decorrer do mesmo, foi aprimorada, como os povos Sumérios que desenhavam animais em pedras com sangue ou pedaços de plantas. Após isso, cerca de 3.100 a.

C., os egípcios criaram as escritas sagradas talhadas em placas de argila ou em blocos utilizados para construção das pirâmides, as quais se faziam através de símbolos simples para representar tanto objetos materiais quanto ideias abstratas (MACHADO, 2014).

Tratando sobre o processo de comunicação, não se pode deixar de evidenciar os elementos que o compõem. Segundo Terciotti e Macarenco, “[...] para que o ato comunicativo ocorra, há a necessidade de alguns elementos-chave, e a falta de um desses elementos pode comprometer todo o processo de comunicação.” (TERCIOTTI; MACARENCO, 2013, p. 03), são eles:

- a) Emissor: tem o papel de transmitir a mensagem.
- b) Receptor: tem a função de receber a mensagem do emissor.
- c) Mensagem: é o objeto da comunicação. Pode ser constituída por vários outros sentidos como códigos numéricos ou escritos, gestos entre outros.
- d) Ambiente: contexto no qual ocorre a transmissão da mensagem, sendo um elemento importante, pois é ele quem determina o rumo da comunicação com, ou sem formalidade.
- e) Canal de Comunicação: esse elemento é caracterizado como o meio (visual, oral, escrito ou até mesmo corporal como falado) no qual a mensagem é transmitida e que pode servir como suporte físico para a transmissão da mensagem.
- f) Código: é um conjunto de sinais linguísticos ou não, comum tanto ao emissor quanto ao receptor que utiliza esse conjunto (TERCIOTTI; MACARENCO, 2013).

Um processo de comunicação envolve basicamente quatro elementos que são o emissor, a mensagem e o receptor e a retroalimentação. Pode-se pegar como exemplo uma ligação. O emissor manda a mensagem ao receptor, e este vai interpretá-la de determinada forma, muitas vezes podendo ter ruídos, barreiras e filtros. A partir daí se dará o *feedback*.

De acordo com Jorge Pedro Sousa “[...] o mundo da comunicação é demasiado vasto para se falar de toda a construção teórica que tenha sido elaborada para ajudar a compreender melhor os processos comunicacionais.” (SOUSA, 2006, p. 16).

A evolução da comunicação e de seus meios releva que tal processo exerce um papel fundamental no meio em que se está: na família, no trabalho, com amigos, etc: “[...] comunicar-se adequadamente na era da globalização e da informação é um requisito de sobrevivência tão decisivo, quanto a pratica da qualidade.” (CHINEM, 2010, p. 12).

Assim sendo, conclui-se que a comunicação, seja ela tanto no meio social ou profissional, deve ser clara e objetiva. Saber exercer o processo comunicativo com clareza e formalidade se torna um diferencial.

5 TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO

Com a grande variedade de tecnologia existente atualmente, fica fácil de comunicar com outros indivíduos, tanto no âmbito profissional quanto pessoal. Nas organizações, por exemplo, trabalhar em busca de um objetivo comum é simples, pois as informações através desses meios são divulgadas de forma rápida e fácil.

Tanto as tecnologias da informação quanto da comunicação podem ser definidas como recursos utilizados em busca de um objetivo comum, sendo usadas de diversas formas, nas indústrias, comércio e educação (PACIEVITCH, 2009). O desenvolvimento das tecnologias de comunicação possibilitou uma maior interação com profissionais distantes geograficamente.

Com a criação de softwares e hardwares foi garantido uma operacionalização nos processos decorrentes dos meios virtuais junto com a popularização da internet (PACIEVITCH, 2009). Assim sendo pode-se dizer que a internet foi a base para a criação de novos processos tecnológicos de comunicação, e através desta surgiram chats, e-mails, comunidades virtuais e as redes sociais criando assim as sociedade em rede como mencionado no decorrer do estudo.

Caracteriza-se a internet como algo que surge da interconexão de computadores, definindo-se por uma estrutura que viabiliza um espaço ilimitado de conhecimento (LÉVY, 1993). Em virtude do que foi mencionado, conclui-se que as tecnologias da comunicação vieram para ajudar e viabilizar novos meios e métodos para se atingir os objetivos possibilitando uma maior interação entre as pessoas e as atividades por elas executadas.

6 ESTUDO DE CASO

A metodologia proporciona e viabiliza analisar os melhores meios para coleta de dados e é através da análise dos dados resultantes que as variadas formas de pesquisa têm a capacidade de trazer resultados desejados esboçando de forma clara os dados adquiridos.

Para Kauark, Manhães e Medeiros a metodologia consiste em uma coleção de dados reunidas ao longo do tempo nas quais são analisadas e melhoradas para se ter um trabalho científico eficiente e poder proporcionar um padrão reconhecível para outros pesquisadores (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

Por todos esses aspectos a pesquisa do presente artigo focou-se em acadêmicos do curso de administração, os quais desempenham a função de empreendedores, gestores e empresários, sendo o principal objetivo identificar utilização das redes sociais em suas organizações envolvendo os processos de comunicação e de qual forma ele influenciam nos meios de trabalho de cada um.

A realização do estudo ocorreu com acadêmicos que atuam na área do comércio, indústria e prestação de serviços, da Fundação Educacional Machado de Assis, no curso do ensino superior de Administração nos dias 13 a 15 de maio de 2015, tendo um total de 19 pessoas entrevistadas.

Por meio da pesquisa, a qual abordou acadêmicos que se enquadravam como empreendedores, gestores, chefes e até mesmo coordenadores de algum departamento no seu âmbito de trabalho, constatou-se que 36,8% daqueles que atuam na área de comércio, além de utilizar *e-mail*, telefone e comunicados para o processo de comunicação utilizam as redes sociais. Processo este que se repete com 21% para aqueles que atuam na área industrial. Os outros 42,2% atuam nas áreas de prestação de serviços, bancos entre outros utilizam a divulgação de sua marca, empresa ou serviço através de rádios, comunicados, boletins e até mesmo relatórios.

No decorrer da pesquisa, indagou-se se as redes sociais eram utilizadas como meio de divulgação de produtos ou serviços e, 84,2% afirmaram que fazem o uso dela para tal objetivo, enquanto que os outros 15,8% utilizam meios como panfletos, comunicação entre as pessoas e as rádios. Segundo Vinicius Gonçalves,

no âmbito organizacional é necessário que um gestor saiba trabalhar com as redes sociais, pois elas estão evoluindo, e sua utilização para divulgação da empresa ou de seus produtos e serviços é feita de forma rápida e fácil sem custo nenhum (GONÇALVES, 2009).

Das pessoas que utilizam as redes sociais para divulgação de sua marca, produtos e serviços, 68,4% já fizeram negócios por meio das mesmas e 31,6% não. Um ponto relevante a ser indicado é que 36,8% não deixam seus funcionários acessarem as redes sociais no seu meio de trabalho e por isso nunca tiveram demandas de trabalhos não atendidas. 21,1% deixam seus funcionários acessarem as redes sociais livremente sendo que 5,27% desses que deixam livre o acesso das redes já tiveram demandas de trabalhos não cumpridas ou erros e esquecimentos devido à falta de atenção. Já 42,1% afirmam que deixam seus subordinados ou funcionários acessarem as redes sociais com controle e 21% afirmam que já deixaram de atender ao trabalho devido à distração das redes sociais, um número bem elevado para quem possui acesso controlado.

Para Cledison Fritzen as redes sociais são uma forma de otimizar a produção, e, em certo casos bloquear ou limitar totalmente o acesso não resultará em mais produtividade. O que se deve fazer é implementar medidas e estratégias que permitam o acesso, como uma pausa, um tempo para o cafezinho, estabelecendo horários. São ações que muitas vezes poderão resultar em uma criatividade mais vigorante e em maior produtividade (FRITZEN, 2014).

Contudo, a pesquisa obteve resultados com pessoas das gerações X e Y, a geração Z, está em processo de formação dos quais muitos ainda apresentam algum familiar, como pai, tio, mãe, em que exercem os cargos de sócios, empreendedores, gestores e não possuem total conhecimento do que se passa dentro do âmbito de trabalho. Percebe-se que a tecnologia vem tendo grande domínio sobre o mercado, e as gerações X e Y estão cada vez mais adaptadas a ela. Hoje os índices de diferenciação e dificuldade na utilização dos meios tecnológicos disponíveis são mínimos. As pessoas estão se adaptando e utilizando os processos com maior intensidade.

CONCLUSÃO

É notório que o mundo tecnológico evolui a cada momento, e nele existem vários processos como o de comunicação, troca de informações e a disseminação delas por meio das sociedades em redes. Tentando-se abordar como as pessoas acompanham, trabalham e aceitam essas evoluções, o estudo direciona-se ao meio empresarial, no qual muitas vezes as pessoas utilizam a tecnologia realmente ao seu favor, na otimização e conclusão dos processos elaborados por elas.

Ressalta-se que muitos gestores, coordenadores empreendedores, chefes proíbem seus funcionários totalmente de acessarem as redes sociais no intuito de evitar erros, e na maior parte das acabam bloqueando os mesmos para o encontro de uma solução, criativa, rápida e com pouco custo.

O atual estudo é sugerido para pessoas que fazem parte de cargos como gestores, coordenadores, chefes, sócios de pequenas e grandes empresas, que podem estar tendo problemas com as redes sociais. Estará sujeita a uma pesquisa mais profunda indagando o porquê dos funcionários com acesso ilimitado as redes cometem menos erros enquanto funcionários com acesso restrito cometem mais erros e demandas de trabalho não cumpridas.

REFERÊNCIAS

BRITO, Ronnie Fagundes. **O Sujeito de Conhecimento na Sociedade em Rede**. Fundação Boiteux, Florianópolis, v. 01, n. 318, p. 12-31, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 8 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

CERETTA, Simone Beatriz; FROEMMING, LurdeSmar Lene. **Geração Z: compreendendo os hábitos de consumo da geração**. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/screspo/PSI_P2_artigo7.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2015.

CHINEM, Rivaldo. **Introdução à Comunicação Empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2010.

COELHO, Ana Carolina Sampaio. **A Sociedade Rede: a revolução é compartilhada**. UFRGS, Porto Alegre, v. 02, n. 25, p.165-173, dez. 2011.

FRITZEN, Cledison. **Bloquear as Redes Sociais Otimiza a Produtividade da Equipe?**. Disponível em: <<https://www.lumiun.com/blog/2014/11/bloquear-as-redes-sociais-otimiza-a-produtividade-da-equipe/>>. Acesso em: 20 maio 2015.

GONÇALVES, Vinícius. **Como Usar as Redes Sociais para Divulgar a sua Empresa**. Disponível em: <<http://www.novonegocio.com.br/marketing/como-usar-as-redes-sociais-para-divulgar-a-sua-empresa/>>. Acesso em: 20 maio 2015.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da Pesquisa: um guia prático**. Bahia: Via Litterarum, 2010.

KIRKPATRICK, David. **O Efeito do Facebook**. Rio de Janeiro: Instrínceca, 2010.

LADEIRA, Lilian Bonsanto. **O Conflito de Gerações e o Impacto no Ambiente de Trabalho**. IX Congresso Nacional de Excelência Humana em Gestão, 2013.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: 34, 1993.

MACHADO, Geraldo Magela. **História da Comunicação Humana**. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/932717/Historia-da-comunicacao-humana>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

OLIVEIRA, Sidnei. **A Geração Y Tem Jeito?** Disponível em: <<http://www.sidneioliveira.com.br/samba/Artigos/ageracaoytemjeito.html>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

PACIEVITCH, Tais. **Tecnologias da Informação e Comunicação**. 2009. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/informatica/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

PEREIRA, Sara; PERERIRA, Luís; PINTO, Manuel. **A Internet e Redes Sociais**. Rio de Janeiro: Edumeia, 2011.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Meridional, 2008.

SANTOS, Cristiane Ferreira dos; ARIENTE, Marina; DINIZ, Vinicius Cardoso; DOVIGO, Aline Aparecida. **O Processo Evolutivo entre as Gerações X, Y e Baby Boomers**. Limeira: XVI semeAd, 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. 2. ed. rev. e ampl. Porto: 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

TERCIOTTI, Sandra Helena; MACARENCO, Isabel. **A Comunicação Empresarial na Prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

OS FATORES MOTIVACIONAIS QUE INFLUENCIAM A PRODUTIVIDADE NO TRABALHO

Cristiana Fortes¹
Daniela Barbosa²
Gabriela Cunegatto³
Andréa Maria Cacenote⁴

RESUMO

O presente artigo busca uma abordagem sobre os fatores motivacionais que influenciam a produtividade no trabalho, e seus principais fatores para alcançar resultados positivos dentro da organização, obtendo uma equipe motivada e assim alcançar metas e objetivos da empresa. A motivação e a produtividade no trabalho se relacionam uma com a outra levam em consideração dois fatores viáveis para organização, o bem-estar no trabalho e a eficácia empresarial. O estudo foi elaborado através de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e estudo de caso, onde foi realizado um questionário com 10 perguntas aos acadêmicos de Recursos Humanos das faculdades Machado de Assis, para analisar quais os fatores que influenciam na motivação de seus funcionários para obter maior produtividade dentro da organização. Constatou-se que as pessoas necessitam de um líder que impulsiona e orienta seus funcionários a alcançar objetivos e assim superar expectativas tanto pessoais quanto profissional, obtendo-se um bom desempenho e tendo uma visão de longo prazo. Além disso, as organizações devem buscar sempre meios de motivar seus funcionários para alcançar resultados e uma melhor produtividade.

Palavras-chave: motivação - produtividade - pessoas.

INTRODUÇÃO

No mundo atual, a competitividade é cada vez maior isso exige das organizações que sempre estejam atualizadas para fornecer aos seus colaboradores oportunidades de crescimento, as motivações pessoais e profissionais são caminhos que devem ser trilhados e não sonhos a serem alcançados tanto pela organização

¹ Acadêmica do curso de Administração – 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. crisfzh@hotmail.com

² Acadêmica do curso de Administração – 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. danielabarbosa100@gmail.com

³ Acadêmica do curso de Administração – 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. gabrielacunegatto@hotmail.com

⁴ Professora Orientadora. Faculdades Integradas Machado de Assis. andreacacenote@fema.com.br

quanto pelos seus colaboradores, o importante é trilhar um caminho que irá levar a realização profissional.

As lideranças devem ficar atentas aos diversos fatores que levam os funcionários a se motivarem. As organizações devem incentivar suas equipes na busca por grandes padrões de desempenho e motivação pessoal. O presente artigo aborda o conceito de motivação e suas principais teorias motivacionais, foram realizados estudos bibliográficos com conceituados autores Chiavenato, Bergamini, Lacombe entre outros, que abordam os principais conceitos das teorias motivacionais.

Realizou-se um estudo de caso, após o entendimento teórico sobre as teorias motivacionais, nesse estudo foi feito um questionário com os acadêmicos da área de RH para correlacionar a relação da teoria com a prática.

Desta forma para obter uma equipe motivada e produtiva as empresas juntamente com seus gestores devem incentivar seus colaboradores a almejar ganhos competitivos, e nunca esquecendo que cada indivíduo possui emoções e comportamentos diferentes um dos outros.

1 CONCEITO DE MOTIVAÇÃO

A Motivação é o processo que move o indivíduo na busca pelo reconhecimento, ter iniciativa e vontade de ir além, a motivação se faz necessária dentro das organizações, pois a mesma estimula o sucesso dentro das organizações.

A motivação pode ser compreendida como um fator que leva uma pessoa a praticar certos atos e comportamentos com o objetivo de alcançar resultado, necessidades e vontades do indivíduo (MASLOW, apud BERGAMINI, 2008). Maslow destaca que:

[...] antes de qualquer comentário sobre motivação no trabalho deixa claro que “indivíduos altamente evoluídos assimilam o seu trabalho como identidade, ou seja, o trabalho se torna parte inerente da definição que eles fazem de si próprios” para ele, é por meio do trabalho que cada um consegue viabilizar seu crescimento na direção da auto realização. O trabalho visto por essa perspectiva tende a melhorar cada um, bem como

melhorar também o todo no qual vive essas pessoas. (MASLOW apud BERGAMINI, 2008 p.40).

A motivação impulsiona e orienta um conjunto de comportamento das pessoas para atingir certos objetivos. Tendo em vista que o ser humano é conduzido pelos seus objetivos. Segundo Bergamini, “[...] a motivação esta ligada a um desejo que se encontra no interior de uma pessoa. Uma pessoa não motiva a outra, o que ela pode fazer é estimular a outra.” (BERGAMINI apud MAGNANI, 2010 p.15).

O conceito de motivação pode-se utilizar em diferentes sentidos, ele impulsiona a ação para estimular o externo (ambiente) e o interno (o individuo) esse é o conjunto que leva as pessoas a atingir seus objetivos (CHIAVENATO, 1999 apud OLIVEIRA, 2010).

Para Chiavenato, “[...] a motivação é um campo do conhecimento humano e como se explica tal comportamento. Segundo ele não podemos compreender o comportamento das pessoas, sem no mínimo conhecer a motivação humana.” (CHIAVENATO apud MAGNANI, 2010 p. 26). A autora Bergamini destacou que:

[...] a motivação consiste no ambiente de trabalho tendo em vista melhorar a produtividade, é necessário, antes de mais nada garantir que os padrões de desempenho sejam factíveis, que as pessoas tenham as habilidades necessárias e estejam desejosas de exibir o comportamento que as leve a esse desempenho. (BERGAMINI, 2008, p.72).

As motivações provêm de força, energia que leva o indivíduo na direção de algo, ela esta dentro de cada um e surge das necessidades de cada ser.

2 TEORIAS MOTIVACIONAIS

O estudo das teorias motivacionais é considerado bastante abrangente, apresentar-se-á as principais teorias motivacionais segundo Maslow, Herzberg e McGregor. Para Maslow, a pessoa motivada esta numa escala de necessidades que vai desde as necessidades básicas até as de auto realização, quando se alcança uma necessidade a próxima passa a ser de maior importância, porém não quer dizer que as outras deixam de existir.

Para Maslow, “[...] depois de alcançar as necessidades básicas como alimentos, roupas, moradia o indivíduo valoriza a segurança e consumo de outros produtos que satisfazem o indivíduo.” (MASLOW apud LAS CASAS, 2014 p.60). Os indivíduos têm necessidades diferentes e às vezes conflitantes, assim como expectativas, que podem ser saciadas de diversas maneiras, conforme Lacombe

[...] o que motiva as pessoas são as necessidades insatisfeitas. O processo é causado pelo esforço das pessoas para satisfazer às suas necessidades. As pessoas sempre têm necessidades insatisfeitas. Quando uma necessidade prioritária é satisfeita, ainda que não o seja à saciedade, outras emergem e ocupam o primeiro lugar na lista de prioridades. (LACOMBE 2009, p.313).

A Ilustração 1 demonstra a pirâmide das necessidades de Maslow de uma forma hierarquia, por ordem de importância das necessidades:

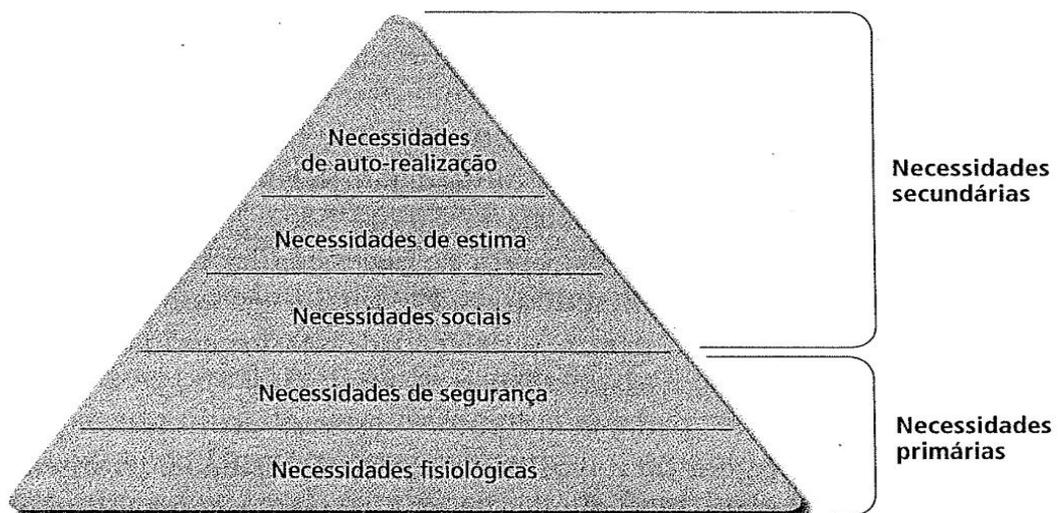


Ilustração 1: Pirâmide das Necessidades de Maslow.
Fonte: CHIAVENATO (2008, p.27).

As pessoas procuram satisfazer primeiro, as necessidades básicas depois as de segurança, em seguida as de associação, as de status e as de auto realização na maioria dos casos. A dois pontos que precisam ficar claros: cada pessoa tem um tempo, que depende da sua satisfação no momento. A hierarquia de Maslow é uma tendência média e não deve ser vista como uma escala rígida (LACOMBE, 2011).

Segundo Maslow, existem 5 sistemas os quais são responsáveis pelo comportamento humano, que são:

- a) Necessidades Fisiológicas: básicas para a manutenção da vida: alimento, sono, abrigo, agasalho, impulso sexual (preservação da espécie).
- b) Necessidades de Segurança: preservação, afastamento do perigo físico e do risco de privação das necessidades básicas.
- c) Necessidades sociais: participação, identificação com os seus iguais, formação de famílias, grupos de amigos, equipes, associações etc.
- d) Necessidades de Status e Autoestima: necessidades do ego, amor próprio, reconhecimento do valor por si mesmo e pelo respeito alheio.
- e) Necessidades de Auto-Realização: atingir o máximo do potencial individual e tornar-se aquilo de que se é capaz e dar uma contribuição efetiva para a sociedade e para o País (LACOMBE, 2011).

Desse modo, as teorias de Maslow contribuem para o entendimento das necessidades individuais de cada ser humano.

Segundo Herzberg, existem dois tipos de fatores, fatores higiênicos e fatores motivacionais. Os higiênicos se relacionam com a segurança, ambiente de trabalho entre outros reduzindo a insatisfação e igualando a satisfação. Já os motivacionais têm como desafio realizar uma tarefa, com responsabilidade, crescimento na busca de desafios, são fatores que impulsionam o trabalhador no seu desempenho (SCHERMERHORN, 1999).

Confirmando a teoria de Herzberg sobre os fatores higiênicos e motivacionais Silva e Rodrigues afirmam que

A teoria da motivação de Herzberg faz a distinção entre satisfação no trabalho e motivação no trabalho, os fatores que levam à satisfação no trabalho são denominados higiênicos. [...] os fatores motivacionais são aqueles que estão diretamente relacionados com a tarefa ou o trabalho, e influenciam diretamente a produtividade dos membros da organização. (SILVA; RODRIGUES apud OLIVEIRA, 2009, p.36).

Segundo Herzberg os fatores higiênicos estão no ambiente em que o individuo está inserido e agem diretamente nas condições de trabalho que o mesmo desempenha os fatores higiênicos não estão ao alcance dos indivíduos, pois estão sob o controle das empresas. Os fatores higiênicos, quando bem administrados,

apenas evitam a insatisfação nos empregados, pois não influencia na satisfação (CHIAVENATO, 2007).

A Ilustração 2 demonstra a Teoria dos dois fatores de Herzberg:

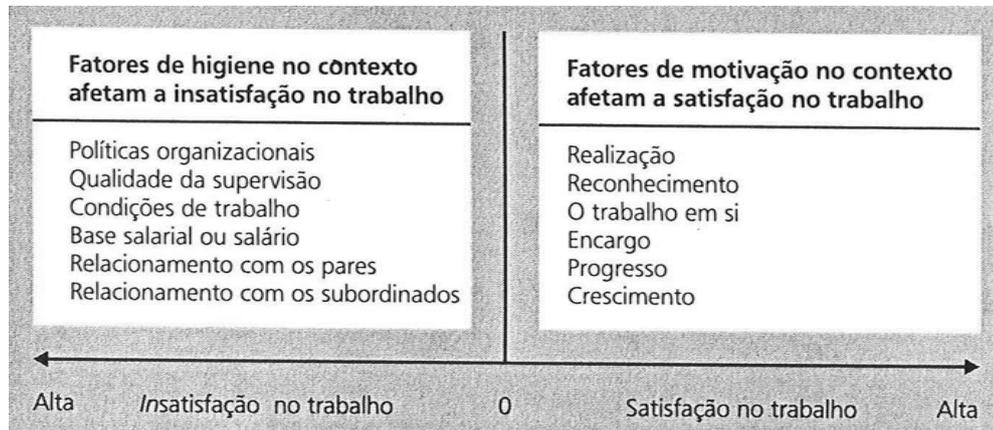


Ilustração 2: Teoria dos dois Fatores de Herzberg.

Fonte: CHIAVENATO (2008, p.89).

Os fatores motivacionais estão ligados diretamente com cargos e tarefas executados por cada indivíduo. A auto realização, crescimento e reconhecimento profissional são os fatores motivacionais que envolvem os sentidos de cada indivíduo, quando os fatores motivacionais são bons conseguem satisfazer, e quando são precários evita a insatisfação (CHIAVENATO, 2007). Para Montana,

[...] as necessidades básicas que correspondem às necessidades de sobrevivência e segurança de Maslow funcionavam como frustradores, ou fatores higiênicos, no local de trabalho, enquanto as necessidades do nível superior, de estima e auto-realização geram fatores motivadores. (MONTANA, 2010, p. 231).

Os fatores higiênicos estão diretamente relacionados às necessidades básicas de cada indivíduo em seu local de trabalho, são fundamentais para um bom ambiente de trabalho. Na teoria X e Y, há duas visões diferentes do ser humano: a teoria x denominada negativa e a positiva teoria y.

McGregor denomina a teoria x como fonte que os funcionários não gostam de trabalhar, porém, devem ser orientados a fazê-los, e na teoria y os gestores concluem que os funcionários acham o trabalho tão normal, quanto descansar e se divertir (ROBBINS, 2010). Para Marras,

[...] assim, a questão de ser x ou y tanto pode se referir ao “ser” do próprio indivíduo como ao “ser” do gerente que observa e avalia. Em outras palavras o trabalhador pode não ser x, mas pode ser visto como tal pelo gerente [...] a análise do indivíduo no trabalho causa um impacto profundo nos resultados organizacionais, dada a importância que o “ser” ou o “ver” tem nos relacionamentos interempresariais. (MARRAS, 2011, p. 27-28).

A teoria X segundo McGregor afirma que os administradores não acreditam nas pessoas, pois o ser humano precisa ser coagido, controlado, ameaçado, punido e premiado para alcançar objetivos e produzir de forma eficiente e eficaz. Já a teoria Y apresenta uma visão oposta, onde o ser humano tem suas responsabilidades, e são motivados em função de suas necessidades específicas, onde inclui o relacionamento no trabalho, valorização pessoal e profissional e desafio de um novo projeto profissional (LACOMBE et al., 2008).

Um dos grandes obstáculos das empresas é criar profissionais motivados, com tomada de decisão própria, com comprometimento e confiança em si, para almejar os objetivos futuros e assim alcançar o tão esperado sucesso profissional. O gestor deve ter um amplo aprendizado da motivação humana para assim poder disseminar seu conhecimento para os seus colaboradores.

3 CONCEITO DE PRODUTIVIDADE

A produtividade engloba o desenvolvimento humano, e são através de suas habilidades, criatividade, responsabilidade e interesse que o profissional tende a ser produtivo dentro da organização. Segundo Herzberg, a uma relação da motivação e produtividade

[...] os fatores motivadores do trabalho são aqueles que se referem à tarefa e à sua execução, mostrando uma relação direta e uma dependência entre produtividade e motivação. Para ele, os fatores motivadores dos membros da organização são aqueles ligados à forma de realização de sua tarefa. Fatores, tais como a liberdade de criar, de inovar, de procurar formas próprias e únicas de atingir os resultados de uma tarefa, constituem basicamente os fatores motivadores na organização. (HERZBERG apud FRANÇA 2006, p.29).

Para Chiavenato, produtividade é uma relação obtida entre resultado ou saída e os recursos da produção. Ao que diz respeito aos recursos humanos, a produtividade do trabalhador é igual ao resultado de uma operação de divisão da relação do tempo nela empregada. A produção humana depende do esforço realizado e do método racional, sobretudo do entusiasmo e da motivação das pessoas (CHIAVENATO apud SILVA, 2008).

Para Mussak a diversos fatores que influenciam a produtividade, como a disponibilidade de recursos, bem como o ambiente de trabalho a relação do patrão com o empregado, métodos e equipamentos entre outros. Na atualidade busca-se, mais produtividade e competitividade, mais conhecimento e educação, treinamento e informação, com isso concluímos as características do trabalho do século atual (MUSSAK apud OLIVEIRA, 2008).

Na produtividade pode-se ressaltar que o comportamento humano é visto pela cultura de cada organização. O ser humano é papel fundamental e faz a diferença na empresa, onde a organização se iguala as pessoas que nela desenvolve suas atividades, sendo assim o fator de relação entre funcionário e organização leva a aplicar resultados de uma melhor produtividade.

4 ESTUDO DE CASO

A metodologia adotada na elaboração deste artigo foi à pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida por meio do estudo de diversos autores que abordam o tema objeto de investigação.

Para melhor compreender os conceitos, realizou-se um estudo de caso com 41 alunos do curso de Recursos Humanos das Faculdades Integradas Machado de Assis da região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de conhecer a percepção dos alunos e trabalhadores do curso de Recursos Humanos das Faculdades Integradas Machado de Assis sobre os fatores que influenciam a produtividade no trabalho.

A pesquisa foi aplicada com 10 questões fechadas de múltipla escolha, no dia 27 de maio de 2015, e teve como finalidade identificar a satisfação dos acadêmicos quanto às oportunidades de crescimento que a empresa na qual trabalham oferece,

condições físicas de trabalho, remuneração, jornada diária de trabalho, integração do grupo de trabalho, autonomia, tempo que dispõe para o lazer, eficiência do trabalho da supervisão, fatores que favorecem a produtividade e o fornecimento de EPI-s e EPC, conforme os resultados listados na Ilustração 3:

Relação	Perguntas	Respostas	Percentual
Satisfação	6. Você tem tempo para lazer, descanso e família?	Sempre Às vezes Nunca	58,54% 39,02% 2,44%
	2. Quanto às condições físicas de trabalho, como você avalia sua empresa?	Muito bom Bom Ruim	12,20% 87,80% 0%
	3. A remuneração é um fator que exerce grande influência no trabalho? Qual seu grau de satisfação?	Muito satisfeito Satisfeito Insatisfeito	9,76% 63,41% 26,83%
Motivação	1. Sua empresa oferece oportunidade de crescimento profissional e pessoal?	Muito satisfeito Satisfeito Insatisfeito	17,06% 41,47% 41,47%
	5. Você considera-se integrado ao grande grupo? Tem oportunidades iguais na empresa?	Sempre Às vezes Nunca	60,98% 31,70% 7,32%
	4. Quanto à jornada de trabalho diária que você exerce você considera?	Muito bom Bom Ruim	39,02% 58,54% 2,44%
Produtividade	7. Você tem autonomia para realizar tarefas na empresa?	Sempre Às vezes Nunca	46,35% 53,65% 0%
	8. O trabalho exercido com supervisão constante traz benefícios para produtividade.	Sempre Às vezes Nunca	41,47% 51,21% 7,32%
	9. Quais dos fatores abaixo na sua opinião são fundamentais para produtividade?	Remuneração Jornada de trabalho Bônus Trabalho em equipe	43,90% 0% 9,75% 46,35%
	10. Você considera importante o fornecimento de EPI's e EPC nos ambientes de trabalho?	Sempre Às vezes Nunca	90,25% 9,75% 0%

Ilustração 3: Resultado da pesquisa.

Fonte: Produção dos pesquisadores.

Por meio da pesquisa desenvolvida, constatou-se que em relação à oportunidade de crescimento profissional e pessoal houve uma divisão entre satisfeitos e insatisfeitos, já em relação às condições físicas de trabalho a maioria considera como sendo boas.

Muitos profissionais acabam pensando que o retorno profissional deve ser em curto prazo, mas na realidade, os casos de crescimento pessoal e profissional,

acabam que ocorrendo num período mais longo. Isso se deve pelo fato da organização precisar de tempo para conhecer bem seu profissional, saber suas qualidades, seu diferencial, entre outros aspectos que influenciam no seu crescimento.

Para Maslow, o que motiva as pessoas são as necessidades insatisfeitas. O processo é causado pelo esforço das pessoas para satisfazer as suas necessidades. As pessoas sempre têm necessidades insatisfeitas elas são insaciáveis (MASLOW apud BERGAMINI, 2008).

Quanto à remuneração mais da metade dos entrevistados sente-se satisfeito, quanto à jornada de trabalho exercida a maioria considera como boa ou muito boa. A remuneração e a jornada de trabalho são fatores que motivam as pessoas no dia a dia. As pessoas buscam satisfazer suas necessidades, como se alimentar, vestir, abrigo, inclusão no grupo, entre outros fatores, por isso se dá à importância da remuneração. Para Lacombe, a remuneração tem, portanto, um valor simbólico que pode ser mais forte do que o valor financeiro em si (LACOMBE, 2011).

A maioria também considera sempre ter uma relação e integração com a equipe e oportunidades iguais dentro da empresa com autonomia para realizar as tarefas dentro da empresa, no fator que diz respeito a lazer, descanso e família a maioria considera ter tempo para desfrutar.

As empresas estão cada vez mais flexíveis no que diz respeito a lazer e integração dos seus funcionários, elas sabem, que um profissional satisfeito produz mais, e com mais qualidade. Segundo Herzberg, os fatores motivadores dos colaboradores são ligados à forma de realização de suas tarefas. Fatores, tais como a liberdade de criar, de inovar, de procurar formas próprias e únicas de atingir o resultado de uma tarefa (HERZBERG apud FRANÇA, 2006).

No que concerne à supervisão no desenvolvimento do trabalho a maioria considera importante a presença do líder, quanto aos fatores que influenciam a produtividade a grande maioria entende que é fundamental o trabalho em equipe juntamente com a condição justa de remuneração, por último a questão do fornecimento de equipamentos de segurança foi quase unânime a importância que representa a empresa fornecer esses equipamentos.

O bom líder estará sempre presente na organização, os funcionários têm o mesmo como um espelho, ele dará as coordenadas para se trabalhar em equipe, com uso correto de materias de proteção individual e coletiva. Para Lacombe, uma verdadeira equipe tem de haver confiança entre seus membros, a qual precisa ser sempre cultivada e realimentada (LACOMBE 2011).

O capital humano é muito valioso para as organizações, e os fatores motivacionais a principal ferramenta para atingir esse ativo e obter a maior produtividade e eficiência na organização.

CONCLUSÃO

Por meio da pesquisa, conclui-se a grande contribuição dos processos motivacionais na influencia da produtividade das organizações, o estudo de caso revela que o comportamento humano interfere diretamente no clima das organizações e que as empresas devem valorizar seus colaboradores motivando, investindo em um ambiente agradável de trabalho, com segurança ao desenvolver as atividades, com trabalho em equipe, com uma remuneração justa e adequada.

Ressalta-se ainda que o profissional bem remunerado e satisfeito com seu trabalho se doa mais para a organização, gerando mais produtividade, desta forma as empresas produzem com mais qualidade, e os colaboradores ficam satisfeitos com a empresa e suas tarefas. Também conta-se a oportunidade de crescimento pessoal e profissional proporcionada pela empresa, não deixando de lado a supervisão constante para assim atingir as metas, o lazer, família e descanso são importantes em vários momentos para proporcionar satisfação e motivação dos funcionários em trabalhar em equipe e produzir cada vez mais e com qualidade.

Existem várias teorias, seus conceitos de certa forma são diferentes, entretanto a essência é semelhante. Podemos concluir que a motivação é algo que vem de cada indivíduo e que somente ele é capaz de se motivar, que apesar da motivação ser uma ação intrínseca, ela sofre reações, mediante um estímulo ela pode se manifesta no indivíduo, é importante ressaltar que mesmo não podendo motivar outras pessoas, podem-se criar situações que possam estimular outros indivíduos na busca pela motivação.

Os fatores motivacionais têm um importante papel no sucesso das organizações, pois manter todos os colaboradores motivados é uma missão difícil, nem sempre o que serve de estímulo para uma pessoa vai servir para outra, essa missão pode ser atingida através de uma boa política de gestão, fazendo uso dos fatores motivacionais identificados nas teorias vistas, desta forma a organização pode se tornar mais competitiva e com grande potencial de sucesso.

REFERÊNCIAS

- BERGAMINI, Cecília. **Motivação nas Organizações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processos e prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- FRANÇA, Cristina. **Comportamento Organizacional Conceitos e Práticas**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- LAS CASAS, Alexandre. **Administração de Vendas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- LACOMBE, Francisco. **Recursos humanos princípios e tendências**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- _____. **Recursos Humanos Princípios e Tendências**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MARRAS, Jean. **Administração de Recursos Humanos do Operacional ao Estratégico**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MONTANA, Patrick. **Administração**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- OLIVEIRA, Mailton. **Motivação e Fatores Motivacionais: os fatores motivacionais e sua contribuição para o sucesso das organizações**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/producao-academica/motivacao-e-fatores-motivacionais/3024/download/>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- ROBBINS, Stephen. **Comportamento Organizacional**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- SCHERMERHORN, John. **Fundamentos de Comportamento Organizacional**. Porto Alegre: Bookmam, 1999.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COM ÊNFASE NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS HOSPITALARES

Aline Miranda Bastos¹
Cátia Guadagnin Rossa²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo abordar o assunto planejamento tributário com ênfase nas empresas prestadoras de serviços hospitalares, do ramo da diagnostica por imagem. Planejar atualmente tornou-se uma questão de sobrevivência para as empresas, sendo necessário planejar seus gastos tributários, considerando o mais barato permitido por lei. O planejamento tributário tornou-se indispensável, pois a legislação tributária brasileira é muito complexa, com inúmeras leis e constantes modificações. Portanto este estudo tem como objetivo fazer um comparativo entre o Lucro Real e o Lucro Presumido, observando como funcionam esses dois amplos regimes de tributação. A metodologia utilizada consiste no uso da pesquisa de campo exploratória abrangendo pesquisa em fontes secundárias de livros. Conclui-se então que o Planejamento Tributário é indispensável para se ter um bom andamento dos negócios, objetivando o lucro e estando de acordo com o fisco.

Palavras-chave: Planejamento Tributário – Tributos - Lucro Presumido - Lucro Real.

INTRODUÇÃO

A necessidade de um planejamento tributário já é fato para as grandes empresas e até mesmo as de médio e pequeno porte, visto que este estudo pode simplificar e facilitar o cumprimento das obrigações do empresário, e ainda assim minimizar os custos tributários sem comprometer o resultado da arrecadação.

Especificamente este estudo tem o objetivo de avaliar os regimes de tributação, sendo eles, Lucro Presumido e Real, buscando o melhor enquadramento para as empresas prestadoras de serviços hospitalares, procurando alcançar os melhores resultados econômicos.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 3º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. alinebastos.escriptorio@bol.com.br

² Orientadora. Mestra em Desenvolvimento. Professora do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. catiarossa@fema.com.br

Para a construção deste trabalho foram abordados assuntos como, o planejamento tributário e a importância de o empresário conhecer para proporcionar um melhor andamento ao seu negócio diminuindo gastos e objetivando o lucro, mas com sustentação legal na legislação, os tributos e suas espécies, os tributos federais, a diferença que existe entre eles quais as empresas obrigadas a adotar tal regime de tributação, impedimentos, as alíquotas, a base de cálculo de acordo com cada regime de tributação e a forma de pagamento.

1 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

De acordo com Luis Alves, discute-se bastante a respeito da mudança do nosso sistema tributário e a adoção de novos mecanismos para a simplificação das rotinas tributárias. Enquanto isso não ocorre, as empresas necessitam, cada vez mais, de um planejamento tributário criterioso e criativo de forma que resguarde seu direito como contribuinte e, ao mesmo tempo em que proteja seu patrimônio (ALVES, 2012).

Mas antes de adentrarmos na análise do Planejamento Tributário, é importante sabermos o conceito de tributo e das funções de tributação, porque só há a necessidade de Planejamento Tributário, devido à obrigatoriedade de pagamento de tributos. A definição do mesmo pode ser obtida pela transcrição do artigo 3º do CTN (Código Tributário Nacional):

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. (BRASIL, 1966) [Grifo dos autores].

No contexto do Planejamento Tributário, o próprio conceito de tributo pode apresentar diferentes significações dependendo da visão do agente que o utiliza. Assim para o contribuinte o tributo sempre é visto como algo não querido, como uma intervenção do Estado no seu patrimônio, e sendo assim, deve ser feita nos estritos limites da lei (LUKIC, 2012, p.06).

O Planejamento Tributário constitui uma atividade empresarial estritamente preventiva, que visa utilizar com segurança todos os meios legais de economia

tributária, analisando os atos e fatos tributáveis e seus direitos e efeitos, de acordo com a legislação e jurisprudência (RODRIGUES, 2013).

Dessa maneira torna-se claro que o planejamento tributário é o estudo das alternativas lícitas para que o contribuinte opte pelo regime de tributação que apresente o menor ônus tributário (ALVES, 2012).

Os regimes de tributação que encontramos no sistema tributário são: Simples Nacional Lucro Presumido, Lucro Real e o Lucro Arbitrado como o objetivo do trabalho é fazer um planejamento das empresas Prestadoras de Serviços Hospitalares.

2 LUCRO PRESUMIDO

O Lucro Presumido é uma forma simplificada de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, onde a base de cálculo destes tributos é a presunção de lucro, o “Lucro Presumido” (RODRIGUES, 2013).

A partir do ano-calendário de 2014, poderá optar pela forma de tributação com base no Lucro Presumido, a pessoa jurídica cuja Receita Bruta Total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), ou o equivalente a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 meses de atividade (LEFISC, 2014).

A opção pela tributação com base no Lucro Presumido será manifestada com o pagamento da primeira ou única quota do imposto devido correspondente ao primeiro período de apuração de cada ano-calendário, conforme § 1º do art. 26 da Lei 9.430/96 c/c.

Art. 26. A opção pela tributação com base no lucro presumido será aplicada em relação a todo o período de atividade da empresa em cada ano-calendário.

§ 1º A opção de que trata este artigo será manifestada com o pagamento da primeira ou única quota do imposto devido correspondente ao primeiro período de apuração de cada ano-calendário. (BRASIL, 1996) [grifo dos autores].

Com isso, dar-se-á, a apuração do Lucro Presumido que de acordo com a transcrição da Lei 9.430/96 art. 1º, determina que o imposto de renda das pessoas jurídicas será determinado pelo lucro real, presumido ou arbitrado por períodos de apuração trimestrais:

Art. 1º A partir do ano-calendário de 1997, o imposto de renda das pessoas jurídicas será determinado com base no lucro real, presumido, ou arbitrado, por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário, observada a legislação vigente, com as alterações desta Lei. (BRASIL, 1996) [grifo dos autores].

O imposto de renda deverá ser calculado a partir do faturamento trimestral da empresa. Sobre o faturamento trimestral será aplicado o percentual de presunção de acordo com atividade, conforme ilustração 1 abaixo, o qual irá gerar a base de cálculo dos tributos. Deverão ser somadas à base de cálculo do imposto as demais receitas que não fazem parte do faturamento, gerando o Lucro Presumido.

Sobre o Lucro Presumido será aplicada a alíquota do IRPJ de 15% mais o Adicional do IRPJ de 10%, caso o Lucro Presumido ultrapasse o valor de R\$ 20.000,00 mês. O regime para reconhecimento das receitas, que deverá ser observado, será o de Competência ou Caixa (BRASIL, 1998). Conforme a Ilustração 1:

Percentual	Ramo de atividade
1,6%	Receita bruta auferida na revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural;
8%	Receita bruta auferida nas atividades comerciais, industriais, transporte de carga, serviços hospitalares, venda de unidades imobiliárias, empreitada com fornecimento de material, venda de produtos rurais, industrialização quando matéria-prima, material secundário e de embalagem forem fornecidos pelo encomendante, e outras não-mencionadas nos demais percentuais; A partir de 1º de janeiro de 2009, com base no art. 29 da lei nº 11.727-08, os seguintes serviços deixaram de ter a sua base de cálculo apurada pelo percentual de 32% e passaram para 8%: serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, desde que a prestadora destes serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
16%	Transporte de passageiros; Exclusivamente prestadoras de serviços com receita bruta anual não superior a R\$ 120.000,00, exceto no caso de transporte de cargas, serviços hospitalares e sociedades civis de prestação de serviços legalmente regulamentada.

32%	Prestação de serviços, pelas sociedades civis, relativa ao exercício de profissão legalmente regulamentada; Intermediação de negócios; Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; Construção por administração ou empreitada, unicamente de mão-de-obra; Prestação de qualquer outra espécie de serviço não-mencionada anteriormente.
-----	--

Ilustração 1: Base de Cálculo Lucro Presumido.

Fonte: Decreto 3.0000/99 (BRASIL, 1999)

Para calcular a CSLL pelo Lucro Presumido, usa-se a mesma regra do IRPJ, com algumas alterações. Portanto, sobre a receita bruta, aplicam-se percentuais de presunção do lucro, conforme a ilustração 2 abaixo (RODRIGUES; ORTIZ, 2013).

As pessoas jurídicas tributadas pelo Lucro Presumido e as empresas que optarem pelo recolhimento por estimativa, sofre a incidência de 9% sobre a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme Instrução Normativa SRF nº 390, de 30 de Janeiro de 2004:

Receita Bruta	Percentual
<ul style="list-style-type: none"> - Prestação de serviços relativo ao exercício de profissão legalmente regulamentada; - Intermediação de negócios; - administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direito de qualquer natureza; - construção por administração ou por empreitada, unicamente de mão-de-obra; - serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring); - outros serviços não especificados acima, exceto serviços de transporte de cargas, de passageiros e serviços hospitalares. 	32%
<ul style="list-style-type: none"> - Demais receitas - A partir de 1º de janeiro de 2009, com base no art. 29 da lei nº 11.727-08, os seguintes serviços deixaram de ter a sua base de cálculo apurada pelo percentual de 32% e passaram para 12%: serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, desde que a prestadora destes serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; 	12%

Ilustração 2: Base de Cálculo Contribuição Social.

Fonte: Instrução Normativa SRF nº 390 (BRASIL, 2004).

As empresas optantes pelo Lucro Presumido, além de pagar o IRPJ e o CSLL, também pagam o PIS/PASEP e o COFINS pelo Regime de Incidência Cumulativa.

A base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS, no regime de incidência cumulativa, é o faturamento mensal, que corresponde à receita bruta, assim entendida a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas - Lei nº 9.718, de 1998, art. 3º, § 1º (BRASIL, 1998).

As alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, no regime de incidência cumulativa, são, respectivamente, 0,65% para o PIS e 3% pra a COFINS. A apuração e o pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS serão efetuados mensalmente, de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica. O pagamento deverá ser efetuado até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores (BRASIL, Receita Federal).

Assim pode-se entender que o Lucro Presumido é um método simplificado para a apuração da base de cálculo dos impostos que incidem sobre o lucro, e independe do fato da empresa ter ou não resultado positivo em suas operações.

5 LUCRO REAL

Lucro Real é a forma completa de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido direcionada a todas as pessoas jurídicas, quer por obrigatoriedade prevista na legislação vigente quer por livre opção (RODRIGUES, 2013).

Um regime de tributação obrigatório para algumas empresas. Para a apuração desse valor, a empresa terá que saber exatamente qual foi o seu lucro ajustado para obter a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Dessa forma, os encargos irão diminuir ou aumentar de acordo com a apuração, sendo que, se forem computados prejuízos durante o ano, a empresa fica dispensada do pagamento. Estão obrigadas a optar pelo regime de tributação lucro real, aquelas empresas que por lei estão impedidas de optar pelo lucro presumido (BRASIL, 2005).

Sobre este Regime incidem dois impostos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Se não houver lucro logo não haverá incidência de IRPJ e CSLL. Já o PIS e a COFINS, ambos não são cumulativos, ou seja, o resultado do confronto entre débitos e créditos é que irá mostrar o saldo do imposto a ser pago, onde as alíquotas do regime de incidência não cumulativa as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, são, respectivamente, de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS, de acordo com a legislação tributária vigente (BRASIL; 2005).

6 RESULTADO ESTUDO

Para fins de análise, utilizaram-se dados do ano de 2014 de uma determinada empresa Prestadora de Serviços Hospitalares, do ramo da Diagnóstica por Imagem. De acordo com Mitzputen, o diagnóstico por imagem conhecida como Radiologia, é uma especialidade médica como qualquer outra, assim como ginecologia, pediatria, ortopedia etc (MISZPUTEN, 2010). Hoje se têm dúvidas em relação à atuação de um radiologista, por exemplo, se é uma pessoa que realiza uma radiografia ou uma ressonância magnética, na verdade é quem interpreta esse tipo de exame.

Hoje a especialidade é chamada de Diagnóstico por Imagem, porque nas últimas décadas surgiram métodos de exames bastante diferentes da radiologia convencional (RX). Foram inventados os aparelhos/métodos de ultra-sonografia (US), tomografia computadorizada (TC) e ressonância magnética (RM). E todos esses métodos fazem parte do aprendizado, especialização e trabalho do radiologista contemporâneo (MISZPUTEN, 2010).

Para adentrarmos e entender a teoria relacionada no decorrer do estudo, veja-se o comparativo entre o Lucro Presumido e o Lucro Real, em que se pode analisar um Planejamento Tributário, com base nas informações reais de uma empresa Prestadora de Serviços Hospitalares, os dados extraídos são do ano de 2014. Com isso, apresentam-se os seguintes dados:

Receita de Venda de Serviços	327.702,89
Rendimentos Aplic. Financeiras	2.081,62
Receita de Venda de Serviços	327.702,89

Continuação da Ilustração 1

(x) Percentual Aplicável	8%
(=) Lucro Presumido	26.216,23
3º Base de Cálculo do IR	
Base de Cálculo Venda de Serviços	26.216,23
(+) Ganhos de Capital na Venda de Bens do Ativo Permanente	0,00
(+) Rendimentos Aplic. Financeiras	2.081,62
(=) Base de Cálculo	28.297,85
(x) Alíquota	15%
(=) IRPJ Lucro presumido	4.244,68
(+) 10% de Adicional (60.000,00)	0,00
(=) IR Devido	4.244,68

Ilustração 1: Planejamento Tributário 1.

Fonte: produção dos pesquisadores.

Receita de Venda de Serviços	327.702,89
Rendimentos Aplic. Financeiras	2.081,62
Receita de Venda de Serviços	327.702,89
(x) Percentual Aplicável	12%
(=) Lucro Presumido	39.324,35
3º Base de Cálculo do CSLL	
Base de Cálculo Venda de Serviços	39.324,35
(+) Ganhos de Capital na Venda de Bens do Ativo Permanente	0,00
(+) Rendimentos Aplic. Financeiras	2.081,62
(=) Base de Cálculo	41.405,97
(x) Alíquota	9%
(=) CSLL	3.726,54

Ilustração 3: Planejamento Tributário 2.

Fonte: produção dos pesquisadores.

LUCRO PRESUMIDO	PIS	COFINS
Receita de Venda de Serviços	327.702,89	327.702,89
Base de Cálculo PIS/COFINS	327.702,89	327.702,89
ALÍQUOTA PIS	0,65%	3,00%
VALOR DEVIDO	2.130,06	9.831,08
(-) PIS/COFINS RETIDOS	0,00	0,00
(=) VALOR DO PIS/COFINS A PAGAR	2.130,06	9.831,08

Ilustração 3: Planejamento Tributário 3.

Fonte: produção dos pesquisadores.

Com base nas informações da Demonstração do Resultado do Exercício do ano de 2014, de uma determinada empresa, apuraram-se os tributos devidos:

PRESTADORA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	ANO 2014
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	327.702,89
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	327.702,89
Serviços de Diagnóstico por Imagem a Vista	43.440,78
Serviços de Diagnóstico por Imagem a Prazo	284.262,11
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(21.792,20)
IMPOSTOS S/ VENDAS E SERVIÇOS	(21.792,20)
PIS S/ Faturamento	(2130,06)
COFINS S/ Faturamento	(9831,06)
IMPOSTOS S/ Serviços	(9831,08)
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	305.910,69
(=) LUCRO BRUTO	305.910,69
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(36.736,13)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(32.713,10)
Pro - Labore	(16.200,00)
Previdenci Social	(3.240,00)
Despesas C/ Estagiários	(8.273,10)
Serviços Prestados PJ	(5.000,00)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	(1.711,70)
CRM	(1.195,00)
Contribuição Sindical	(255,68)
Impostos e Taxas Estaduais	(10,00)
Impostos e Taxas Federais	(251,02)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	(2.311,33)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(2437,04)
Água, Luz e Telefone	(1.943,18)
Material de Uso e Consumo	(265,00)
Multas Dedutíveis	(228,86)
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	125,71
Dividendos	0,61
Atualização de Créditos Fiscais	125,10
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(1664,39)
RESULTADO FINANCEIRO	(1.664,39)
(-) RECEITAS FINANCEIRA	2.081,62
Rendimentos S/Aplic. Financeiras	2.080,86
Juros Recebidos	0,76
DESPESAS FINANCEIRAS	(3.746,01)
Juros Passivos	(3.131,23)
Despesas Bancárias	(236,43)
Descontos Concedidos	(376,20)
Despesa C/ IOF e IOC	(2,15)
(=) RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO	267.510,17
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DA PROVISÃO DO IRPJ E CSLL	267.510,17
PROVISÕES	(7.889,42)
Provisão Contribuição Social	(3.695,86)

Provisão Imposto de Renda	(4.193,56)
(=) RESULTADO DO PERÍODO APÓS AS PROVISÕES	259.620,75
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	259.620,75

Ilustração 4: Demonstração do Resultado do Exercício do ano de 2014.

Fonte: produção dos pesquisadores.

LUCRO REAL	PIS	COFINS
Receita de Venda de Serviços	327.702,89	327.702,89
Base de Cálculo PIS/COFINS	327.702,89	327.702,89
ALÍQUOTA PIS	1,65%	7,60%
VALOR DEVIDO	5.407,89	24.905,41
(-) PIS/COFINS RETIDOS	0,00	0,00
(=) VALOR DO PIS/COFINS A PAGAR	5.407,89	24.905,41

Ilustração 5: Demonstração do Resultado do Exercício do ano de 2014.

Fonte: produção dos pesquisadores.

Lucro Real	259.620,00	259.620,00
BASE DE CÁLCULO - IRPJ E CSLL -	259.620,00	259.620,00
ALÍQUOTA - IRPJ - CSLL - %	15%	9%
VALOR APURADO DO IRPJ E CSLL -	38.943,00	23.365,80

Ilustração 5: Demonstração do Resultado do Exercício do ano de 2014.

Fonte: produção dos pesquisadores.

Com base nos cálculos realizados, mostra - se inviável a opção pela tributação com base no Lucro Real, por ser uma empresa Prestadora de Serviços Hospitalares, que possui um faturamento relativamente alto com poucas despesas, e destas a grande maioria são administrativas (como folhas de pagamento), as quais não gera direito de crédito PIS e COFINS, a melhor opção é o Lucro Presumido. Outra questão é em relação ao IRPJ e a CSLL a serem pagos pela empresa. Fazendo um comparativo entre os dois regimes de tributação destacados, a diferenças entre estes é aproximadamente oito vezes maior no Lucro Real do que no Lucro Presumido.

CONCLUSÃO

O presente estudo trouxe o Planejamento Tributário como uma ferramenta essencial que visa encontrar mecanismos que evitem o desembolso financeiro com pagamento de tributos. Para que uma organização tenha sobrevivência no mercado é indispensável planejar, saber qual o melhor regime de tributação se encaixe de acordo com o ramo de atividade da empresa.

O trabalho buscou conceituar duas formas de tributação, através do Lucro Real e Lucro Presumido, abordando as contribuições PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, a serem arrecadados pela pessoa jurídica. Tendo como objetivo apresentar um comparativo entre os dois regimes de tributação de uma prestadora de serviços hospitalares. Para fins de comparação, foi utilizada pesquisa bibliográfica juntamente com dados específicos de uma determinada empresa Prestadora de Serviços Hospitalares do ramo da Diagnóstica por Imagem.

Que com isso foi possível concluir que a melhor opção é o Lucro Presumido, por esta não possuir despesas que possam gerar direito de crédito em relação ao PIS e o COFINS, por ser uma empresa que possui um faturamento relativamente alto, com o comparativo foi possível visualizar que diminui o pagamento do IRPJ e CSLL respectivamente em R\$ 34.698,32 e R\$ 19.639,26 que seriam recolhidos para a Receita Federal, se esta optasse pelo Lucro Real.

Conclui-se diante do exposto que um planejamento tributário de forma vantajosa à organização com a devida apuração dos impostos incidentes em cada forma de apuração, e quando se opta pelo regime tributário adequado, obedecendo à legislação tributária, faz com que se tenham resultados bastante significativos, que em muitos casos consiste na manutenção e permanência da organização no mercado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luiz. **Planejamento Tributário: conceito e prática**. 2012. Conselho Regional do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2012, p. 03. Disponível em: <www.crc.org.br>. Acesso em: 10 maio 2015.

BRASIL. **Lei nº 5172 de 25 de Outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10591310/artigo-3-da-lei-n-5172-de-25-de-outubro-de-1966>>. Acesso em: 08 maio 2015.

BRASIL. **Lei nº 9430 de 27 de Dezembro de 1996**. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11700960/paragrafo-1-artigo-26-da-lei-n-9430-de-27-de-dezembro-de-1996>>. Acesso em: 08 mai. 2015.

BRASIL. **Instrução Normativa SRF nº 104**, de 24 de Agosto de 1998. Disponível em: < <http://www18.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/Ant2001/1998/in10498.htm>>. Acesso em: 08 maio 2015.

LEFISC. **Lucro Presumido**: novo limite de receita bruta do ano de 2014. Disponível em: <http://lefisc.com.br/boletins/2014/janeiro_semana_2/lucro_presumido/index.asp> Acesso em: 08 maio 2015.

LUKIC, Melina de Souza Rocha. **Planejamento Tributário**. 2012. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2012, p. 05-06. Disponível em: <http://academico.direitorio.fgv.br/ccmw/images/a/ac/Planejamento_Tributario_2012-1.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015

MISZPUTEN, Milton. **Radiologia do Esporte**. Disponível em: <http://www.milton.com.br/esporte/saiba_mais/texto_8.htm> Acesso em: 17 mai. 2015.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **LUCRO REAL**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2005/PergResp2005/pr242a264.htm>>. Acesso em: 08 mai. 2015.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **PIS/PASEP e COFINS**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/pispasepcofins/>>. Acesso em: 08 mai. 2015.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz. **IRPJ, CSL, PIS/PASEP e COFINS**. 2. ed. São Paulo: IOB, 2013, p. 421. (Coleção IOB - Planejamento Tributário).